

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA**

**Maria Luiza Maciel Ferreira**

**O SUJEITO DISCURSIVO DA PROPAGANDA GOVERNAMENTAL DE SERVIÇO:  
CONTRADIÇÕES DISCURSIVAS E EFEITOS DE SENTIDO**

**Maceió/AL**

**2017**

MARIA LUIZA MACIEL FERREIRA

**O SUJEITO DISCURSIVO DA PROPAGANDA GOVERNAMENTAL DE SERVIÇO:  
CONTRADIÇÕES DISCURSIVAS E EFEITOS DE SENTIDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Virgínia Borges Amaral,

Linha de pesquisa Discurso: Sujeito, história e ideologia,

Maceió/AL

2017

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

F383s Ferreira, Maria Luiza Maciel.  
O sujeito discursivo da propaganda governamental de serviço: contradições discursivas e efeitos de sentido / Maria Luiza Maciel Ferreira. – 2018.  
107 f. : il.

Orientadora: Maria Virgínia Borges Amaral.  
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 102-107.

1. Propagandas. 2. Análise do discurso. 3. Drogas ilícitas. 4. Projeto Acolhe Alagoas. I. Título.

CDU: 81'42(813.5)

## TERMO DE APROVAÇÃO

**MARIA LUIZA MACIEL FERREIRA**

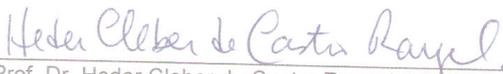
Título do trabalho: "O SUJEITO DISCURSIVO DA PROPAGANDA GOVERNAMENTAL DE SERVIÇO: contradições do discurso e efeitos de sentido"

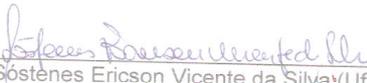
Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRA em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Virginia Borges Amaral (PPGL/Ufal)

Examinadores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Heder Cleber de Castro Rangel (PPGL/Ufal)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sostenes Ericson Vicente da Silva (Ufal)

Maceió, 13 de novembro de 2017

Ao meu pai Andres (in memoriam).

À minha mãe Milze, por todo apoio que me deu ao longo de minha vida.

Aos meus irmãos (Goretti, Arnaldo, Andres e Andréa) que sempre estiveram presente nos momentos mais difíceis de minha vida.

A Gilberto e meus filhos Victor, Rafael e Júnior que sempre acreditaram e acreditam em mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Divino criador de todas as coisas do Universo, que me deu força e coragem para enfrentar a labuta diária, proporcionando momentos únicos em minha vida. Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho e agradeço pela ajuda, incentivo, críticas e sugestões que me deram. Algumas em especial como minha família e amigas Sandra e Adriana, e o amigo Rodolfo.

A professora Dra. Maria Virgínia Borges Amaral, orientadora, pela amizade, confiança, paciência e compreensão.

Ao professor Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva, coorientador, que me ajudou muito com sua dedicação e sugestões valiosas para a realização desta pesquisa. Amigo constante.

Aos professores/as do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística - PPGLL, que com seus conhecimentos e experiências contribuíram para a minha formação profissional.

Em especial ao professor Dr. Helson Silva Sobrinho, que me deu a oportunidade de assistir suas aulas como aluna ouvinte.

Aos meus colegas de turma, pela convivência e companheirismo.

A difícil questão para nós é: quanto tempo pode a perversa normalidade de uma ordem sócio-econômica e política antagônica, com sua irreprimível tendência de afirmação global de seu domínio, manter sua dominação sem destruir a própria humanidade?

István Mészáros

## RESUMO

Esta dissertação analisa, por meio da Análise do Discurso da linha francesa, as condições de produção do discurso da propaganda governamental de serviço e como atua na materialização de práticas discursivas contraditórias, produzindo sentidos que simulam “acolhimento” e “adoção”. Busca assim, entender a produção de sentido como uma prática histórica e ideológica, constitutiva na formação discursiva. O *corpus* desta pesquisa foi construído a partir da propaganda governamental de serviço divulgada pela Secretaria de Estado da Promoção da Paz (SEPAZ/AL), como uma das ações do Projeto “Acolhe Alagoas” na qual foi lançada a campanha “Acolha seu filho antes que as drogas o adotem” e apresentada em adesivos e panfletos, iniciada em março de 2014, circulou em todo o estado de Alagoas até junho de 2014. Na Análise do Discurso, os sentidos e os sujeitos se constituem ao mesmo tempo em um processo que acontece na e pela linguagem. Desse modo, podemos entender por meio da análise o funcionamento discursivo, os mecanismos das determinações sociais nos processos de significação e as formações discursivas e as formações ideológicas que sustentam os dizeres. Para realizarmos as análises, utilizamos um percurso teórico embasado em autores como Pêcheux (2006, 2009, 2010), Orlandi (1996, 2000, 2002, 2005), Amaral (2016), Silva (2011, 2015), entre outros. O discurso governamental utiliza da propaganda para simular mudanças de princípios e valores morais, pois o modo de produção capitalista reivindica modos de viver em uma sociedade de consumo, identificado com a ideologia do capital, sustentada pela formação discursiva do Estado, que prioriza e valoriza o lucro colocando o problema das drogas como sendo responsabilidade da família.

**Palavras-chave:** Discurso. Drogas. Estado. Propaganda.

## **ABSTRACT**

This dissertation analyzes, through the Analysis of Discourse of the French line, the conditions of production of the discourse of the governmental advertising of service and how it acts in the materialization of contradictory discursive practices, producing meanings that simulate “reception” and “adoption”. It thus seeks to understand the production of meaning as a historical and ideological practice, constitutive in discursive formation. The corpus of this research was built on the government propaganda service promoted by the Secretary of State for the Promotion of Peace (SEPAZ / AL), as one of the actions of the “AcolheAlagoas” Project in which the campaign “Welcome your child before drugs adopt him” and presented in stickers and pamphlets, started in March 2014, circulated throughout the state of Alagoas until June 2014. In Analysis of Discourse, the senses and the subjects are constituted at the same time in a process that happens in and by language. In this way, we can understand through analysis the discursive functioning, the mechanisms of social determinations in the processes of signification, and the discursive formations and ideological formations that support the utterances. In order to carry out the analyzes, we used a theoretical course based on authors such as Pêcheux (2006, 2009, 2010), Orlandi (1996, 2000, 2002, 2005), Amaral (2016), Silva (2011, 2015), among others. Thus, government discourse uses propaganda to simulate changes of principles and moral values, for the capitalist mode of production claims ways of living in a consumer society, identified with the ideology of capital, sustained by the discursive formation of the State, which prioritizes and values drug problem as being only the family's responsibility.

**Keywords:** Discourse. Drugs.State. Advertising.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA ANÁLISE DO DISCURSO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Língua, discurso e ideologia.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Condições de produção do discurso.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3</b>	<b>Formação ideológica, formação discursiva e interdiscurso.....</b>	<b>22</b>
<b>2.4</b>	<b>Constituição do sujeito do discurso.....</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>PROCESSOS HISTÓRICOS E DISCURSIVOS SOBRE O USO DE DROGAS: ESTADO, FAMÍLIA, ACOLHIMENTO E ADOÇÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1</b>	<b>Origem e Constituição do Estado.....</b>	<b>31</b>
<b>3.2</b>	<b>Função social do Estado no discurso sobre as drogas.....</b>	<b>37</b>
<b>3.2.1</b>	<b>Aspectos legais e políticos do uso de drogas.....</b>	<b>42</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Concepções do uso de drogas no Brasil.....</b>	<b>46</b>
<b>3.3</b>	<b>Família e Estado: “acolher” e “adotar”, a questão do uso problemático de drogas.....</b>	<b>50</b>
<b>4</b>	<b>PROPAGANDA GOVERNAMENTAL DE SERVIÇO: CONTRADIÇÕES DISCURSIVAS E EFEITOS DE SENTIDO.....</b>	<b>61</b>
<b>4.1</b>	<b>Estado e Propaganda Governamental de Serviço: contradições no discurso.....</b>	<b>62</b>
<b>4.2</b>	<b>Materialização de Práticas Discursivas que Simulam “acolhimento” e “adoção”: efeitos de sentido.....</b>	<b>77</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>99</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O consumo de drogas é uma prática milenar e universal. Nas diversas sociedades, as drogas eram utilizadas com fins religiosos, culturais e medicinais. O fenômeno das drogas constitui hoje em dia uma questão de saúde pública no mundo. É tratado como um problema social com impactos diretos na saúde do indivíduo, família, comunidade e sociedade em geral (ABREU, 2007).

As drogas existem há milhares de anos, desde a origem da experiência humana e em diversas civilizações. Assim, algumas são usadas do ponto de vista médico como forma de tratar determinadas doenças, enquanto outras são utilizadas devido a seus efeitos de prazer. Ambos os usos têm origens muito antigas.

Para Carneiro (2009, p. 14):

a questão do uso de drogas não se constitui, assim, apenas como um “problema”, mas faz parte da cultura humana há milhares de anos como um instrumento de estímulo, consolo, diversão, devoção e intensificação do convívio social.

Assim, diante de vários problemas que perpassam a sociedade contemporânea, a humanidade vem enfrentando momentos difíceis em relação às questões cotidianas, principalmente, no que se refere à ordem social, econômica, política e cultural do país. Um dos entraves em questão são as pessoas que fazem uso problemático de drogas, cujo desfecho acaba repercutindo em evidências que mostram a sua associação como uma das causas geradoras de violência na conduta do ser humano.

Em relação à questão do uso de álcool e outras drogas, o que acaba repercutindo ainda em diversas áreas da sociedade, caso da segurança pública, da saúde e da educação. No cerne de tal problemática, embora nem sempre explicitamente, “situam-se as contradições que remetem ao campo das determinações humano-materiais, mediadas pelas expressões multifacetadas mais imediatas do problema” (ABADE; SILVA et al., 2013, p. 85).

Considera-se, no entanto, que a relação entre sujeito e objeto é mais complexa do que as preconizadas pelo positivismo, levando em conta as contradições sociais, a historicidade às instâncias econômica, política e ideológica. Decorre daí, que as implicações são, ao mesmo tempo, sociais e pessoais, objetivas e subjetivas.

É nessa circunstância que o estado de Alagoas compareceu há anos como um dos estados considerados mais violentos do país, tendo sido ainda Maceió a quinta capital mais violenta do mundo, de acordo com a pesquisa da ONU<sup>1</sup>. Em resposta aos efeitos mais agudos dessa estatística, o estado criou a Secretaria de Estado da Promoção da Paz (SEPAZ), que tinha como uma das linhas de atuação a articulação e execução da política sobre drogas, o que incluía medidas de prevenção, passando pelo acolhimento, recuperação, tratamento e reinserção social de dependentes químicos. Por sua vez, a SEPAZ implantou a Superintendência de Políticas sobre Drogas, que a partir das atividades do projeto de acolhimento a dependentes químicos<sup>2</sup>, denominado “Acolhe Alagoas”, tinha por objetivo promover o equilíbrio do “dependente”, seu acolhimento e proteção, oferecendo-lhe a possibilidade de reestruturação física e social<sup>3</sup> através do programa de recuperação desenvolvido pelas “Comunidades Acolhedoras” que integrava o projeto.

O objeto de estudo desta pesquisa é o discurso da propaganda divulgada pela SEPAZ como uma das ações do Projeto “Acolhe Alagoas”, a partir da campanha “Acolha seu filho antes que as drogas o adotem” e apresentada em adesivos e panfletos, que iniciou em março de 2014 e circulou em todo o estado de Alagoas até junho de 2014.

O presente estudo analisa as condições de produção do discurso da propaganda governamental de serviço e como atua na materialização de práticas discursivas contraditórias, produzindo sentidos que simulam “acolhimento” e “adoção”. Formulamos o *corpus* da pesquisa a partir de um panfleto da campanha da propaganda governamental de serviço.

A propaganda é uma prática discursiva, que produz sentidos específicos, portanto, como uma prática social, coletiva, dialógica que se origina no uso da linguagem dentro de um processo de interação. A propaganda usa a linguagem verbal e visual que visa persuadir para conceitos e valores que conduzem o comportamento do homem na sociedade. De acordo com Batan (2004, p. 19), “A

---

<sup>1</sup><<http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-11-das-30-cidades-mais-violentas-do-mundo-diz-onu-12151395>> Acesso em: 5 maio 2017.

<sup>2</sup>A seu tempo essa designação será analisada no decorrer da dissertação e utilizaremos o termo aspeado sempre que aparecer no texto por compreender que esse não é o nosso posicionamento. Entendemos que a designação correta é pessoas que fazem uso problemático de drogas.

<sup>3</sup>No documento da SEPAZ não se coloca em evidência a reestruturação psíquica do indivíduo.

propaganda baseia-se nos símbolos para atingir seu fim: a manipulação das atitudes coletivas.” Ou seja, é destinada para influenciar opiniões e atitudes dos sujeitos.

Uma vez que, o aumento do uso de drogas na sociedade brasileira contemporânea atinge o cerne de um problema social que é bastante complexo, entendemos que estudar as condições de produção do discurso da propaganda governamental de serviço sobre as drogas é relevante, visto que o estado de Alagoas convive ainda com a problemática das drogas.

Para tanto, o consumo de drogas no Brasil tem levado o Estado a desenvolver estratégias de enfrentamento desses problemas com ações que se situam como medidas de prevenção, acolhimento, recuperação, além de tratamento e reinserção social de “dependentes químicos”; mas sem se preocupar com a reestruturação psíquica e social do indivíduo. Mesmo assim, essas ações têm apontado a inoperância do Estado sobre esta questão, cuja raiz do problema se situa na base material.

O interesse em trabalhar com o discurso para entender como se dá o processo de produção dessas práticas discursivas sobre as drogas foi o que nos estimulou a realizar esta pesquisa. Ressaltamos ainda que este estudo surgiu a partir de nossa atuação em um projeto interdisciplinar de extensão escolar<sup>4</sup>, o qual possibilitou a realização de atividades com pessoas que faziam uso problemático de drogas e estavam institucionalizadas, “acolhidas”, na Comunidade Acolhedora Nossa Senhora das Graças, instituição católica mantida por doações e pela SEPAZ.

Os discursos sobre drogas são fundamentados nas práticas históricas da sociedade brasileira, por isso para entendê-lo, é necessário que assumamos uma posição crítica diante da linguagem, visto que as palavras e as expressões sozinhas não têm sentidos próprios, pois são produzidas no jogo das posições ideológicas assumidas pelos sujeitos em um determinado momento histórico (PÊCHEUX, 2006).

No contexto atual, o uso abusivo de álcool e outras drogas tem levado a população cada vez mais a fazerem uso problemático de drogas o que passa a ser, portanto, um entrave desafiador para a sociedade. Diante disso, o Estado simula preocupação com a saúde da população, propondo mudanças na vida dos sujeitos com vistas à recuperação e ao tratamento. Uma vez que essa justificativa remonta ao que há de mais profundo nas organizações societárias, o caráter fundante do

---

<sup>4</sup>Projeto desenvolvido no Centro Educacional Cristo Redentor, em 2012, com alunos do Ensino Médio, no município de Palmeira dos Índios/AL.

trabalho. A partir dessa constatação, formulamos a seguinte questão: Quais são as condições de produção do discurso da propaganda governamental de serviço sobre as drogas e como atua na materialização de práticas discursivas contraditórias, produzindo efeitos de sentido nas expressões “acolhimento” e “adoção”?

Partimos do pressuposto de que as razões fundamentais do Projeto “Acolhe Alagoas” produz efeitos de evidências, simulando propostas de recuperar o sujeito, uma vez que o discurso da propaganda governamental utiliza de ações a partir de campanhas no combate as drogas, propondo ao sujeito mudanças de princípios e valores morais ajustados aos interesses da classe dominante, para quem a “dependência química” representa um risco à ordem e à reprodução social, jogando a responsabilidade à família, isto é, aos pais.

Escolhemos realizar o estudo com base na teoria da Análise do Discurso (AD) por esta ser uma área de conhecimento que, ao conceber o discurso como espaço de conflitos entre posições ideológicas distintas, proporciona por meio das análises discursivas entendermos como os sentidos são produzidos, pois é na materialidade discursiva que sujeitos e sentidos se constituem. Considerando o discurso em sua processualidade histórica, uma vez que, como afirma Florêncio et al. (2009, p. 63), “como práxis, pois, produzido nas relações sociais, em seu determinado momento histórico, pelas necessidades impostas na produção e reprodução da existência humana, traz em si o histórico e o ideológico, próprios a essas relações”.

A Análise do Discurso (AD) pode oferecer arsenal teórico metodológico para conhecer e interpretar a propaganda governamental de serviço, pois ao difundir fatores ideológicos, históricos e sociais termina revelando as marcas de um discurso que, impõe socialmente pelas classes dominantes que ditam aos sujeitos o que fazer. Conforme Orlandi (2000, p. 9), com a AD podemos “problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem”.

Nessa perspectiva, a autora aborda como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos, o que consiste em mostrar os processos de significação instaurados no texto. Assim sendo, é que buscamos delimitar nosso estudo, ou seja, a propagandagovernamental sobre a campanha “Acolha seu filho antes que as drogas o adotem”, enquanto objeto simbólico passível de análise em sua materialidade verbal.

Para dar suporte teórico a este trabalho, tomou-se a Análise de Discurso da linha francesa (AD), iniciada por Pêcheux no final dos anos de 1960, que contribui com a análise que está disposta no decorrer desse estudo, constitui numa teoria crítica da linguagem, assenta-se nos conceitos nucleares: sujeito, ideologia e discurso. De acordo com Orlandi (2002), a análise do discurso articula o linguístico ao sócio-histórico e ao ideológico, colocando a linguagem na relação com os modos de produção social. A referida autora enfatiza que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia.

O discurso é uma prática social, resultante das relações entre sujeitos com posições ideológicas em uma determinada conjuntura histórica, sendo, portanto, efeitos de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX, 2006). Desse modo, não há práticas discursivas neutras, pois são produzidas por/e para sujeitos que ocupam determinados lugares sociais.

Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa e a unidade de análise será o discurso materializado na propaganda governamental de serviço, baseada numa postura teórica que tem como concepção que todo discurso é ideológico. Além da introdução e da conclusão, esta dissertação está organizada em três seções, nas quais apresentamos o estudo da pesquisa.

Na primeira seção, abordaremos as bases teórico-metodológicas da Análise do Discurso pecheuxiana e discutimos sobre as noções de língua, discurso, ideologia, condições de produção, formação ideológica, formação discursiva, interdiscurso e a constituição do sujeito da AD.

Na segunda seção, tratamos sobre os processos históricos, conceituais e discursivos sobre o uso de drogas, buscando assim entender a origem e constituição do Estado bem como sua função social, a relação entre Estado e família e a simulação do enfrentamento à questão do uso problemático de drogas. Nessa etapa, retomamos autores que abordam, cada um com a especificidade de sua temática, sobre os termos “acolher” e “adotar”.

Prosseguimos, na terceira seção, à análise da sequência discursiva (SD) “Acolha seu filho antes que as drogas o adotem” presente no discurso da propaganda governamental de serviço e a materialização de práticas discursivas que simulam “acolhimento” e “adoção”. Nesse momento, buscamos entender a partir dos dispositivos teórico-analíticos, construídos na primeira seção, as contradições discursivas e os efeitos de sentido produzido pelo discurso governamental,

vinculando-os às condições materiais de produção na formação social vigente. A análise possibilita a constatação de que os discursos da propaganda se inscrevem no conjunto das práticas discursivas voltadas para a reprodução da ordem capitalista.

Assim, a partir da análise investigamos o processo de produção de sentidos no discurso da propaganda governamental de serviço, procurando desvelar o real sócio-histórico, cujas contradições se materializam nas práticas discursivas produzidas por sujeitos inseridos numa determinada conjuntura, que nesse caso, refere-se à sociedade brasileira contemporânea.

## 2 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

O discurso não é um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe [...] todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-estruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço [...]

Michel Pêcheux (2006, p. 56)

A epígrafe de abertura dessa seção foi recortada do livro “O discurso: estrutura ou acontecimento”, o último texto de Pêcheux, apresentado na Conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições”, na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, nos Estados Unidos, em julho de 1983. No fragmento aqui apresentado, encontramos os caminhos trilhados na teoria materialista dos processos discursivos, norteadores da Análise do Discurso, em que o discurso deve ser entendido como práxis social, mediado pela linguagem sob a influência dos conflitos sociais e ideológicos, produzindo deslizamentos nos efeitos de sentidos que provoca. Para Pêcheux (2006) a AD apoia-se em três campos: o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso, sendo atravessados pela Psicanálise.

Assim, convém ao analista do discurso analisar as condições complexas tanto da linguagem, quanto da história nas quais se realiza um determinado enunciado, condições que lhe dão uma existência específica. Essa existência faz o discurso emergir em relação com um domínio de memória, como jogo de posições possíveis para um sujeito, como elemento em um campo de coexistência, como materialidade repetível.

Vale ressaltar que o discurso acontece sempre na relação de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações e deslocamentos, podendo assim, derivar para outro enunciado. Não só, o objeto da Análise do Discurso é o discurso, as redes de memórias que produzem os sentidos em um momento histórico.

Diante disso, na presente pesquisa, para entendermos como a ideologia funciona nas práticas sociais efetivadas na propaganda governamental,

fundamentaremos nossa análise no referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD).

## 2.1 Língua, discurso e ideologia

Para AD, a língua é a materialidade do discurso, assim, concebê-la apenas como instrumento de comunicação é muito limitado, pois a língua está em constante relação com a ideologia e a história. Nesse sentido, Pêcheux (2006, p. 53) diz que “Todo enunciado, toda sequência enunciativa de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.” Assim, é nesse “espaço” em que a AD deve trabalhar.

Para Pêcheux (2009, p. 81), “o sistema da língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento.” No entanto, o discurso não é o mesmo para esses diferentes personagens. A língua não é transparente, é sujeita a equívocos.

De acordo com Orlandi (1993, p. 19), a língua é “base comum de todos os processos discursivos”, pois é a condição prévia e indispensável para a realização de qualquer processo discursivo. É compreendida como ordem significante, capaz de equívoco, de falhas e de deslizos.

Para Pêcheux, a língua está materializada na ideologia, ideologia que se revela na linguagem (ORLANDI, 2005). Assim, o discurso é entendido como um efeito de sentidos dentro da relação entre *linguagem* e ideologia, mas é através da análise do funcionamento discursivo que se expressam os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação.

Amaral (2016, p. 40) afirma que:

O discurso, [...] se revela como uma particularidade que cumpre a sua função no processo de constituição, produção e reprodução da vida em sociedade. A substância dessa particularidade (o discurso), que o faz diferente de outros particulares, está na indissociabilidade da língua com a história.

Em vista disso, entendemos a dimensão histórico-social do discurso por causa da sua relação indissociável entre a língua e a história. Conforme Pêcheux (2006, p. 50), “nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação

conversacional, mas aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma da existência do simbólico”, ou seja, o objeto da linguística “o próprio da língua”, o real.

Desse modo, de acordo com Orlandi (2000, p. 15), “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. E continua: “O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana”.

Entende-se o discurso como um produto social, característico de um dado momento histórico e que carrega consigo as relações estabelecidas entre os homens para a produção e reprodução de sua existência, constituindo-se de modo indissociável da história e da ideologia, inerentes a tais relações.

No falar de Orlandi (2000, p.15):

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade que ele vive.

Vale ressaltar que a AD “não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato” (ORLANDI, 2000, p. 15-16), mas com sua forma material, com meios de significar, com sujeitos falantes, levando em conta a produção de sentidos. Assim, a língua só faz sentido quando o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Dessa forma, “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2000, p. 17).

Pêcheux entende que é nas práticas discursivas que os sujeitos produzem e reconhecem sentidos na história. Com base nesse entendimento, “as fronteiras entre o linguístico e o discurso são constantemente deslocadas em toda prática discursiva, razão pela qual as ‘sistematicidades’ não funcionam sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizadas” (PÊCHEUX, 2009, p. 3).

Podemos considerar que todo discurso é duplamente determinado, tanto pelas formações ideológicas que referem os discursos a elaborações definidas, quanto pela relativa autonomia da língua (PÊCHEUX, 2009).

Quanto à Ideologia, é importante fazermos algumas considerações, por ser um conceito fundamental para a AD, visto que todo discurso é ideológico. Vários são

os teóricos que abordam a questão da Ideologia, no entanto, aqui serão tratados apenas os que são relevantes para o nosso estudo.

Pêcheux encontra na obra de Althusser conceitos fundamentais e contribuições acerca da ideologia, na teoria do discurso e os efeitos de sentido que são produzidos no discurso.

O conceito de Ideologia para Althusser foi construído a partir de “uma teoria da ideologia em geral”, pois em sua tese ele considera a ideologia como o sujeito que age na interpelação ideológica, como sujeito que movimenta os indivíduos para que eles sigam suas orientações. Como diz Althusser, “uma teoria das ideologias particulares exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe” (ALTHUSSER, 1980, p. 71). Observamos que na construção dessa teoria o mesmo quis mostrar como a Ideologia determina o sentido da ação social e o funcionamento da vida social.

Ao propor suas teses sobre a Ideologia, podemos destacar uma como sendo fundamental para este trabalho, considerada a tese central e na qual foi muito útil para Pêcheux em seus estudos sobre a AD: a interpelação ideológica. Althusser (1980, p. 99):

a ideologia ‘age’ ou ‘funciona’ de tal forma que ‘recruta’ sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos. Esse processo de interpelação ideológica se efetiva porque a ideologia assegura, ao mesmo tempo, “a interpelação dos indivíduos como sujeitos”.

Nesse sentido, a Ideologia tem o poder de interpelar os indivíduos como sujeitos e de rendê-los a suas orientações valorativas. De acordo com Silva (2015, p. 34), “Considerada a tese principal, a terceira (interpelação ideológica) se refere à noção de assujeitamento ideológico, noção tão cara e tão polêmica nos estudos discursivos”<sup>5</sup>

Ainda para corroborar com a discussão em questão sobre o sujeito na produção dos sentidos dos enunciados, recorreremos a Abade e Silva (2013, p. 99):

Absorvendo os conceitos althusserianos, bem como a noção de inconsciente elaborada por Freud e Lacan, Pêcheux quis mostrar que, longe de ser determinada por um sistema abstrato de signos

<sup>5</sup> Sobre as três teses de Althusser em relação à Ideologia, tem-se: 1. A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; 2. A ideologia tem uma existência material e 3. A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos (ALTHUSSER, 2010).

como supõe a lingüística, a linguagem ou a prática discursiva, noção que, com certa reserva, ele busca em Foucault, é sobredeterminada pela ideologia. [...] os sentidos dos enunciados são produzidos na medida em que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito. Trata-se de um sujeito que, [...] atende à interpelação ideológica de modo inconsciente, [...] é um sujeito assujeitado pela ideologia ou por formações discursivas constituintes dos diversos contextos da luta de classes.

Nessa perspectiva, o sujeito é sócio-historicamente determinado e condicionado a regras que regulam as práticas discursivas. Contudo, há um apagamento necessário de que o sujeito é resultado desse processo de interpelação, portanto, não se pode pensar o sujeito como origem de si, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e pelo simbólico.

Para Orlandi (2000, p. 46), “a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro”. É esse sentido que a Ideologia além de fazer parte de uma realidade também reflete e refrata outra realidade que lhe é exterior.

## **2.2 Condições de produção do discurso**

O discurso é produzido socialmente, uma vez que sua produção é determinada pela conjuntura sócio-político-econômica de um determinado momento histórico, cuja compreensão possibilita a formulação das condições de produção do discurso.

De acordo com Pêcheux (2006, p. 16), “o discurso é mais que uma estrutura, é acontecimento”, sob a influência dos conflitos sociais e ideológicos, produzindo deslizamentos nos efeitos de sentido que provoca. E ainda afirma que “é acontecimento que articula uma rede de memória” (PÊCHEUX, 2006, p. 56), ou seja, acontece sempre a partir de outros discursos, com os quais dialoga, concorda, discorda e estabelece correlações.

Para Amaral (2016, p. 33), “Tratar as condições de produção do discurso requer o conhecimento do processo das determinações sociais, políticas e econômicas da produção intelectual em geral, designada pela teoria marxista como formas de consciência ou formações ideológicas”. Dessa forma, condições de produção do discurso é uma categoria que nos possibilita investigar o contexto

sócio-histórico e ideológico em que o discurso foi formulado, portanto, é com ele que podemos desvelar o lugar social de onde fala o enunciador.

Pêcheux (2010, p. 78) diz que “é *impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção”, pois o discurso é um acontecimento dentro de um período histórico e produto de situações diversas.

Ainda sobre as condições de produção, Pêcheux (2010, p. 75-76) afirma que:

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa.

Segundo Orlandi (2000), existem duas possibilidades de condições de produção, uma em sentido *estrito* que diz respeito às condições imediatas que engendram a sua formulação e as de sentido *amplo*, as quais expressam as relações de produção, levando em consideração aspectos sócio-histórico-ideológicos. Desse modo, o contexto imediato é o local, o momento da enunciação e de que forma ele se apresenta, já o contexto amplo é o que traz os elementos que derivam das formações sociais, da conjuntura política e das instituições é o que diz respeito à dimensão sócio-histórico-ideológica.

De acordo com Orlandi (2000, p. 30), as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”, visto que, a situação pensada aponta para as circunstâncias da enunciação e em sentido amplo incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. Ressaltamos ainda que a memória também faz parte da produção do discurso, isto é, a memória discursiva entendida como o lugar de retorno a outros discursos. É o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizer.

Ainda conforme Orlandi (1993, p. 18):

Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O

lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações.

Vale salientar que em toda sociedade de classes o que se solidifica por meio das relações conflituosas de exploração/dominação, hierarquizadas pelas relações de poder se manifesta no discurso a partir do lugar social que o sujeito está inserido.

Pêcheux (2010, p. 180-181) nos propõe as seguintes terminologias para designar as condições de produção: “Superfície discursiva” (sequência oral ou escrita, de dimensão superior à frase), “Objeto discursivo” (que é o resultado da transformação da superfície linguística de um discurso concreto em um objeto teórico, isto é, objeto linguisticamente dessuperficializado) e “Processo discursivo” (resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam as condições de produção estáveis e homogêneas).

É a partir desse entendimento que partiremos para analisar o discurso governamental na propaganda de serviço, trazendo a linguagem verbal a partir de um enunciado e uma linguagem visual representada pela família. Dessa forma, carrega consigo valores no intuito de persuadir o comportamento humano ao propagar fatores ideológicos, históricos e sociais, seja de forma implícita ou explícita, impondo socialmente aos sujeitos o que deve fazer.

Cavalcante (2002, p. 45) afirma que quando o sujeito produz seu discurso “o faz a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica, e assim veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa.”

Para conhecer os sentidos produzidos em uma propaganda, deve-se levar em conta um aspecto que é indispensável para AD, a noção de ideologia “relação necessária do sujeito com a língua e com a história” porque ela “intervém com seu modo de funcionamento imaginário”, conforme Orlandi (2000, p. 48). Assim, quando se tenta entender os efeitos de sentido produzidos pela propaganda governamental de serviço, deve-se considerar o poder ideológico que o permeia e as condições de produção em que se realiza.

No entanto, para além da segmentação da informação, a propaganda busca mais espaço de visibilidade na mídia, através de práticas discursivas apelativas na tentativa de sensibilizar os indivíduos a se envolverem com os problemas sociais.

A propaganda circula na sociedade e tem também um papel na transformação dos sentidos, utilizando-se de práticas discursivas que não só usam a linguagem verbal, mas também a não-verbal. Assim sendo, não se pode negar o papel que a

propaganda exerce no que diz respeito ao seu poder de persuasão, principalmente em se tratando das imagens que visam atingir um enorme contingente de sujeitos.

Dessa forma, o discurso governamental na materialização de práticas discursivas funciona como um espaço de produção de sentidos, apropria-se de significações que circulam na sociedade, buscando manter alguns valores conservadores ligados aos problemas do Estado.

### 2.3 Formação ideológica, formação discursiva e interdiscurso

Para a AD, a categoria<sup>6</sup> formação ideológica se refere ao lugar social, a partir do qual o sujeito se expressa. O discurso é uma materialização das formações ideológicas o que se considera no falar de Florêncio et al. (2009, p. 70), “as formações ideológicas – dão sustentação ao dizer, produzindo sentidos que discursivamente procuram camuflar conflitos e deixar passar a ideia de ausência de contradições de classes”. A formação ideológica é expressão da Ideologia em que ocorrem os conflitos entre as classes.

De acordo com Pêcheux (2010, p. 163-164):

[...] as formações ideológicas de que acabamos de falar comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes.

Cumprido destacar que a categoria formação ideológica figura como forças em confronto, pois expressam as lutas das classes em conflito. Por sua vez, as formações discursivas são campos de saber, lugares de dizer, onde as formações ideológicas operam. O sentido de uma palavra não existe em si mesmo, isto é, não

---

<sup>6</sup>Neste estudo, estamos considerando os dispositivos teórico-analíticos como categorias da AD por entendermos que existe diferença entre os termos: categoria, conceito e noção. Baseamos na concepção de Abbagnano (2007, p. 137, 194-195, 833), na qual categoria é “qualquer noção que sirva como regra para a investigação ou para a sua expressão lingüística em qualquer campo”. O referido autor enfatiza que conceito é “todo o processo que possibilite a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, esse termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual etc.”. E afirma que “o alegado caráter de *universalidade subjetiva* ou validade intersubjetiva do conceito é, na realidade, simplesmente a sua *comunicabilidade* de signo lingüístico: a função primeira e fundamental do conceito é a mesma da linguagem: a comunicação” E por último, o autor aborda que, de um modo geral o termo noção tem o “significado genérico de operação, ato ou elemento cognitivo em geral”.

tem sentido próprio vinculado a sua literalidade, porém ele é determinado pelas posições ideológicas e recebe seu sentido da formação discursiva.

Amaral (2016, p. 45) afirma que:

As formações ideológicas [...], são expressões da ideologia dominante em uma formação social; elas se põem historicamente, de formas diferentes e em diferentes momentos históricos, acompanhando o processo de complexificação da sociedade e com ele, também, se modificando.

Ressaltamos que os discursos sempre estão ligados a determinadas formações ideológicas constituídas por posições de classes e elas são marcadas na divisão de classes: classe dominante e classe dominada.

Devemos lembrar que a formação social capitalista, com dominação de uma classe sobre a outra, atuam as formações ideológicas contraditórias, de um lado a formação ideológica do capital, com a divisão de classes, exploração do trabalho, a propriedade privada, o consumo; e por outro a formação ideológica do trabalho que assume o ponto de vista do trabalhador. Portanto, a ideologia dominante tenta apagar o conflito, a luta de classes.

Na concepção de Pêcheux (2009, p.147), a formação ideológica forma a base indispensável para a formação discursiva “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.”

Faz-se necessário, então, entender a concepção de formação discursiva, pois cada formação ideológica contém uma ou várias formações discursivas. Primeiramente o conceito de formação discursiva foi proposto por Foucault e, posteriormente, foi ressignificado por Pêcheux.

Pêcheux (2010, p.165) enfatiza que:

uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas.

Em relação às formações discursivas, podemos dizer que elas representam as formações ideológicas e que são essas que irão determinar os sentidos do

discurso. Segundo Cavalcante (2007), as formações discursivas regulam os sentidos e estabelecem formulações que são aceitáveis ou não.

Além dessas categorias que são básicas na Análise do Discurso, valem destaque também duas outras categorias: memória discursiva e interdiscurso.

A memória faz parte da produção do discurso, pois está “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (ACHARD et al., 1999, p. 50). Vale salientar que nenhum acontecimento é histórico por natureza, dessa forma, é necessário o discurso para reconstruí-lo.

Assim, para Pêcheux um acontecimento<sup>7</sup> “é um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2006, p.17), ou seja, pode ser analisado como uma analogia entre o fato e a forma como o fato foi percebido e circulado, como ele se atualiza e se mantém sempre presente na memória coletiva.

O acontecimento discursivo é o resultado de uma escolha do autor, que encadeia uma série de formações discursivas preexistentes, levando à criação de um novo acontecimento, sendo assim ele é apreendido na trama de enunciados que se entrecruzam em um dado momento.

Para que um acontecimento discursivo ocorra, é preciso que alguém o crie. Dessa forma, Pêcheux (2006) explica esse conceito através da análise do seguinte enunciado *On a gagné* (“Ganhamos”), que foi cantado nas ruas de Paris, por ocasião da vitória do candidato François Mitterrand. Foi um enunciado produzido por um autor e que começou a circular com um sentido diferente daquele em que ele existiria prototipicamente, ligado à prática esportiva. O deslocamento do significado da expressão *On a gagné*, do discurso esportivo para o discurso político, marcou o acontecimento discursivo que ocorreu naquele momento.

Ainda em Achard et al. (1999, p. 56), “uma memória [...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. É nesse contexto que a memória discursiva sempre retorna a outros discursos, propiciando a produção de novos sentidos num deslocamento de idas e vindas nas diferentes formações discursivas.

---

<sup>7</sup> Segundo Achard et al (1999), a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória joga em uma dupla forma-limite: a) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; e b) o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido.

Corroborando com essa discussão, Florêncio et al. (2009, p. 19) diz que “[...] o sujeito, ao retornar a discursos pertencentes a outra(s) formação (ões) discursiva (s), sempre realiza escolhas relevantes ao seu discurso, ao tempo em que se marca pela alteridade, pela historicidade, apesar da constante busca pela unicidade”.

Conforme Achard et al. (1999, p. 17), “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso.”

Orlandi (2000, p.31) afirma que “memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível”, ou seja, um conjunto de dizeres já expresso que dão base a todo dizer.

A memória discursiva, conforme Henry (1975 apud CAVALCANTE, 2007) é constituída por construções anteriores e exteriores ao que é construído na enunciação. De fato, é a memória que fornece ao enunciador elementos – pré-construídos e já ditos - dos quais ele se apropria para compor o seu discurso. Isso é possível graças ao movimento do interdiscurso que, atravessando a materialidade discursiva, retoma elementos aí existentes, possibilitando novos discursos.

Na perspectiva da AD, no entanto, não interessa apenas o que está explicitado, o dito, interessa também os discursos silenciados, não ditos, pois ao dizer, sempre silenciemos algo que não pode ou não deve ser dito (ORLANDI, 1996, p.75-76):

A compreensão do sentido do silêncio não deriva, para a Análise do Discurso, do sentido das palavras, defini-se antes pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos, necessariamente, outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. [...] Se diz ‘x’ para não deixar dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva.

Nessa perspectiva, não temos o controle de como os sentidos se formam no nosso dizer, assim ao pronunciarmos uma palavra ela vem sempre influenciada de muitos outros sentidos dos quais não temos conhecimento, devido à memória discursiva, mas que retornam pelo caminho do interdiscurso.

Para Cavalcante (2007, p. 48), “o interdiscurso é, pois, a possibilidade de fazer circular, em novos discursos, formulações já enunciadas anteriormente, numa outra conjuntura dada, transmitidas de geração em geração e reguladas pelas instituições”. Pode ser definido então como sendo formulações diversas, articuladas em marcas linguísticas, repetidas ou ressignificadas.

Courtine (1984, apud ORLANDI, 2000, p. 34) explicita:

o que estamos chamando de interdiscurso – representada como eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.

Assim, o interdiscurso está articulado ao complexo das formações discursivas que representam as formações ideológicas: alguma coisa dita antes, em outro lugar e o intradiscurso marca o que se está dizendo. O cruzamento desses eixos representa, portanto, o dizível.

De acordo com Orlandi (2000, p. 48-49), “atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo imaginário, o sujeito só tem acesso à parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história”, sendo assim afetados por elas para produzir sentidos. Dessa forma, o sujeito do discurso é aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia. Nessa perspectiva, iremos tratar da constituição do sujeito da AD.

## **2.4 Constituição do sujeito do discurso**

Na teoria do discurso pecheuxtiana, a constituição do sujeito é entendida a partir da ideologia. Assim, na AD o sujeito é atravessado por questões de ordem da ideologia e da materialidade histórica. Ele não é fonte do seu dizer, pois enuncia dizeres que já foram ditos em outros momentos, por alguém. O já-dito remete ao interdiscurso e a outros dizeres, o que provoca a ilusão no sujeito dele estar enunciando algo que nunca foi dito antes.

Ressaltamos que o sujeito da AD não é um ser real, o indivíduo, o sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, carregado de marcas sócio-histórico-ideológicas, e se imagina como fonte de sentido. Para Pêcheux (2010), o lugar

sujeito não é vazio, contudo é preenchido pela forma-sujeito<sup>8</sup>, ou sujeito do saber de uma determinada formação discursiva.

Mazière (2007, p. 22) nos diz que “o sujeito da AD é um ‘lugar de sujeito’ em uma abordagem dessubjetivada. [...] ele não pode ser apreendido, a não ser no interior de cada uma das buscas do analista” do discurso pela sua intenção de interpretação e de sua “posição quanto à língua.”

Orlandi (2000, p. 50) nos lembra de que na sociedade atual a “forma-sujeito histórica” é representada pela contradição, tem-se um “sujeito ao mesmo tempo livre e submisso” que “pode tudo dizer, mas que se submeta a língua para sabê-la”, ou seja, é um sujeito assujeitado. E acrescenta: “o assujeitamento se faz de modo que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade” (ORLANDI, 2000, p.51).

Recorrendo ao conceito Althusseriano, Pêcheux (2009, p. 147) retoma a tese da interpelação ideológica, acentuando o caráter contraditório do assujeitamento, enfatizando que “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito”. Na concepção do autor, o sujeito é sócio-historicamente determinado e condicionado a regras que regulam as práticas discursivas. Assim, há um apagamento necessário de que o sujeito é resultado desse processo de interpelação.

Nessa perspectiva, podemos observar que a interpelação dos indivíduos em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o determina, portanto, não se pode pensar o sujeito como origem de si. De acordo com Pêcheux (2009, p. 149-150), o funcionamento da ideologia exalta à autonomia, que prende todos os aspectos da subjetividade, até mesmo o discursivo, tenta apagar o processo de subordinação-assujeitamento no qual faz com que os sujeitos do discurso sintam-se como dono de seus discursos, afirmando assim a transparência da linguagem:

se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*, não estamos, pois, fazendo apelo a nenhuma “transcendência” (um Outro ou um Sujeito *reais*); [...] compreende-se, pois, que o idealismo não é de início, uma posição epistemológica, mas sobretudo, o funcionamento espontâneo da *forma-sujeito*, por meio do qual se dá como essência real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito. (PÊCHEUX, 2009, p. 149-150).

<sup>8</sup> Expressão introduzida por L. Althusser (2010, p. 67) que significa “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais”.

É pela forma-sujeito que o sujeito do discurso se inclui em determinada formação discursiva e com a qual se identifica, constituindo-se enquanto sujeito. Para Pêcheux (2009, p.154), “a forma-sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, [...] ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro já-dito do intradiscurso, no qual ele se articula por co-referência”<sup>9</sup>.

Para que possamos compreender a determinação do sujeito no discurso, faz-se necessário uma investigação do analista do discurso para saber quais são os atos de tomada de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante. É nesse sentido que Pêcheux (2009, p. 159-160) diz que:

a noção de ‘ato de linguagem’ traduz, de fato, o desconhecimento da determinação do sujeito no discurso. Permite, ainda, dizer que, na verdade, a *tomada de posição* não é, de modo algum, concebível como um ‘ato originário’ do sujeito- falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo, na medida em que ela ‘se volta a si mesma’ para se atravessar.

Com suas reflexões e inquietações sobre o sujeito do discurso, Pêcheux pensa sobre o acontecimento como sendo algo marcado linguisticamente, mas dependente de uma relação espaço-temporal e de produção de sentidos no interior do discurso. Isso é apresentado no seu livro *Discurso: estrutura ou acontecimento*, a partir da discussão do enunciado *Ongagné* (Ganhamos) lembrando o acontecimento histórico de maio de 1981, na França, quando Mitterrand ganhou as eleições e analisa esse enunciado no momento da história em que a “sociedade do espetáculo midiático” se instaura. Dessa forma, reflete sobre as questões políticas a partir da práxis a partir da possibilidade do novo.

Nesse momento, ocorre uma transformação/deslocamento da forma-sujeito e sua anulação, isto é, ocorre o efeito de desidentificação. Essa forma de subjetivação constitui, no falar de Zandwais (2009, p. 36), o “sujeito da prática política revolucionária e as formas como intervêm sobre os universos logicamente estabilizados”.

---

<sup>9</sup> Designa o efeito de conjunto pelo qual a identidade estável dos “referentes” – daquilo que está em questão – se encontra garantida no fio do discurso (intradiscurso). De acordo com Pêcheux (2009) um dos mecanismos lingüísticos por meio dos quais esse efeito se realiza é a anáfora.

No entanto, pensar no sujeito que não tem a possibilidade de refletir sobre sua própria história, de fazer escolhas, sugerir respostas e de criar algo novo é pensar na impossibilidade desse sujeito fazer mudanças em uma realidade já posta.

Concordamos com Florêncio et al. (2009, p.51) quando afirmam:

[...] a subjetividade tem o poder de mudar a realidade, de captar a realidade, mas ela depende da lógica dessa mesma realidade para conseguir realizar essas duas atividades. Não há nenhuma autonomia plena da subjetividade, que é determinada pelas relações sociais e que escolhe as alternativas apresentadas pelo seu tempo histórico. Por mais individuais que pareçam as escolhas do sujeito elas são sociais. Embora o sujeito, na maioria das vezes, tenha a ilusão de autonomia, em sociedades divididas em classes, todas as escolhas, das mais pessoais – como a quem se pode amar, até as econômicas, à forma de explorar o trabalhador – estão submetidas ao conflito de classe e são sociais. [...] No entanto, nenhuma realidade oferece apenas uma alternativa, e é nesse espaço de escolha que a subjetividade exerce a capacidade de produzir o novo em todas as práticas humanas, inclusive a discursiva.

Dessa forma, não se trata de um sujeito idealista que é dono do seu dizer e de sua vontade, mas que é determinado pelas relações sociais de uma dada realidade e submetido às práxis ideológicas de sua historicidade. No entanto, existem possibilidades de escolhas dentro de uma realidade na qual constitui as práticas discursivas.

Diante dessa abordagem, podemos analisar a materialidade discursiva que é desenvolvida a partir da proposta teórico-metodológica da AD a qual nos filiamos, fazendo uma análise objetiva do sujeito do discurso, que não é tomado pelo sujeito-falante, mas enquanto lugar discursivo determinado historicamente. Então procederemos ao estudo dos processos históricos e discursivos da nossa pesquisa sobre o discurso da propaganda governamental de serviço.

### **3 PROCESSOS HISTÓRICOS E DISCURSIVOS SOBRE O USO DE DROGAS: ESTADO, FAMÍLIA, ACOLHIMENTO E ADOÇÃO**

A velha sociedade, baseada nos laços de parentesco, é destruída em decorrência do choque entre as classes sociais recém-formadas. Em seu lugar surge uma nova sociedade, organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são agrupamentos sedimentados em laços de parentescos, mas unidades territoriais, uma sociedade em que o regime familiar está totalmente submetido às relações de propriedade e na qual se desenvolvem livremente as oposições de classe as lutas de classes que constituem o conteúdo de toda a história escrita até nossos dias.

Friedrich Engels (1884)

Na seção anterior, apresentamos algumas discussões a partir do referencial teórico da AD, destacando as concepções de Língua, Discurso e Ideologia; bem como algumas categorias como as Condições de Produção, as Formações Ideológicas, as Formações Discursivas, o Interdiscurso e a Constituição do Sujeito da AD.

Mesmo tendo em vista que esse referencial já foi abordado em vários estudos sobre a teoria do discurso, entendemos ser fundamental para que o analista do discurso explicita o caminho no qual ele percorreu para chegar ao entendimento do discurso e como produz os sentidos.

Para entender a gênese e constituição do Estado e sua função social, partimos do pressuposto de que o Estado é uma instituição social e historicamente constituída; sendo assim, as razões do seu surgimento são essenciais para identificar a sua função na contemporaneidade.

Devemos salientar que, nas sociedades em que se organizam o domínio do capital, o Estado é o instrumento de opressão da classe trabalhadora e que serve aos interesses da classe dominante, no entanto, contraditoriamente, ele diz representar os interesses dos sujeitos.

Nessa perspectiva, busca-se demonstrar, tomando como base obras do referencial marxiano, o processo histórico de constituição do Estado e sua função social. A tarefa aqui proposta consiste em desvelar os processos discursivos sobre o

uso de drogas, considerando à questão do Estado, da família, dos termos “acolhimento” e “adoção”, objeto de estudo de nossa análise.

### 3.1 Origem e Constituição do Estado

Várias são as discussões em torno das drogas, principalmente, aqui no Brasil, tendo em vista que é difícil erradicar o consumo de drogas em toda nossa extensão territorial. Isso significa dizer que essa discussão é intensa.

De acordo com Iversen (2012, p. 109)

a clandestinidade sofisticada da produção, a alta capacidade de infiltração de grupos criminosos na estrutura do Estado com a lucratividade da atividade ilícita, o aumento da demanda nos centros urbanos [...] mostraram que nos últimos anos a produção e a comercialização das drogas são um problema dificilmente controlável.

No Brasil, há uma concentração muito grande de pessoas que moram em comunidades periféricas nas grandes cidades, nas quais historicamente o Estado jamais interveio, desenvolveu assim o tráfico com a distribuição e venda de drogas.

É a partir dessa discussão que passaremos a analisar a origem e constituição do Estado, buscando entender a sua estrutura e o seu funcionamento. Para isso, torna-se essencial a discussão dos princípios do modo de produção capitalista e sua influência nos aspectos econômicos e políticos, sendo que esses fatores é que sustentam a sociedade, o que será muito significativo na análise de nosso objeto.

Na obra de Engels intitulada *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, encontra-se o conceito de Estado, sua natureza, essência e função social. Ele demonstra como as condições econômicas gerais puseram fim à organização gentílica<sup>10</sup> e possibilitaram a chegada da civilização.

Engels (2012) aborda que a economia era baseada na caça e na coleta; a divisão do trabalho era unicamente natural, subsistindo apenas entre os dois sexos, de forma que cada um tinha o controle do seu trabalho e a propriedade de seus instrumentos de trabalho. A economia doméstica era comunista e abrangia, frequentemente, muitas famílias.

---

<sup>10</sup> Segundo Engels (2012), é o agrupamento natural de tribos, capazes de resolver os conflitos que pudessem surgir no interior da própria organização, não admitindo nem a dominação nem a servidão ou diferença entre direitos e deveres.

Foi com o surgimento da Revolução Neolítica que se alterou radicalmente o modo de vivência humana, após o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Surgiu nessa época a divisão econômica do trabalho, pois a humanidade podia produzir o necessário a sua sobrevivência e controlar, relativamente, sua subsistência. Assim, Engels (2012, p. 152) evidencia:

O aumento da produção em todos os ramos – criação de gado, agricultura, artes e ofícios domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua subsistência. Aumentou ao mesmo tempo a quantidade de trabalho diário que cabia a cada membro da *gens*, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se conseguiu por meio da guerra. Os prisioneiros de guerra foram transformados em escravos. A primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade desse e, em decorrência, a riqueza, e ao alargar o campo da produção, tinha de trazer consigo, nas condições históricas de conjunto, necessariamente a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho resultou a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados.

Para o homem grego e romano, o trabalho não fazia parte dos valores do homem livre, mas na tradição judaico-cristã, o trabalho tinha uma conotação de castigo. Com o passar do tempo e da história, o conceito de trabalho foi se modificando. A sociedade passou por profundas modificações, a burguesia começou o projeto de implantação do capitalismo e o ideal burguês começou a disseminar em todos os segmentos.

Os gregos e romanos organizaram um modelo de organização econômica e social, empenharam também em construir um modelo de política que atendesse às necessidades essenciais de uma cidade, um Estado. De acordo com Chauí (2002, p. 375):

Como a propriedade da terra não pertencia à aldeia nem ao rei, mas às famílias independentes, e como as guerras ampliavam o contingente de escravos, formou-se na Grécia e Roma uma camada pobre de camponeses que migraram para as aldeias, ali se estabeleceram como artesãos e comerciantes, prosperaram, fizeram das aldeias, cidades, passaram a disputar o direito ao poder com as grandes famílias agrárias.

Podemos entender que ali já se formava uma luta de classes entre dominante e dominado que iria perpassar, de uma forma ou de outra, por toda a história da humanidade. Com o desenvolvimento urbano, as relações também foram se

alterando de forma significativa, e outros seguimentos surgiram como os artesãos e os comerciantes. Dessa forma, já havia a noção de pobre e rico e a luta entre as duas classes.

Na passagem do século XIV para o século XV, o feudalismo estava decadente e a nova classe que vivia nos Burgos, os burgueses, começou sua trajetória. A vida urbana crescia muito com as atividades artesanais e o comércio com o oriente virou rotina, originando uma nova fonte de riqueza: o lucro da exploração do trabalho dos pobres, e na exploração do trabalho escravo de índios e negros na América.

Nesse contexto, surgiu o burguês e o trabalhador e o conflito entre os indivíduos pela posse da riqueza, que devia ser conquistada pelo trabalho ou pela exploração dos mais fortes sobre os mais fracos.

Algumas transformações ocorreram na sociedade<sup>11</sup> que vai do século XV (as Grandes Navegações), no século XVI (o Renascimento e a Reforma Protestante), até o final do século XVIII, com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Essas transformações foram pontos culminantes para o surgimento do modo de produção capitalista (ALBIAZZETTI; ALMEIDA; BATTINI, 2013).

A Revolução Industrial consolidou novas formas de produção e reforçou o papel da classe burguesa como detentora dos meios de produção e a classe trabalhadora com sua força de trabalho, que era vendida nas relações de mercado.

As mudanças ocorridas no final do século XVIII ainda no século XXI estabelecem as estruturas sociais, econômicas, políticas e ideológicas. Tem-se então uma formação social, com problemas sociais, originados dessas novas relações de trabalho, crescimento das cidades, desemprego entre outros.

O nascimento do Estado foi o produto da divisão social do trabalho. Enquanto esta divisão social de trabalho foi apenas rudimentar, todos os membros da sociedade exerciam, alternada e praticamente, todas as funções sociais. Não havia Estado. Não havia funções especiais de Estado.

Mas, logo que a divisão social do trabalho se desenvolveu e a sociedade se dividiu em classes, definiu assim a sua natureza: aos membros da sociedade como

---

<sup>11</sup> O conceito de sociedade de acordo com Abbagnano (2007, p. 912): lat. Societas; in. Society fr. Société, ai. Gesellschaft; it. Società. No sentido geral e fundamental: 1. campo de relações intersubjetivas, ou seja, das relações humanas de comunicação, portanto também: 2. a totalidade dos indivíduos entre os quais ocorrem essas relações; 3. um grupo de indivíduos entre os quais essas relações ocorrem em alguma forma condicionada ou determinada.

um todo, foi negado o exercício de certo número de funções; só uma minoria tomou o exercício dessas funções.

A partir das condições em que surgiu o Estado, Engels (2012, p.161-162) revela:

Como o Estado surgiu da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo emergiu conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo era, sobretudo, o Estado dos donos de escravos, para manter os escravos subjugados, tal como o Estado feudal era o órgão de que se valeu a nobreza para manter a submissão dos servos e camponeses dependentes. E o moderno Estado representativo é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital.

Assim, como Engels, Marx compreende o Estado a partir da relação entre economia e política, como uma expressão das relações econômicas e interesses privados, configurando-se como um instrumento voltado para a garantia das próprias bases. Para Marx, o Estado possui uma natureza de classe que jamais pode representar os interesses da sociedade em geral, tendo em vista que a sociedade está permeada por interesses de classes antagônicas.

Vale salientar que o marxismo traz uma visão crítica do Estado, que é uma crítica à democracia burguesa e ao liberalismo, seus valores e fundamentos. Para Marx, o Estado existe devido aos conflitos de classe da sociedade civil. Ele é o Estado da classe dominante, que funciona para assegurar os privilégios dos explorados sobre os exploradores. No *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em parceria com Engels em 1848, está escrito que o Estado moderno é o comitê executivo dos negócios da burguesia (MARX; ENGELS, 2012, p. 40).

Para Marx e Engels, o grande êxito da burguesia promovido pela revolução burguesa transferiu o poder político efetivo dos proprietários da terra para os donos da propriedade industrial. Contudo, o Estado consolidado pela doutrina liberal nunca se comportou como um órgão neutro que procurava agir em favor do bem-estar da sociedade, mas como um poder coercivo que impunha a classe trabalhadora a disciplina social requerida pelos detentores da propriedade em busca por lucros.

Marx não vê o Estado como um mecanismo natural, como se fosse inerente ao ser social, pois ele tem sua raiz no antagonismo das classes que formam a

sociedade civil que é a base estrutural da sociedade, formada pelas classes sociais e pelas relações de produção. Nas palavras de Marx (2010, p. 59-60):

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade [...] Com efeito, essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural onde se apóia o Estado moderno, assim como a escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo.

Contra-pondo-se a Hegel, Marx afirmava que a “família e sociedade civil são os pressupostos do Estado; eles são os elementos propriamente ativos” (MARX, 2005, p. 30). De acordo com Bonavides (2012, p. 178), Marx diverge de Hegel sobre o Estado:

Diverge Marx profundamente de Hegel em ver no Estado ordem exterior à sociedade, da qual, todavia, se deriva. A concepção hegeliana era orgânica; a de Marx, mecanicista. Em Hegel o Estado é o fim em si mesmo, totalidade racional ou ética; em Marx, instrumento de poder, arma temível e poderosa em mãos de determinada classe, utilizada, segundo ele, não a favor da sociedade, mas das classes fortes e privilegiadas, contra as classes fracas e oprimidas.

Com isso, entendemos que para Marx o Estado detém o poder e utiliza isso como forma de dominação sobre a classe dominada, ou seja, essas duas classes vivem em constante conflito tanto de caráter ideológico quanto político.

Verifica-se então que, com isso “[...] o *Estado político* é uma *abstração* da sociedade civil” (MARX, 2005, p. 96). Nos dizeres de Lênin, o Estado, em linhas gerais, é um epifenômeno de todo arranjo social interagindo dentro de interesses mútuos. Sendo assim, “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (LÊNIN, 2007, p. 25).

Ao reler as obras de Marx, Althusser entende que qualquer sociedade necessita reproduzir suas condições de produção para garantir sua continuidade, ou seja, para que o processo histórico não se interrompa com o perecimento da vida social, faz-se necessário que a sociedade reproduza seus meios de produção, sua força de trabalho e suas relações de produção.

Salientamos que, para Althusser (1980), o Estado é uma instituição que detém o poder político, portanto, a autorização de seus aparelhos de repressão. Já os aparelhos de Estado têm por base o modo como funcionam. Enquanto os

aparelhos ideológicos de Estado (a escola, a família, a justiça, os partidos, os sindicatos políticos, a mídia e as igrejas), funcionam pela ideologia; os aparelhos repressivos de Estado (o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais e as prisões) funcionam pela violência. No entanto, ambos funcionam simultaneamente tanto pela ideologia quanto pela violência.

Althusser, falando sobre a questão da superestrutura, indica sua subordinação as regras da estrutura econômica da sociedade. Althusser (2010, p. 61) afirma que,

pode-se dizer que os andares da superestrutura não são determinantes em última instância, mas que são determinados pela eficácia da base; que se eles são a seu modo (ainda não definido) determinantes, apenas o são enquanto determinados pela base.

Assim fica configurado o caráter reflexivo do papel do Estado, uma vez que está visível o que prende a estrutura material da sociedade, conduzindo-nos a pensar “que é a partir da reprodução que é possível e necessário pensar o que caracteriza o essencial da existência e natureza da superestrutura” (ALTHUSSER, 2010, p. 62).

Com isso, entendemos que o Estado surge da necessidade de garantir a manutenção, não das liberdades individuais ou coletivas, mas de servir, essencialmente, de instrumento de opressão e dominação de classes, o que no falar de Althusser (2010, p. 62) “O Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à classe dos grandes fundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária [...]”.

Mészáros (2011, p.565) afirma que “Marx percebeu que a contradição entre o social e o político seria inconciliável. Dado o caráter antagônico das próprias classes sociais, perpetuada como tal pela estrutura política, o Estado seria irredimível, portanto descartado”. Ainda de acordo com Mészáros (2011, p. 566), “o Estado (e a política em geral, como um domínio separado) deve ser *transcendido* por meio de uma transformação radical de toda a sociedade”, através de um conjunto de medidas adotadas pelo proletariado organizado, afastando, de uma vez por toda, da regência social, a burguesia, o capital, o sistema produtor de mercadoria e a subjugação do homem pelo homem.

Foi com o capitalismo que surgiu o Estado Moderno que se fundamenta por formas de governo eleitas pelo povo e regidas por uma Constituição. Desse modo, o

poder do Estado passou a ser dividido em três dimensões: executivo, judiciário e legislativo. Essas dimensões do Estado burguês proveniente da Revolução Francesa instituiu a aparência de que o Estado, acima dos interesses de classes, vem organizar democraticamente a sociedade.

Na concepção de Marx, a sociedade capitalista nasceu dividida em duas classes sociais: os burgueses (capitalistas) e os proletariados (trabalhadores), e são essas classes que materializam as relações sociais, dentro do capitalismo, construídas pelo processo de venda da força de trabalho dos proletários e compra dessa força pelos capitalistas que a exploram dentro da produção.

Marx se centrava em categorias reais, a exemplo da força de trabalho, da família, e da sociedade de modo geral, tendo em vista, que estas estruturam e fundamentam o Estado moderno. No modelo capitalista de produção, a desigualdade entre classes é intrínseca à sociedade.

Assim, faz-se necessário analisar a função social do Estado no discurso sobre as drogas na sociedade capitalista.

### **3.2 Função social do Estado no discurso sobre as drogas**

A gênese do Estado está ligada à base material de reprodução social. Assim, entendemos que o Estado tem um poder acima das classes sociais; que, em verdade, este é um produto da sociedade, porque foi originado e constituído mediante o seu desenvolvimento histórico, no qual ele defende os interesses da classe dominante. Contudo, o Estado torna-se uma força de comando político para administrar a manutenção da sociedade de classes na sua reprodução social.

Com a passagem do feudalismo para o capitalismo, as novas formas de os homens se organizarem para extrair da natureza o necessário a sua sobrevivência exigiram um reordenamento, revolucionando todo o processo para constituir uma nova forma de sociabilidade.

No final do período feudal, o liberalismo foi gerado pelo surgimento de uma nova sociedade econômica, modelado como uma doutrina pelas necessidades dessa nova sociedade. Contudo, foi através dela que ascendeu a classe burguesa a uma posição de domínio político.

O Estado apareceu pela primeira vez na história, como um instrumento a serviço da classe dominante, para permitir e manter a reprodução da exploração do

homem pelo homem, no espaço das relações econômicas, cuja sociedade marcada pela presença de classes sociais distintas com interesses opostos. Esta é a função social do Estado em sua base material. No entanto, a formação do Estado foi uma necessidade ao desenvolvimento da sociedade dividida em classes sociais.

Engels (2012, p. 63) afirma que:

O Estado, portanto, não existiu eternamente. Houve sociedades que passaram sem ele, e que não tinham a menor ideia do Estado ou de seu poder. Num determinado estágio de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligado à divisão da sociedade em classes, o Estado, em virtude dessa divisão, tornou-se uma necessidade. Estamos agora nos aproximando com rapidez de um estágio de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas também se converte num positivo obstáculo à produção. As classes vão desaparecer de maneira inevitável como anteriormente surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado.

A partir dessa discussão, podemos evidenciar a possibilidade concreta de superação do Estado, mostrando que este não é uma necessidade eterna da humanidade.

Com o desenvolvimento do Estado moderno, a burguesia se apropriou das novas relações econômicas e do poder político, exercendo a mesma função social, de diferentes formas, amoldando-se às reais necessidades do capitalismo, sendo sempre o Estado do capital para cumprir as funções de ordenamento da reprodução social.

Vale ressaltar que o Estado é mais poderoso economicamente porque é proprietário de toda a riqueza produzida e conquista através do poder econômico, a dominação política para manter a ordem em funcionamento e administrar os conflitos, de forma a não colocar em risco a ordem. Dessa forma, o Estado simula representar os interesses das classes sociais, mas a contradição no capitalismo é permanente.

Mészáros (2011, p. 98) caracteriza o Estado moderno como “[...] imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais”. Deste modo, o Estado pertence à classe capitalista e exerce sua função abrangente e totalizadora de acordo com as necessidades e as demandas do capital. O Estado é,

portanto, expressão e condição necessária para a reprodução das desigualdades sociais, advindas da exploração do trabalho, as quais não pretende eliminar, pois isso seria ir contra a sua natureza, seria a sua autodestruição.

Marx, no livro intitulado *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma social” de um Prussiano*, aborda os equívocos existentes ao se buscar a raiz da ineficiência da ação do Estado para a solução dos problemas sociais. Nas palavras de Marx (2010, p. 62):

Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, e, portanto, no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreender-lhe o princípio geral.

Diante do exposto, destacamos que, para realizar sua função social, o Estado atua de diversas maneiras inclusive com a efetivação de políticas sociais. Marx (2010) aborda que não é no Estado que se pode encontrar a natureza dos males sociais, mas na esfera econômica, na base material de reprodução social.

Assim sendo, tomamos como fundamento a função social do Estado para entender o processo discursivo que está imbricado nos problemas sociais que atinge todo o Estado brasileiro, principalmente, no tocante à questão das drogas, ocasionada por vários fatores sociais e, principalmente, pela contradição presente no sistema do capital.

Sobre isso, Silva (2011, p. 56) afirma que:

De um lado, tal fenômeno é responsável por movimentar um intenso e lucrativo mercado – que demonstra o quanto é incontável o domínio do capital sobre as relações sociais, visto a mercantilização de tudo o quanto seja possível na vida dos indivíduos – e de outro, por representar, através de seu aspecto político e social, uma ameaça à própria ordem capitalista.

Dessa forma, o fenômeno do uso problemático de drogas constitui mais um dos males sociais gerados no modo de produção capitalista e que está associado a diversos outros males sociais como a violência, o desemprego, a educação, a pobreza entre outros.

Contextualizando historicamente a questão do uso problemático das drogas, o significado deste termo “droga” que deriva de “droog”, em holandês antigo, significa “folha seca”. Atualmente, refere-se a uma substância química utilizada para causar

alterações bioquímicas e fisiológicas no organismo, tomada de forma liberada para obter efeitos desejados. E no sentido mais amplo como qualquer substância e/ou ingrediente utilizado em laboratório, farmácias, tinturarias e demais estabelecimentos que processam produtos químicos. De acordo com Bellio Júnior (2013, p. 9), “desde um pequeno comprimido para aliviar uma dor de cabeça ou até mesmo uma inflamação, estaremos utilizando uma droga para esse fim”.

Ao longo da história, a droga tem sido usada com diferentes finalidades, isto é, do ponto de vista médico para cuidar da saúde e outras como forma de prazer, na ciência, na busca do místico, do conhecimento popular e como alívio para os males.

Em relação ao uso recreativo<sup>12</sup> e drogas, Iversen (2012, p. 17) afirma que “parece fazer parte do comportamento humano há milhares de anos. É provável que o álcool tenha sido a primeira dessas drogas”. Há ainda registros da produção de vinho e cerveja na Antiga Babilônia, há mais de 3 mil anos, e confecção de vinho no Império Romano.

Podemos observar que o uso de drogas é milenar, pois a maconha (extraída da planta *Cannabis sativa*) era considerada planta sagrada mil anos antes de Cristo e na Grécia era comum o uso de drogas como o ópio, haxixe entre outros.

No século XVI, o chinês Li Shin Chen foi um dos primeiros a estudar as drogas de forma científica, pois estudou a ação de diversos remédios tradicionais. Mas, é com Hipócrates, o fundador de uma das primeiras escolas de medicina que, os avanços dos medicamentos naturais se intensificaram.

Nesse período da história, as drogas possuíam uma inscrição simbólica, sendo usadas em rituais religiosos e sociais, na cura de doenças. Na realidade, seu valor não estava no consumo, porém na aceção atribuída a esse consumo, numa determinada organização social.

No entanto, o uso problemático das drogas começou na era moderna, na Alemanha do século XIX. Iversen (2012, p.14) diz que “a morfina era usada como um analgésico poderoso, mas, como aconteceu com o ópio antes dela, também se transformou em uma droga de abuso” e ressalta que “o uso excessivo do álcool e o

---

<sup>12</sup>Termo usado pelo autor Leslie Iversen no livro sobre *Drogas*, é o uso de substância que ainda não causa prejuízos evidentes na vida ou na saúde da pessoa. Em geral, é um uso eventual, *esporádico*, isto é, a pessoa usa “de vez em quando”.<http://psiquiatarj.com.br/tema/dependencia-quimica/uso-recreativo-de-drogas-ou-uso-social-de-drogas/#>. Acesso em: 30 jun. 2016.

risco de dependência destacaram-se especialmente nas cidades pobres do período industrial dos séculos XIX e XX”.

Na América do Norte se cultivava a planta de tabaco *Nicotiana rústica*, fumar as folhas secas era um costume de muitas tribos indígenas americanas, exercendo um papel importante no ritual de fumo do cachimbo da paz, pois acreditavam que o tabaco tinha propriedades medicinais. Já na Índia e no mundo árabe, o fumo das folhas queimadas da maconha foi muito praticado durante milhares de anos. A folha de coca não era queimada, mas mascarada pelos índios peruanos, e considerada pelos incas um símbolo de divindade.

As drogas sintéticas, que alteram a consciência do indivíduo, surgiram pela primeira vez no início do século XX. De acordo com Iversen (2012, p. 22) “Foi durante a Segunda Guerra Mundial que os militares começaram a usar as drogas sintéticas para ficarem alertas e acordados por longos períodos, por exemplo, nos bombardeios em longas missões aéreas”.

A descoberta do Dietilamida do Ácido Lisérgico (LSD), pelo químico suíço Albert Hoffmann, em 1938, trouxe a redescoberta de outros alucinógenos derivados de plantas; essa droga foi considerada como um dos mais poderosos alucinógenos que altera a consciência. Hoffmann descreve a sua experiência com essa droga, após ingerir uma dose diminuta como um delírio causado pela excitação da fantasia, dos objetos ao redor que se transformaram em máscaras coloridas (IVERSEN, 2012).

Conforme Iversen (2012, p. 23-24), “no decorrer da história, os usos medicinais e não medicinais de drogas estiveram estreitamente interligados”. No entanto, foi intensificado um aumento drástico desse uso durante o século XX. O autor afirma que “o crescimento do uso de drogas recreativas ocorreu em resposta à pobreza e escassez em algumas comunidades, e à fartura em outras.”

Para corroborar com o que foi exposto anteriormente, Silva (2011, p. 70), diz que:

Não podemos ignorar que o uso de drogas, anterior ao capitalismo, assume particularidades expressivas dentro do mundo capitalista e que os motivos que levam um homem rico a usar drogas podem ser diferentes dos motivos que levam um pobre a usá-la. Mas salientamos que existe aí um fio condutor em comum – o uso de drogas possui profundas modificações com o surgimento do capitalismo, cria-se um comércio lucrativo que só poderia existir dentro das relações sociais da sociedade burguesa e é dentro desta

estrutura societária (na qual existe o mercado) que permite aos pobres e aos ricos consumirem a mercadoria droga.

Assim, podemos constatar que a comercialização de drogas e o fornecimento delas estão ligados às atividades econômicas da sociedade. Salientamos que o uso problemático de drogas tem uma constituição histórica, econômica e social, abrangendo todos os “extratos da sociedade”. No entender de Silva (2011, p. 92), “se trata de um sério problema de saúde pública, constituindo-se uma grave ameaça aos vínculos sociais e familiares.”

### 3.2.1 Aspectos legais e políticos do uso de drogas

Para entender os aspectos legais e políticos do uso drogas, faz-se necessário o entendimento que aponta a gênese do problema nessa sociedade.

Vale salientar que o uso de drogas em comunidades primitivas ou civilizações da Antiguidade não representava problema de ordem social, tendo em vista que o controle sobre o uso era exercido através das relações pessoais próximas, na própria comunidade.

De acordo com Baratta (1994, p. 41):

A história das drogas anterior à economia capitalista é com raras exceções um aspecto normal da cultura, da religião e da vida cotidiana em toda a sociedade: não é a história de um problema. Torna-se um problema com o advento do mercantilismo e com a consolidação em nível mundial do modo de produção capitalista [...] As novas drogas importadas do novo para o velho mundo, tornaram-se nesse velho mundo, a partir de interesses políticos e econômicos dominantes, um grande problema moral ou religioso ou um grande negócio para comerciantes e monarcas: um objeto de proibição ou, ao contrário, de promoção ou imposição.

Enquanto a produção e comercialização de drogas eram artesanais e atendiam a um consumo restrito de comunidades, não havia necessidade de interferência do Estado. No entanto, quando a droga passa a ser mercadoria e torna-se um comércio lucrativo ocorrem interesses políticos e econômicos das classes sociais.

Com o surgimento da sociedade de classes, através da exploração do trabalho, ou seja, exploração do homem pelo homem houve uma ascensão de seu estágio primitivo. De acordo com Lessa (2012, p. 19):

A baixíssima produtividade do trabalho nas sociedades primitivas fazia da exploração do homem pelo homem uma impossibilidade histórica. [...] não conheciam nem classes sociais, nem o Estado, nem política (o exercício do poder que brota da propriedade privada), nem o Direito, nem dinheiro. [...] também desconheciam a alienada divisão social do trabalho.

Assim, o autor aborda a questão do trabalho nas sociedades primitivas e sua baixa produtividade, pois o homem não conhecia as classes sociais, o Estado, a política e a divisão social do trabalho. Portanto, para Lessa (2012, p. 21) “ [...] o trabalho alienado (o trabalho explorado) que fundará a sociedade de classes. [...] a gênese do trabalho explorado é, também, a gênese das classes sociais” (LESSA, 2012, p. 21).

A partir desse entendimento, observamos as mudanças que ocorreram na sociedade. Silva (2011, p. 105) ressalta que “a separação historicamente consumada pelo sistema do capital determina a distinção das classes sociais, distinguindo, assim, as funções produtivas e controladoras do processo de trabalho”.

Na sociedade atual, o neoliberalismo<sup>13</sup> constitui o ponto de referência ideológico, político e econômico que direciona e comanda as ações e decisões governamentais na maioria dos países, tanto dos desenvolvidos, quanto dos que estão em desenvolvimento.

Marx, em 1844, afirmou que a degradação da vida dos trabalhadores é o resultado da forma das relações sociais de trabalho. Assim, Marx (2010, p. 59-60) diz que:

Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele. [...] Frente as conseqüências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a essas conseqüências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apóia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo.

---

<sup>13</sup>Podemos definir o neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. <<https://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

Podemos constatar com isso a ineficiência do Estado diante dos entraves sociais. No entanto, observamos quanto o pensamento de Marx recai sobre a realidade do momento contemporâneo.

No Brasil, as políticas públicas referentes à atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas, especialmente em se tratando da saúde destes indivíduos, passou por uma missão histórica, especialmente porque a história de intervenções dos governantes brasileiros na área de álcool e outras drogas entre abordagens, intervenções e políticas, foram original e predominantemente desenvolvidas no campo da justiça e da segurança pública.

Segundo Machado (2007), a tentativa de se estabelecer o controle do uso e do comércio de drogas e preservar a segurança e a saúde pública no país, começou no início do século XX, com a criação de um aparato jurídico-institucional, que se destinava, sobretudo, ao controle do consumo de drogas ilícitas. Esse aparato, constituído por uma série de leis e decretos proibiam e criminalizavam o uso e o comércio de drogas no país, previa penas que determinavam à exclusão dos usuários do convívio social.

A partir de 1998, teve início no Brasil a construção de uma política nacional específica sobre o tema da redução da demanda<sup>14</sup> e da oferta<sup>15</sup> de drogas. Foi depois da realização da XX Assembleia Geral Especial das Nações Unidas, na qual foram discutidos os princípios diretivos para a redução da demanda de drogas, aderidos pelo Brasil, que as primeiras medidas foram tomadas. O então Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) foi transformado no Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD)<sup>16</sup>, diretamente vinculada à Casa Militar da Presidência da República.

Com o objetivo de “coordenar a Política Nacional Antidrogas, por meio da articulação e integração entre governo e sociedade” e como Secretaria Executiva do Conselho Nacional Antidrogas, coube à SENAD mobilizar os diversos atores envolvidos com o tema para a criação da primeira política brasileira. Assim, por meio

---

<sup>14</sup> Ações referentes à prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas que causem dependência, bem como aquelas relacionadas ao tratamento, à recuperação, à Redução de Danos e à reinserção social de usuários e dependentes.

<sup>15</sup> Atividades inerentes à repressão da produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

<sup>16</sup> Medida Provisória nº 1.669 e Decreto nº 2.632, ambos de 19 de junho de 1998.

Fonte: <[http://www.supera.senad.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/SUP9\\_Mod1.pdf](http://www.supera.senad.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/SUP9_Mod1.pdf)>. Acesso em: 1 jul. 2016.

de Decreto nº 4.345, de 26 de agosto de 2002, foi instituída a primeira Política Nacional Antidrogas (PNAD) do país.

Ao longo do tempo, a discussão sobre drogas se manteve em pauta e houve uma necessidade de realinhamento e atualização da política sobre drogas, levando em conta as transformações sociais, políticas e econômicas as quais o país passava. Assim, passando a se chamar Política Nacional sobre Drogas (PNAD)<sup>17</sup>.

Em 2006, a SENAD coordenou um grupo de trabalho do governo que assessorou os parlamentares no processo o qual culminou na aprovação da Lei nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Essa Lei colocou o Brasil em destaque no cenário internacional ao instituir o SISNAD e prescrever medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, em consonância com a atual política sobre drogas.

As principais funções dos novos órgãos são especificadas por Machado (2007, p. 5):

O Sisnad, então constituído, tinha como função integrar as atividades de representação (ao uso indevido, ao tráfico ilícito, e à produção de drogas) e de prevenção (tratamento, recuperação e reinserção social dos dependentes). O Ministério da Justiça passou a ser o órgão central e a Polícia Federal, o órgão executivo do primeiro grupo de atividade. A Sisnad tornou-se o executivo do segundo grupo de atividade. Embora o Ministério da Saúde integrasse o Sisnad, nenhuma das atividades do segundo grupo (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social) foi atribuída a ele.

Em 23 de julho de 2008, foi instituída a Lei nº 11.754, por meio da qual o Conselho Nacional Antidrogas passou a se chamar Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD). A nova Lei também alterou o nome da Secretaria Nacional Antidrogas para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Essa modificação histórica era aguardada desde o processo de realinhamento da Política Nacional sobre Drogas, em 2004, tornando-se um marco na evolução das políticas públicas no Brasil.

Para capacitar e articular as ações de redução da demanda, focadas principalmente em atividades preventivas, com ações de redução da oferta de drogas, que priorizam o enfrentamento ao tráfico de ilícitos, em janeiro de 2011, o

---

<sup>17</sup> Aprovada em 23 de maio de 2005, entrou em vigor em 27 de outubro daquele mesmo ano, por meio da Resolução nº 3/GSIPR/CONAD.

Governo Federal, transferiu a SENAD da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça.

Em maio de 2007, por meio do Decreto nº 6.117, foi apresentada à sociedade brasileira a Política Nacional sobre o Álcool<sup>18</sup>. A política sobre o álcool surgiu da necessidade em relação ao uso cada vez mais abusivo dessa substância, bem como o impacto negativo na saúde e na segurança, ocorrendo na maioria das vezes em situações de violência e criminalidade associadas ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas.

Porém, mesmo com os avanços acima mencionados o Brasil não conseguiu solucionar os problemas relacionados ao uso problemático de drogas. Ressaltamos que o aspecto legal e político do Estado visa manter a dominação do capital sobre o trabalho. A gênese desse entrave está na base material da sociedade do capital.

### 3.2.2 Concepções do uso de drogas no Brasil

Nas últimas décadas, o Brasil tem mudado o panorama entre a associação do uso de drogas e álcool, no que se refere ao perfil social dos usuários, cuja principal característica é o envolvimento com drogas. Os jovens<sup>19</sup> que apresentam dificuldades de inserção escolar, situações familiares problemáticas, insucessos de ordem individual e social; em sua maioria vão se inserir no mundo de consumo de drogas, e este mais tarde em situações de dependência que levam a criminalidade associada à necessidade de obter dinheiro para consumir a droga.

O relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011) sobre a saúde no mundo chama a atenção para a carga global de doenças decorrentes do uso de álcool e outras drogas. O uso global de substâncias psicoativas é estimado em 2 bilhões de usuários de álcool, 1,3 bilhão de fumantes e 185 milhões de usuários de drogas. O uso prejudicial do álcool resulta em 2,5 milhões de mortes globalmente por ano. O Relatório do Estado Global da Análise do Álcool e Saúde de 2011 mostra que cerca de 4% de todas as mortes são relacionadas ao álcool, causadas por doenças, acidentes, cânceres, doenças cardiovasculares e cirrose do fígado.

---

<sup>18</sup>Fonte: <[http://www.supera.senad.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/SUP9\\_Mod1.pdf](http://www.supera.senad.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/SUP9_Mod1.pdf)>. Acesso em: 1 jul. 2016.

<sup>19</sup>Fonte: <[http://www.supera.senad.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/SUP9\\_Mod2.pdf](http://www.supera.senad.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/SUP9_Mod2.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2016.

Globalmente, 320 mil jovens entre 15 e 29 anos morrem anualmente, por causas relacionadas ao uso do álcool, resultando em 9% das mortes desse grupo etário<sup>20</sup>.

Por sua vez, no Brasil, nos últimos anos tem ocorrido o aumento da criminalidade<sup>21</sup>, da violência, da superlotação das prisões, com rebeliões nas cadeias. Jovens e seus familiares podem ser envolvidos por ausência de emprego estável com remuneração justa, falta de opções de lazer, dificuldades escolares, nos relacionamentos com a família, convivência constante com atividades criminosas, violência e carência de políticas de assistência pública.

Apresentaremos alguns dados estatísticos sobre o uso de álcool e outras drogas no Brasil. Para tanto, utilizaremos os dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) que em 2005, fez o II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: envolvendo as 108 maiores cidades do País. O referido estudo mostrou que, numa distribuição de 7.939 entrevistados, 12,3% eram dependentes de álcool e 10,1% de tabaco.

Na região Nordeste, foram realizadas 1.680 entrevistas e se observou que a dependência de álcool foi de 13,8 % e o uso de tabaco 8,8%. Enfatizamos ainda que na faixa etária entre 12 a 17 anos, declararam ter usado, ao longo da vida álcool, maconha, tabaco entre outras.

Em relação à região Sudeste, foram entrevistados/as 4.107 indivíduos e os resultados mostraram que o álcool foi a droga mais consumida na região, com um índice de uso experimental de 80,4%. Já na região Sul, a pesquisa mostrou que o álcool e o tabaco foram às drogas mais consumidas e a maconha a terceira droga mais usada na vida, de acordo com 9,7% dos/as entrevistados/as.

Ainda de acordo com os dados da referida pesquisa, na região Norte a dependência de álcool foi a menor do Brasil com 8,7%, seguida da região Sul, com uma estimativa de 9,0%. Quanto à dependência do tabaco, a estimativa da região Norte também foi a menor do país com 8,1%.

Após o levantamento da estatística realizada pelo CEBRID, observamos que o uso de álcool e outras drogas constituem um grave problema em todas as regiões brasileiras, mesmo naquelas com menor incidência, como no caso da região Norte.

---

<sup>20</sup>Fonte: [http://www.supera.senad.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/SUP9\\_Mod2.pdf](http://www.supera.senad.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/SUP9_Mod2.pdf). Acesso em: 2 jul. 2016.

<sup>21</sup><http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/brasil-tem-21-cidades-em-ranking-das-50-mais-violentas-do-mundo.html>. Acesso em: 23 ago. 2016.

Em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>22</sup> lançou um relatório com o tema da prevenção global da violência e apontou que 10% dos homicídios ocorridos no mundo são cometidos no Brasil. Este percentual, associado às altas taxas de homicídios no país, tem sido pauta de discussão de diversos atores governamentais, organismos internacionais e da sociedade civil.

A violência é um fenômeno complexo e multicausal, a sociedade brasileira tem sido caracterizada como violenta e cheia de conflitos, dessa forma os índices de homicídio no país cresceu de maneira alarmante.

Em fevereiro de 2015, a Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação (CGPES)<sup>23</sup>, uma unidade do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, foi incumbida de realizar um diagnóstico preliminar dos homicídios no Brasil, cujos resultados avaliaram além das taxas de homicídios, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ).

No Brasil a taxa de homicídios varia muito. A região nordeste possui as maiores taxas de homicídio do Brasil. A taxa média de homicídios na Região Nordeste é de 33,76 por 100 mil habitantes; seguida pela região norte, com 31,09. No centro oeste a taxa também é relativamente alta com 26,26. Já as regiões sudeste e sul apresentam taxas menores; 16,91 e 14,36. Para se ter uma noção comparativa no âmbito internacional sobre essa taxa, países com históricos de guerra civil, como o Congo (30,8), e com altas taxas de 56 homicídios, como a Colômbia (33,4), possuem taxas menores que a do Nordeste brasileiro.

Na região Nordeste, a taxa de homicídios varia entre cada estado e município. O Piauí apresenta uma situação diferenciada, pois sua taxa de homicídio é 20,6, uma das mais baixas da região. No Maranhão, tem-se uma taxa de homicídios de 19,7, a segunda menor da região em 2014. O Rio Grande do Norte, com a menor taxa da região (19,5), apresenta uma situação parecida com a do Maranhão.

Em Alagoas, a taxa de homicídios foi de 31,6 em 2014. Paraíba, Pernambuco e Bahia apresentaram taxas preocupantes. A Paraíba tinha uma taxa de 36,0 por 100 mil habitantes; em Pernambuco a taxa é de 34,8 e na Bahia a taxa é de 36,0.

---

<sup>22</sup><<https://nacoesunidas.org/onu-america-latina-e-caribe-apresentam-os-maiores-indices-de-homicidio-do-mundo/>>. Acesso em: 3 maio 2017.

<sup>23</sup><<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos-diversos/1diagnostico-homicidios.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2017.

Os estados de Alagoas, Sergipe e Paraíba apresentaram a maior taxa de mortes por armas de fogo. Alagoas possui uma taxa de 56,50; são também altas nos municípios de Arapiraca (61,1) e Maceió (74,0). Em Sergipe, a taxa é de 33,57, sendo 37,9 em Aracaju e 52,2 em Nossa Senhora do Socorro. Já na Paraíba, a taxa é de 32,24, mas as taxas municipais variam consideravelmente. Em Campina Grande, a taxa é de 39,2; em João Pessoa, 55,0; e em Santa Rita, 98,6.

Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que é amplamente aceito como um indicador de bem-estar social. É composto por dados sobre renda, educação e longevidade. No caso desse índice, a variação é de 0 a 1, sendo que 1 significa a melhor situação de desenvolvimento humano e 0 a pior. Os estados com o melhor IDH da Região Nordeste são Rio Grande do Norte (0,68), Pernambuco (0,67) e Ceará (0,68). Maranhão (0,63), Piauí (0,64) e Alagoas (0,63) possuem índices menores.

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) agrega dados que fornecem indicativos sobre os locais nos quais os jovens estão mais vulneráveis à violência. É composto dos seguintes indicadores: taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas externas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar mensal e o risco relativo de brancos e negros serem vítimas de homicídio. O número varia de 0 a 1, sendo 0 menor vulnerabilidade e 1 maior.

A melhor situação para os jovens da região Nordeste está no Rio Grande do Norte, com o IVJ de 0,38. Em uma zona intermediária de vulnerabilidade estão os estados do Maranhão (0,45), Piauí (0,47), Sergipe (0,46) e Bahia (0,47). Os casos estaduais mais graves de vulnerabilidade estão no Ceará (0,50), Paraíba (0,51) e Pernambuco (0,50).

De maneira geral, a situação do Nordeste indica uma alta vulnerabilidade de jovens. O caso mais grave foi em Alagoas, com índice de 0,6. Os municípios de Arapiraca (0,5) e Maceió (0,54) possuem índices altos de vulnerabilidade.

Ademais, os jovens são os mais aliciados para o consumo e tráfico de drogas, sendo conseqüentemente os mais vitimados também. Há autores que relacionam o aumento de alguns mercados ilícitos de drogas (especificamente o crack) como fator do crescimento de homicídios. De acordo com Cerqueira (2014, p. 17):

Os dados revelam [...], a partir dos anos 2000 [...] O grande problema observado no período refere-se ao aumento do consumo de drogas psicoativas proibidas, em particular do crack, que ensejou o crescimento de mercados ilícitos, principalmente nos estados do Nordeste [...].

Conforme Bellio Júnior (2013, p. 6), “o Brasil é maior mercado consumidor de crack da América do Sul e tem uma crescente demanda doméstica, além de ser o corredor de distribuição mundial de drogas”. A questão do uso problemático de drogas e o tráfico são complexas, principalmente, no que se refere aos homicídios e a sua associação com a violência.

Entendemos que a ausência do Estado significa acúmulo de vulnerabilidades sociais e pode influenciar na criminalidade violenta e ocorrência de homicídios (CERQUEIRA, 2014). Além disso, salientamos que os sujeitos ocupam um determinado lugar social e dependendo de sua posição econômica na sociedade, o problema das drogas aparecerá em contextos diferentes.

Nesse cenário, constatamos que o uso problemático de drogas no país ocorre na maioria das regiões brasileiras, sendo que a taxa de homicídios na região nordeste é muito alta. O estado de Alagoas apresentou uma das maiores taxas de crimes por armas de fogo. Nesse período, Alagoas tinha a Secretaria de estado da Promoção da Paz (SEPAZ) que desenvolvia políticas e ações no combate às drogas como forma de minimizar os problemas. Ressaltamos que, estruturalmente, o Estado é incapaz de enfrentar as raízes matéricas do problema por causa do capital.

### **3.3 Família e Estado: “acolher” e “adotar”, a questão do uso problemático de drogas**

Podemos afirmar que a formação dos grupos familiares na história enfrenta atualmente um processo de transformações em seu modelo de organização nuclear tradicional (pai, mãe e filhos). Sendo composta de outra forma de organização: como casais homossexuais, famílias compostas apenas pelo pai e pelos/as filhos/as e casais hetero ou homossexuais, que estão optando por não ter filhos. Assim, têm ocorrido muitas mudanças desde o final do século XX para o século XXI.

A constituição histórica da família vem desde os nossos ancestrais e é considerada a unidade social mais antiga, pois o homem constituiu-se em grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral comum ou através do casamento.

Trazendo as contribuições de Engels (1884), a partir da sua obra *A origem da*

*família, da propriedade privada e do Estado*, sobre a gênese da família, ele cita o que diz Morgan<sup>24</sup> (ENGELS, 2012, p. 37):

A família é um princípio ativo. Nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de uma condição inferior para outra superior. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos só registrando, depois de longos intervalos, os progressos feitos pela família e só mudam radicalmente quando a família já se modificou radicalmente.

O sistema de parentesco aqui é referido a partir de um Estado primitivo, antes da formação da família consanguínea. Devemos lembrar que hoje é feito de forma diferente pelo fato de cada filho (a) ter vários pais e mães.

Dessa forma, a organização primitiva das famílias, tendo por base as relações de parentesco consanguíneo deu origem às primeiras sociedades humanas organizadas. Assim, o termo “família” provém do latim *Famulus* que significa “escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem” (ENGELS, 2012, p. 60). E acrescenta Marx (apud ENGELS, 2012), “A família moderna contém em germe não apenas a escravidão (servitus) como também a servidão [...] contém em si, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolverão mais tarde na sociedade e em seu Estado”.

Mas é com a gênese da família monogâmica que se situa a sociedade de classes, pois no falar de Lessa (2012, p. 25), “para que a resistência contra a exploração seja controlável, é fundamental que os escravos, servos, proletários, etc. busquem a sua sobrevivência de modo individual, não coletivo.” Quando a família se deslocou do coletivo e se constituiu em núcleo privado, formou-se uma nova organização da família, ou seja, a família monogâmica ou família nuclear.

Sobre a questão da monogamia, Engels (2012, p. 67) diz que:

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, inaugura, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um relativo retrocesso e no qual o

bem-estar e o desenvolvimento de uns se realizam às custas e a dor dos outros.

Com isso podemos observar que nas sociedades de classes, a exploração do

---

<sup>24</sup>Lewis Henry Morgan (1818-1881), cientista americano e historiador da sociedade primitiva. Essa obra de Engels se baseia, em grande parte, em pesquisas e publicações desse cientista.

homem pelo homem foi feita através da aplicação da violência. No falar de Lessa (2012, p. 26-27), “o primeiro traço comum [...] é o fato de que a destruição das sociedades primitivas e a imposição da exploração do homem pelo homem apenas pôde ocorrer com a aplicação da violência”. Lukács (1981, apud LESSA, 2012, p. 27) nos lembra de que “é nesse momento histórico que a guerra surge como um complexo social que fará parte da humanidade até os nossos dias”.

Assim, a família monogâmica representa na história a origem de uma nova relação social. No entanto, na contemporaneidade esse tipo de família está vivendo em uma crise estrutural de seus fundamentos, pois estamos vivendo um período de transição. Lessa (2012, p. 78), “livre das pressões das lutas operárias, o capital acumulou e cumpriu seu papel histórico: aprofundou as desumanidades, intensificou seu mecanismo de controle e opressão, [...] e nos conduziu ao aguçamento da crise estrutural do capital”.

As modificações, pelas quais passam as famílias, estão diretamente relacionadas às da sociedade. Essas mudanças provocam muitos desafios: lidar com as ansiedades e temores face à violência urbana, o desemprego, a sobrecarga de trabalho, a globalização, as doenças sexualmente transmissíveis, a violência doméstica e o uso de álcool e de drogas lícitas e ilícitas.

Nas últimas décadas, observa-se o crescimento do consumo de álcool e outras drogas, paralelamente ao agravamento de muitos problemas sociais. Nesse caso, é possível pensar na influência para os dois lados, pois os problemas sociais (desemprego, más condições de saúde e educação, falta de opções de lazer, etc.), contribuem para o aumento do consumo de álcool e outras drogas, enquanto este aumento do consumo agrava os problemas dos indivíduos, famílias, comunidades e países, criando um círculo vicioso.

A palavra “família” pode possuir vários significados para as diversas áreas das ciências humanas. De acordo com o dicionário Houaiss e Villar (2001, p.196), família é “grupo social básico, formado por pai, mãe e filho(s); pessoas ligadas entre si pelo casamento ou qualquer parentesco”.

No sentido jurídico, a legislação pátria não apresenta um conceito definido da família. Cunha (2010) apresenta a partir da acepção desse vocábulo o que está elencado pela professora Maria Helena Diniz<sup>25</sup>, tanto no sentido *amplíssimo*, lato e

---

<sup>25</sup>DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro**: direito de família. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 5, p. 9.

acepção restrita:

família no sentido *amplíssimo* seria aquela em que indivíduos estão ligados pelo vínculo da consangüinidade ou da afinidade. Já a acepção *lato sensu* do vocábulo refere-se aquela formada “além dos cônjuges ou companheiros, e de seus filhos, abrange os parentes da linha reta ou colateral, bem como os afins (os parentes do outro cônjuge ou companheiro)”. Por fim, o sentido restrito restringe a família à comunidade formada pelos pais (matrimônio ou união estável) e a da filiação.

O referido autor traz ainda a contribuição do jurista brasileiro Orlando Gomes<sup>26</sup>, que considera família “o grupo fechado de pessoas, composto dos genitores e filhos, e para limitados efeitos, outros parentes, unificados pela convivência e comunhão de afetos, em uma só e mesma economia, sob a mesma direção”.

Vale salientar que os dois conceitos anteriores estão considerando a família não apenas como instituição jurídica, mas em sua totalidade como instituição social. Paulo Lôbo<sup>27</sup> (apud CUNHA, 2010):

Sob o ponto de vista do direito, a família é feita de duas estruturas associadas: os vínculos e os grupos. Há três sortes de vínculos, que podem coexistir ou existir separadamente: vínculos de sangue, vínculos de direito e vínculos de afetividade. A partir dos vínculos de família é que se compõem os diversos grupos que a integram: grupo conjugal, grupo parental (pais e filhos), grupos secundários (outros parentes e afins).

Assim, o autor chega à conclusão de que para “o Direito, família consiste na organização social formada a partir de laços sanguíneos, jurídicos ou afetivos” (LÔBO, 2009 apud CUNHA 2010).

Temos hoje uma organização familiar diferente: casais homossexuais, mulheres que mantêm as despesas da casa, famílias compostas apenas pelo pai e pelos/as filhos/as e uma quantidade crescente de casais, hetero ou homossexuais, que optam por não ter filhos. São as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea, embora a família ainda seja a referência básica na formação de uma pessoa. Em seu interior, ocorrem as primeiras experiências de vínculos e ela tem sido objeto de estudo de várias áreas do conhecimento.

Ao refletirmos sobre a noção de família no mundo atual, e o uso abusivo de

<sup>26</sup>GOMES, O. **Direito de família**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p.33.

<sup>27</sup>LÔBO, P. **Direito civil: família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 2.

álcool e outras drogas, vários fatores conjugados entram em cena: o indivíduo, a droga, o cenário sócio-econômico, e, como não poderia deixar de mencionar, a família.

O mundo moderno se caracteriza por mudanças aceleradas não somente em nível de valores, crenças, cultura, mas também em nível da economia e novos valores, configurando-se em um mundo repleto de riscos e perigos trazidos pelo uso de drogas.

Se, antes, a droga participava com uma oportunidade de experimentar, em grupo, novas sensações e novas percepções do universo e da interioridade humana, na atualidade, ela vem sendo consumida também como sinônimo de violência e autodestruição.

Para Salem (1981, p. 54):

nega-se ao indivíduo o caráter de possibilidade absoluta, pesando como agente historicamente situado sugere-se que as condições externas delimitam o escopo e a direção tanto de suas representações quanto de suas práticas e estas, por sua vez, tendem a reproduzir as estruturas vigentes. Nessa medida, os indivíduos são vistos, simultaneamente, como produtores e reprodutores da ordem social.

Em consonância com o referido autor, a ordem social é um fator atenuante na promoção de desajustes, impossibilidades, as estruturas familiares, entre outras questões contundentes. Sendo assim, é a família e suas ações diárias que podem influenciar na formação das representações sociais. Recai sobre a família a responsabilidade de formação do sujeito.

No Brasil, a Igreja Católica foi titular quase que absoluta dos direitos matrimoniais por muitos anos, pelo Decreto de 3 de novembro de 1827 que regia os princípios do direito canônico, mantidos até 1890. Com o Decreto nº 181, de Rui Barbosa, passou a considerar como único casamento válido aquele realizado pelas autoridades civis e relativizou a indissolubilidade do matrimônio, permitindo a separação de corpos<sup>28</sup>, não sendo atribuído qualquer valor jurídico ao matrimônio religioso<sup>29</sup>.

O referido Decreto vigorou até a promulgação do Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071/16), em que se mantém o patriarcalismo, termo que tem como definição

---

<sup>28</sup>WALD, A. **O novo direito de família**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 712 p. 9.

<sup>29</sup>DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil brasileiro**: Direito de Família. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 5. p. 9.

ideológica a supremacia do homem nas relações sociais, no qual o homem é quem dominava a família. Então, as pessoas passavam a dever obediência à representação do homem dominante. Portanto, as relações humanas eram estabelecidas de forma desigual.

A legislação civil consagra o casamento como o único instituto jurídico formador da família, dificultando, outrossim, a adoção e permitindo o reconhecimento de filhos apenas quando não adulterinos ou incestuosos<sup>30</sup>. O reconhecimento da adoção como instrumento formador de relação de parentesco só foi regulamentado através da Lei nº 3.133/57. No entanto, até 1977, o “adotado” só tinha direito a metade do que era legítimo, quando em concurso com filhos ditos legítimos, em nítido detrimento do parentesco formado pelo “afeto” em relação ao formado pela consanguinidade.

Ainda em 1916, a legislação civil consagra de tal forma a instituição do casamento que não admitia a dissolução do vínculo conjugal, permitindo apenas o chamado desquite, substituído pela separação judicial pela polêmica Lei nº 6.515/77, a qual também criou a instituição do divórcio.

A Constituição Federal de 1934 foi a primeira no Brasil a dedicar um capítulo à família, expressamente garantindo proteção especial do Estado a esta instituição, preceitos repetidos pelas constituições subsequentes<sup>31</sup>.

A caracterização das formas discursivas do termo “acolhimento” é usada pela Política Nacional de Humanização da Atenção (PNH) e Gestão do SUS. Os valores que norteiam essa política são a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a corresponsabilidade entre eles, os vínculos solidários e a participação coletiva nas práticas de saúde. Nessa dimensão, o conceito de acolhimento está agregado à experiência em diversos serviços da saúde pública.

A PNH surgiu, então, como uma política que engloba as iniciativas já existentes na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, como programas e ações com foco na humanização de forma a aproximá-las e potencializá-las, partindo de algumas experiências do SUS e visando ampliar a discussão sobre o conceito de humanização, tendo como princípio a indissociabilidade entre a atenção e gestão.

Por conseguinte, o acolhimento como ação ou efeito de acolher expressa uma aproximação, uma atitude de inclusão, de estar em relação com algo ou alguém. O

---

<sup>30</sup>WALD, 2002.

<sup>31</sup>LÔBO, P. **Direito Civil**: família. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 2.

termo acolhimento está presente na PNH, significa processo constitutivo das práticas de produção e promoção de saúde que implica responsabilidade do trabalhador/equipe pelo usuário, desde a sua chegada até a sua saída. Ouvindo sua queixa, considerando suas preocupações e angústias, fazendo uso de uma escuta qualificada que possibilite analisar a demanda e, colocando os limites necessários para garantir atenção integral, resolutiva e responsável por meio do acionamento/articulação das redes internas dos serviços (visando à horizontalidade do cuidado) e redes externas, com outros serviços de saúde, para continuidade da assistência quando necessário<sup>32</sup>.

É tratar o sujeito através do diálogo, entendendo-o como cidadão que tem seus direitos, assim fazendo com que o profissional em saúde compreenda o que o sujeito expressa através das palavras dando a devida atenção. Fala-se também de um processo de desnaturalização para que o sujeito possa ser tratado de forma natural.

Surge daí a proposta de integralidade como princípio do direito à saúde que é um dos princípios doutrinários da política do Estado brasileiro para a saúde o Sistema Único de Saúde (SUS), que se destina a conjugar as ações direcionadas à materialização da saúde como direito e como serviço.

As origens do SUS remontam da própria história do Movimento de Reforma Sanitária brasileira que, durante as décadas de 1970 e 1980, abarcou diferentes movimentos de lutas por melhores condições de vida, de trabalho na saúde e pela formulação de políticas específicas de atenção aos usuários<sup>33</sup>.

Um dos sentidos da integralidade que tem por base a gênese desse Movimento é dar respostas governamentais a problemas específicos de saúde que afligem certo grupo populacional.

O uso problemático de drogas no país reduz com a falta de estrutura social que boa parte da população brasileira vivencia, sendo esta uma situação de exclusão e descaso por parte do Estado. Vale salientar que há uma diferença entre dependência e problemas relacionados ao uso de drogas. Existem duas dimensões distintas: por um lado, a psicopatologia e por outro, uma dimensão que enfoca todos os problemas decorrentes do uso ou da dependência de drogas. Estas questões

---

<sup>32</sup><[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno\\_textos\\_cartilhas\\_politica\\_humanizacao.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_textos_cartilhas_politica_humanizacao.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>33</sup><<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/intsau.html>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

estão diretamente ligadas à saúde pública como direito do sujeito.

Dessa forma, cotidianamente muitas pessoas são submetidas às desigualdades sociais tão presente nesta sociedade, pela competitividade, pelo preconceito de gênero, raça/etnia e idade, entre outros.

A integralidade tem como finalidade o cuidado com o sujeito, pois entende que ele é um ser real, concreto e que produz sua própria história e é responsável pelo seu devir.

Portanto, a expressão “acolhimento” surge da necessidade de práticas integradoras na área da saúde, estabelecendo vínculo de compromisso e responsabilidade com sujeito. O acolhimento segundo Franco, Bueno e Merhy (2006) é assim concebido como dispositivo para interrogar processos intercessores que constroem relações nas práticas de saúde, buscando a produção da responsabilização clínica e sanitária e a intervenção resolutiva, reconhecendo que, sem acolher e vincular, não há produção dessa responsabilização.

Dessa forma, apresentamos um painel dos conceitos históricos e basilares do uso de drogas, a origem e constituição do Estado, a família sua constituição histórica e significado do termo “acolher” como forma de humanizar.

Por muitos anos, o sentido de “adoção” na instituição família foi ignorado, sendo, portanto, protegidos pela legislação brasileira os laços sanguíneos entre os parentes.

Fazendo uma breve contextualização histórica sobre o direito brasileiro da família antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, a única entidade familiar reconhecida era formada pelo casamento, sendo que a Igreja Católica era titular desses direitos matrimoniais que foram mantidos até 1861, quando foi reconhecido o casamento civil a partir do Decreto nº 181. O referido decreto durou até a promulgação do Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071/16), o reconhecimento da adoção só foi regulamentada através da Lei nº 3.133/57 e a Lei do Divórcio foi regulamentada pela Lei nº 6.515/77<sup>34</sup>.

Durante décadas a legislação brasileira protegia instituição da família e os laços consanguíneos entre parentes, criando empecilhos para a dissolução da relação conjugal e para a adoção. No entanto, a Constituição Federal de 1934 dedicou um capítulo à família, expressamente garantindo proteção especial do

---

<sup>34</sup>DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 30.

Estado a esta instituição.

A Constituição Federal de 1988 dispensou um tratamento especial ao Direito de Família, reservando um capítulo destacado apenas para este ramo do Direito (Capítulo VII do Título VIII), que sofreu profunda transformação. Em contraponto ao modelo autoritário e patriarcal definido pelo Código Civil de 1916, o modelo de família depreendido do texto Constitucional é fundado em preceitos como a igualdade, solidariedade e do respeito à dignidade da pessoa humana, fundamentos e ao mesmo tempo objetivos do Estado brasileiro<sup>35</sup>.

Ao reconhecer como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, o Estado supostamente iguala o homem e a mulher na sociedade conjugal, no entanto ao tornar o binarismo heteronormativo como referência, já excluiu as demais representações do gênero; e ao vedar a quaisquer diferenças de direitos, de qualificação ou de tratamento entre os filhos havidos na constância do casamento ou fora dele, ou por adoção<sup>36</sup> reafirma o modelo tradicional de família.

De acordo com Nunes (1993, p. 48), o significado da palavra adoção: “o ato ou efeito de alguém aceitar, legalmente, como filho, um filho de outrem”. Para Diniz (1996, p. 62), “é o ato jurídico solene pelo qual alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consangüíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que geralmente lhe é estranha.” No dicionário de Língua Portuguesa Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 9), adotar tem o significado de “tomar como filho, escolher, preferir”. Dessa forma, temos os conceitos que se aproximam do sentido de aceitação de alguém “estranha” como filho.

Ao igualar o filho proveniente por adoção aos filhos de origem sanguínea e reconhecer como família a união decorrente do companheirismo, chamada de união estável, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro dispositivo jurídico brasileiro a reconhecer e igualar o “afeto” como formador da família, sem distinção aos laços decorrentes do casamento ou de sangue.

O “afeto”, enquanto formador da família, está diretamente presente na “adoção” e nas relações de convivência, como a união estável, vez que enquanto essas não dependem de consanguinidade ou solenidade, a formalidade que

---

<sup>35</sup>Idem. LÔBO, 2009.

<sup>36</sup>THEODORO (apud GOMES, 1998. p. 34)

pressupõe a adoção é resultado exclusivo do afeto demonstrado pelos pais.

Ao mesmo tempo, a Constituição Federal de 1988 também garantiu aos filhos havidos por “adoção”, instituição jurídica que pressupõe afetividade, o mesmo tratamento e direitos garantidos àqueles havidos por consanguinidade.

Para o jurista Sérgio Resende de Barros (2002, p. 81) o afeto, enquanto característica inata dos seres humanos, mais do que uma garantia constitucional, é um direito natural do ser humano. E diz:

O direito ao afeto é a liberdade de afeiçoar-se um indivíduo a outro. O afeto ou afeição constitui, pois, um direito individual: uma liberdade, que o Estado deve assegurar a cada indivíduo, sem discriminações, senão as mínimas necessárias ao bem comum de todos.

Assim, o “afeto” ultrapassa a própria família. Não é um laço que une apenas os integrantes de um núcleo familiar, não é apenas um valor jurídico, mas um sentimento que nutre relações de amizade, companheirismo, humanidade, solidariedade<sup>37</sup>. Portanto, o que movimenta a sociedade, componente de todas as relações humanas, principalmente da família que é a base da sociedade.

De acordo com Cunha (2010), a jurista Maria Berenice Dias (2009) tem atualmente defendido a chamada “adoção à brasileira”, que tem origem no elo afetivo e levam ao reconhecimento do vínculo jurídico da filiação. Nas palavras da jurista, “é de tal ordem a relevância que se empresta ao afeto que se pode dizer agora que a filiação se define não pela verdade biológica, nem a verdade legal ou a verdade jurídica, mas pela verdade do coração”<sup>38</sup>.

A parentalidades ocioafetiva está ganhando destaque nos tribunais pátrios, tanto que foi objeto de dois enunciados na I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, sob a chancela do Superior Tribunal de Justiça, que não apenas reconheceu à instituição da parentalidade socioafetiva, como demonstraram o valor do afeto no ordenamento jurídico brasileiro<sup>39</sup>.

Ante o exposto, ressaltamos que foi através dos processos históricos sobre o uso de drogas que tratamos de demonstrar a função social do Estado na questão

<sup>37</sup>BARROS ( 2003. p. 149 apud DIAS 2009, p. 70).

<sup>38</sup>DIAS, M. B. **Adoção e a espera do amor**. 200-, Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/site/content.php?cont\\_id=1042&isPopUp=true](http://www.mariaberenice.com.br/site/content.php?cont_id=1042&isPopUp=true)>. Acesso em: 1 jul. 2016.

<sup>39</sup>CUNHA, Matheus Antonio da. **O conceito de família e sua evolução histórica**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 27 Set. 2010. Disponível em: <<http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332>>. Acesso em: 1 jul. 2016

problemática das drogas e buscamos relacionar a família e o Estado no que se refere aos termos “acolher” e “adotar”.

Assim, apresentamos o surgimento do termo “adoção”, contribuição valiosa para o objeto de estudo em questão. No entanto, um vocábulo nos chama atenção de acordo com o conceito jurídico que está ligado a palavra “adoção” é “afeto”, mas aqui nesse estudo não pretendemos analisá-lo. Na seção seguinte faremos a análise da materialidade discursiva da propaganda governamental de serviço, ou seja, apresentaremos as contradições discursivas os efeitos de sentido.

#### 4 PROPAGANDA GOVERNAMENTAL DE SERVIÇO: CONTRADIÇÕES DISCURSIVAS E EFEITOS DE SENTIDO

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura [...]

Michel Pêcheux (1999, p. 55).

Nesta seção, iremos analisar o discurso da propaganda governamental de serviço a partir dos dispositivos teórico-analíticos, construídos na primeira seção. Já na segunda seção foram abordados os processos históricos sobre o uso de drogas, a Constituição e função social do Estado; sua relação com a família. Estudamos o surgimento dos termos “acolher” e “adotar para poder compreender os efeitos de sentido produzidos pelos discursos, vinculando-os às condições de produção da sociedade do capital.

A propaganda governamental de serviço foi criada e divulgada pela Secretaria de Promoção da Paz (SEPAZ/AL) como uma ação do Projeto “Acolhe Alagoas”. A campanha traz como enunciado “Acolha seu filho antes que as drogas o adotem” e a imagem da família. Foi apresentada em adesivos e panfletos durante o período de março a junho de 2014 em todo o estado alagoano.

Nesse contexto, o sujeito discursivo que é o Estado se compromete com as ações do Projeto “Acolhe Alagoas”, através de práticas discursivas que produzem sentidos com ênfase nos termos “acolher” e “adotar”, pois sua sedimentação se dá por meio de práticas sociais que visam a determinados discursos.

Assim, o presente estudo considera como condições de produção em sentido estrito, cujo contexto imediato é o estado de Alagoas onde a campanha foi realizada, no momento em que o consumo de drogas no Brasil desafiava o Estado a desenvolver ações para enfrentar esse problema. Por sua vez, o contexto amplo aponta para o Estado, que através da propaganda governamental trouxe elementos representativos de acontecimentos vivenciados no estado de Alagoas, no intuito de impor mudanças de princípios e valores morais ajustados aos interesses da classe dominante.

Para entender o funcionamento discursivo, as formações discursivas e as formações ideológicas que sustentam os dizeres, investigaremos na sequência discursiva formulada no discurso da propaganda sobre a representação da família, o sentido dos termos “acolher” e “adotar”.

Podemos salientar que para analisar a materialidade discursiva a partir do suporte teórico da AD, faremos uma análise objetiva do sujeito do discurso que não é o sujeito falante, mas o que é determinado historicamente, ou seja, o Estado.

A partir de nossa atitude de análise, procuramos desvelar o reaisócio-histórico, cujas contradições se materializam nas práticas discursivas produzidas por sujeitos inseridos numa determinada conjuntura, que nesse caso é a sociedade alagoana.

#### **4.1 Estado e propaganda governamental de serviço: contradições do discurso**

É com os problemas vividos pelo Estado, no que se refere ao uso abusivo de álcool e outras drogas, que se tem gerado uma população cada vez mais comprometida com a “dependência química” na qual passa a ser, portanto, um entrave bastante desafiador para a sociedade contemporânea. Assim, uma das alternativas encontradas pelo estado de Alagoas foi criar a Secretaria de Estado da Promoção da Paz (SEPAZ)<sup>40</sup>.

O estado de Alagoas compareceu há anos como um dos estados considerados mais violentos do país, tendo sido Maceió a quinta capital mais violenta do mundo e em resposta aos efeitos mais agudos dessa crise, o estado criou a Secretaria de Promoção da Paz (SEPAZ).

O levantamento do Escritório sobre Drogas e Crime das Nações Unidas (2014)<sup>41</sup> com base em assassinatos ocorridos no ano de 2012, apontou Maceió como a quinta cidade em homicídios por cada 100 mil habitantes e a mais violenta do Brasil. E ainda de acordo com a pesquisa da ONU, foram assassinadas 437 mil

---

<sup>40</sup> Esta Secretaria de Governo durou cinco anos (período de 2009 a 2014). Com a mudança de governo em 2015, a SEPAZ foi extinta, sendo substituída pela Secretaria de Prevenção à Violência (SEPREV), mesmo assim mantém ainda a mesma estrutura da secretaria anterior, existindo apenas a mudança de nomenclatura no que se refere ao “Projeto Acolhe Alagoas” que passou a ser “Projeto Rede Acolhe”.

<sup>41</sup> <<https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-11-das-30-cidades-mais-violentas-do-mundo-diz-onu-12151395>>. Acesso em 5 maio 2017.

pessoas em 2012 no mundo, das quais 36% estavam nas Américas, a maior parte na Central e na do Sul.

Vale ressaltar que, no Brasil, o uso problemático de drogas atinge praticamente todas as faixas etárias, com destaque maior a partir da adolescência. Por conseguinte, salientamos que se trata de um problema de saúde pública, constituindo-se um grave dano aos vínculos sociais e familiares.

A Organização Não Governamental (ONG) Conselho Cidadão, do México divulgou em 2014 os números das cidades mais violentas do Brasil no qual foi apresentado um total de 16 cidades brasileiras que estavam localizadas na região Nordeste. Nos dados estatísticos, Maceió apareceu na quinta colocação e registrou um número de 79,76 homicídios por 100 mil habitantes, acompanhada de Fortaleza (7<sup>a</sup>) com 72,81 homicídios por 100 mil habitantes, João Pessoa (9<sup>a</sup>) - 66,92; Natal (12<sup>a</sup>) - 57,62; Salvador (13<sup>a</sup>) - 57,51; Vitória (14<sup>a</sup>) - 57,39; São Luís (15<sup>a</sup>) - 57,04; Belém (16<sup>a</sup>) - 48,23; Campina Grande (25<sup>a</sup>) - 46; Goiânia (28<sup>a</sup>) - 44,56; Cuiabá (29<sup>a</sup>) - 43,95; Manaus (31<sup>a</sup>) - 42,53; Recife (39<sup>a</sup>) - 36,82; Macapá (40<sup>a</sup>) - 36,59; Belo Horizonte (44<sup>a</sup>) - 34,73 e Aracaju (46<sup>a</sup>) - 33,36.

Citamos ainda que a Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>42</sup> considerou Maceió como uma cidade em que a violência gerou uma epidemia, visto que as maiores vítimas em Maceió era a população jovem, de 15 a 29 anos, e que o intervalo entre os crimes ocorreram a cada duas horas. Nesse período, o estado de Alagoas tinha o Plano Brasil Mais Seguro<sup>43</sup> e outros investimentos do erário público destinados à segurança pública.

Criada em meados de 2009, através da Lei Estadual nº. 7.074/2009, a então Secretaria Especial de Promoção da Paz nasceu com a função de articular junto às demais estruturas de Governo, movimentos da sociedade civil organizada, dentre

---

<sup>42</sup><<http://www.alagoas24horas.com.br/411620/maceio-volta-a-ser-destaque-na-midia-como-cidade-mais-violenta-do-brasil/>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>43</sup>Programa de redução da criminalidade violenta, a ser implantado por meio do acordo de cooperação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o objetivo de reduzir a impunidade, aumentar a sensação de segurança da população e promover maior controle de armas. Visa induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de Segurança Pública para redução dos índices de violência e criminalidade, por meio da qualificação dos procedimentos investigativos, do fortalecimento do policiamento ostensivo e de proximidade com a população e maior cooperação e articulação entre as instituições de segurança pública, sistema prisional e o sistema de justiça criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública). <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/programas-1/brasil-mais-seguro>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

outros setores políticos de desenvolvimento de cultura de paz, bem como interferir positivamente na diminuição dos indicadores de violência crescentes no Estado.

A criação de uma secretaria especial com essa finalidade aconteceu ainda em meio a Década Internacional para a Cultura de Paz e Não Violência<sup>44</sup> (2001-2010) proclamada pela Organização das Nações Unidas (UNESCO/ONU)<sup>45</sup>.

Além de articular e promover ações que permitissem a promoção da cultura de paz e não violência em Alagoas, a SEPAZ passou a desenvolver ações de acolhimento às pessoas com “dependência química”, enquanto estratégia de redução de violência, de efeito imediato. Essas ações consistiram não só ajudar o “dependente químico” a recuperar-se da “dependência”, mas também resgatar valores, princípios e conceitos rompidos durante o período do uso problemático de drogas para reconstruir sua vida pautada na convivência pacífica e longe da violência.

Em abril de 2011, através da Lei Delegada nº 044/2011 o governo reformulou a estrutura da SEPAZ, deu um caráter executivo na estrutura de governo com o nome Secretaria de Estado da Promoção da Paz. A SEPAZ trabalhou com duas linhas de atuação, passando a atuar além do desenvolvimento de cultura de paz, na articulação e execução da Política sobre Drogas em Alagoas, desde a prevenção, recuperação, tratamento e reinserção social de “dependentes químicos”, bem como ações integradas na perspectiva de redução de oferta e repressão, junto aos órgãos de segurança pública.

Para executar os projetos, programas e ações, a SEPAZ dividiu-se em duas Superintendências: Superintendência de Políticas sobre Drogas e Superintendência de Promoção da Cultura de Paz. A primeira superintendência tinha como principais projetos: Acolhe Alagoas; Anjos da Paz; Proteger Educando; Eu escolhi Viver; Família Viva; Campanha Acolha seu Filho e Campanha Menor de 18 anos não pode.

---

<sup>44</sup> Foi criado na década de 1990, na cidade Londrina-PR, o Movimento Pela Paz e Não Violência por causa do aumento da violência nas cidades, difundindo a ideia de que é preciso incentivar e criar na sociedade uma Cultura de Paz para combater a violência e resolver os conflitos de forma pacífica. No estado de Alagoas o movimento se propagou porque com base nos dados de 2008 e publicado como reportagem pela Folha de São, o estado estava ocupando o primeiro lugar nos índices de violência. O movimento foi influenciado pelos ensinamentos do indiano Mahatma Gandhi um dos defensores do Satyagraha (o caminho da verdade ou busca pela verdade) e tem como intuito mobilizar o Estado, empresas privadas, a organizações do terceiro setor e os cidadãos para que possam propagar a cultura e viver em paz. <<http://www.londrinapazeando.org.br/>>. Acesso em: 3 maio 2017.

<sup>45</sup>Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. – Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

Já a segunda superintendência as principais atividades desenvolvidas eram: Mediação de conflitos escolar e comunitária; Educação para Paz nas Escolas; Agentes da Paz; Ônibus do desarmamento Infantil; Campanha “Paz, uma só torcida”.

A Secretaria de Estado da Promoção da Paz, o objetivo era interferir mais rapidamente nos crescentes índices de violência e iniciou as atividades do Projeto de acolhimento a “dependentes químicos”<sup>46</sup>, denominado “Acolhe Alagoas”. O projeto tinha a atribuição de fortalecer ações de inclusão e resgate social de pessoas com “dependência química” que tinham uma relação estreita com os índices da violência e da criminalidade no Estado.

Dessa forma, o “Projeto Acolhe Alagoas” estruturou a sua rede de acolhimento aos dependentes que voluntariamente, ou com apoio da família, aderiram ao projeto de recuperação desenvolvido pelas Comunidades Acolhedoras que integram o Projeto a partir de contratos com a SEPAZ.

Segundo a SEPAZ, o projeto é de acolhimento<sup>47</sup> por considerar-se necessária a parada de consumo drogas e saída do local de risco social elevado (ambiente de consumo e tráfico), tinha por objetivo promover o equilíbrio do “dependente”, seu acolhimento e proteção, oferecendo-lhe a possibilidade de reestruturação física e social. No entanto, não coloca em evidência a reestruturação psíquica do indivíduo. Todo o projeto era consentido pelo usuário e pela família e tinha como público alvo homens e mulheres em consumo ativo de drogas, a partir de 12 anos de idade, que tinham vulnerabilidade social e desejo de abstinência de drogas, e que não possuíam comorbidade física ou mental grave em atividade que inviabilizasse sua permanência no ambiente de tratamento.

De março a junho de 2014 (março até junho), o Projeto Acolhe Alagoas lançou uma campanha com o seguinte enunciado “Acolha seu filho antes que as drogas o adotem”, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a população,

---

<sup>46</sup>O termo “dependência química” é usado pelo Estado como um sintoma social, o qual remete ao discurso do dominante da sociedade do capital, que em suas contradições, estimula o sujeito ao consumo da mercadoria, valorizando-o pelos bens que pode consumir e adquirir. Assim, utilizaremos a expressão pessoas que fazem uso problemático de drogas por entendermos que o problema é uma questão de saúde pública.

<sup>47</sup> O uso do termo acolhimento espelha a abordagem humanizada do usuário de drogas, no sentido de resgatar valores, princípios e conceitos. Esse discurso está difundido na implementação das políticas de humanização, pois humanizar está no sentido de garantir à palavra a dignidade ética.

principalmente as famílias alagoanas, para o fato de que a prevenção era a ferramenta mais eficaz de combate às drogas.

Para tanto, escolhemos trabalhar com o discurso para entender como se dá o processo de produção e como atua na materialização de práticas discursivas contraditórias que produzem sentidos, produzindo “acolhimento” e “adoção”.

Como os fatos acontecem numa sociedade complexa, tomou-se o pressuposto teórico marxiano da divisão das classes sociais, classes que têm interesses diferentes. Assim este estudo analisa a produção de sentidos dos termos “acolhimento” e “adoção”.

O procedimento metodológico implica em uma visão de mundo, e por consequência, uma visão a respeito do objeto de pesquisa. A maneira pela qual se vê a realidade, natural ou social, especialmente a última, determina a metodologia que o pesquisador utilizará em sua investigação.

Assim, o modo de ver a realidade foi, segundo Lênin (1918, p. 22-23),

A natureza é a mesa de ensaio da dialética. E devemos dizer para honra da ciência moderna da natureza que ela forneceu a esta mesa de ensaio uma rica colheita de factos (isto foi descrito antes da descoberta do rádio, dos elétrons, da transformação dos elementos, etc.!) que aumenta todos os dias, provando assim que na natureza as coisas passam, em última análise, dialecticamente e não metafisicamente. [...] Nada subsiste de definitivo, absoluto, de sagrado perante ela (a filosofia dialéctica); ela mostra a capacidade de todas as coisas e em todas as coisas, e nada subsiste frente a ela a não ser o processo ininterrupto do devir e do perecer, da ascensão sem fim do inferior ao superior, de que ela própria é apenas o reflexo no cérebro pensante. Portanto, segundo Marx, a dialética é a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano.

Esta pressupõe que todos os fenômenos são históricos e estão em constante movimento, e que esse movimento é provocado pelas contradições. Logo a contradição é uma ação em tensão à outra. Um exemplo se encontra na relação antagônica trabalho/capital, relação básica da economia capitalista.

A análise da realidade indica fundamentalmente que as coisas e os processos têm que ser examinados em uma perspectiva relacional. Os fenômenos sociais precisam ser concebidos e tratados como um todo estruturado, o que significa que qualquer parte desse todo pode vir a ser racionalmente compreendida.

Aqui se leva em consideração que a sociedade é dicotômica, de um lado às condições histórico-materiais que condicionam aos indivíduos (infraestrutura) e, de

outro, a superestrutura (responsável pela ação da ideologia da classe dominante) que limita o horizonte histórico das classes subalternas. Pode-se, pois, inferir que os oprimidos pelo sistema são profundamente condicionados pelo modo de produção de sua vida material, já que é através dele que o homem satisfaz suas necessidades, eleva-se sobre a natureza exterior e cria um mundo objetivo.

O objeto é o discurso sobre o problema do uso problemático de drogas e sua associação com a violência é abordado nesta pesquisa não como um mero fenômeno desarticulado da totalidade social, mas como um fenômeno que não pode ser analisado fora da sua base material. Dessa forma, o modo de produção capitalista surgiu e se desenvolveu com a expropriação violenta dos trabalhadores de seus meios de produção, convertendo-o em assalariados, que teve como condição fundamental o uso da violência. Lembramos aqui que as causas da violência são atribuídas a vários fatores e um deles está no consumo de drogas.

Considerando, entretanto, que essa totalidade social não é algo transcendente, elaborada por entidades sobrenaturais, mas obra de indivíduos concretos, devidamente situados e que desde tempos remotos estão em relação uns com os outros e com a natureza, vêm lutando pela realização de suas necessidades materiais e por uma autonomia relativa dos elementos que compõem essa totalidade. Parece certo admitir que as reações de cunho político, assentadas basicamente na conduta da participação, revelam-se como um recurso eficaz para a tarefa de transformação da sociedade.

Atualmente, há várias propostas de políticas sociais baseadas na concepção de cuidado, por exemplo, a Política Nacional de Humanização da atenção e gestão no Sistema Único de Saúde (HumanizaSUS), que procuram co-responsabilizar a comunidade em relação aos problemas sociais e uma das estratégias encontradas pelo estado de Alagoas foi implantar a Secretaria de Estado da Promoção da Paz (SEPAZ).

Historicamente, o Estado surgiu como um instrumento da classe dominante para conter os conflitos existentes entre as classes sociais distintas e com interesses antagônicos. No entanto, o Estado é uma expressão da base material, das relações estabelecidas pelos homens na produção.

Marx e Engels (2012) expressam, no livro *Manifesto do Partido Comunista*, a dominação de uma classe sobre as outras, e afirmam que a cidadania e a

emancipação política são essencialmente limitadas para libertar a humanidade da desigualdade e da exploração que ela vivencia todos os dias.

Contudo, as desigualdades sofridas pelo homem não serão eliminadas pela intervenção do Estado<sup>48</sup>, pelo motivo dele buscar sempre a origem dos males sociais na administração pública, como afirma Marx (2010, p. 60-61):

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. [...] Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela.

Reconhecer que a gênese última dos males sociais está na existência da propriedade privada e nas contradições do discurso do Estado seria admitir a sua impossibilidade de resolver os problemas. Se o Estado quisesse eliminar os problemas, teria de eliminar a si próprio. Mas esse não é seu objetivo, por isso simula representar os interesses das classes sociais.

Vale ressaltar que o sujeito discursivo simula estar preocupado com as pessoas que fazem uso problemático de drogas e com as condições de vida desses indivíduos. De acordo com Silva (2011, p. 62):

há uma estreita relação do fenômeno em questão com diversas mazelas sociais como: violência, desemprego, educação deficiente, pobreza, entre outras; e o nosso cotidiano nos confirma isto. Todavia, essas expressões da deterioração social possuem uma gênese em comum, pois comparecem no complexo totalitário como expressões da “questão social”, considerando que esta é uma e exclusivamente originada na sociedade capitalista.

A questão do problema com o uso problemático de drogas está na formação e no desenvolvimento da classe trabalhadora, ou seja, quem trabalha para garantir ao Estado o capital, uma vez que, o modo de produção é sua base constituinte. Quanto

---

<sup>48</sup> Na concepção de Lessa (2007, p. 285): “Assim que as necessidades da reprodução do capital se alteraram, alterou-se no mesmo sentido a atuação do Estado. Transitou-se, sem solução de continuidade, do Estado de Bem-Estar ao Estado neoliberal: seu conteúdo de classe permaneceu o mesmo, não se alterou em nada a sua função social. O que mudou foram as necessidade para a reprodução do capital”.

mais a classe trabalhadora faz uso problemático de drogas se intensificam as desigualdades sociais.

As drogas na sociedade do capital são consideradas uma mercadoria e precisam ser vistas a partir desse ponto, pois elas são vendidas e consumidas por grande parte da população. As drogas tornaram-se uma mercadoria mundial para atender as demandas do mercado em obter lucro. Vale ressaltar que, mesmo fazendo parte da história da humanidade, é no capitalismo que as drogas tornam-se mercadoria.

No entanto, para entender os efeitos de sentido produzido pela propaganda governamental de serviço, devemos considerar o poder ideológico do capital, bem como seu contexto sócio-histórico. Conforme Orlandi (2000), as condições de produção que compreende o sujeito, a situação e também à memória. As condições de produção em sentido estrito, referem-se ao momento da enunciação, ou seja, ao contexto imediato; em sentido amplo, abrange o contexto sócio-histórico e ideológico.

Constatamos então que as condições de produção deste discurso em sentido estrito é a propaganda governamental de serviço por se referir ao momento da enunciação e cujo contexto imediato é o estado de Alagoas onde a campanha do “Projeto Acolhe Alagoas” foi realizada. Nesse momento, o referido estado enfrentava o problema do consumo de drogas e estava liderando o primeiro lugar em violência no país, em 2014, sendo ainda Maceió considerada a quinta capital mais violenta do mundo de acordo com a pesquisa da ONU<sup>49</sup>. Mas segundo pesquisa da ONG mexicana<sup>50</sup> em 2016, Maceió deixa o pódio de capital mais violenta do país.

O contexto amplo se materializa no discurso do Estado sobre o uso problemático das drogas, no qual afirma sob os mais variados mecanismos ideológicos que as drogas são prejudiciais à população, discurso implícito no enunciado da campanha “Acolha seu filho antes que as drogas o adotem”, simulando a preocupação da vulnerabilidade da família das classes trabalhadoras. Por sua vez omite sua impossibilidade estrutural de superação das contradições sociais.

---

<sup>49</sup><<http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-11-das-30-cidades-mais-violentas-do-mundo-diz-onu-12151395>> Acesso em: 5 maio 2017.

<sup>50</sup><<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/546-maceio-deixa-podio-de-capital-mais-violenta-do-brasil-e-desce-17-posicoes-no-mundo>> Acesso em: 5 maio 2017.

De acordo com Orlandi (2000, p. 31), no discurso, a memória é tratada como o interdiscurso, ou seja, “como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. É através do interdiscurso e da memória discursiva que “todo dizer retorna sob a forma do pré-construído, ou seja, do já-dito que está na base do dizível, sustentado em cada tomada da palavra”.

Para Pêcheux, um acontecimento “é um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p.17), ou seja, poder ser analisado como uma correlação entre o fato e a forma como o fato foi percebido e circulado, como ele se atualiza e se mantém sempre presente na memória coletiva.

Assim, a sequência discursiva constrói a memória do acontecimento do qual historicamente as drogas sempre estiveram presentes na humanidade, ou seja, acontecimento aqui será compreendido como um acontecimento inscrito na história do cotidiano, um fato, uma prática. O interdiscurso está presente nos interesses políticos e econômicos das classes sociais. No sistema capitalista a droga gerou um grande negócio lucrativo para o Estado.

Corroborando com esse entendimento Silva (2011, p. 105) dizem que “a separação historicamente consumada pelo sistema do capital determina a distinção das classes sociais, distinguindo, assim, as funções produtivas e controladoras do processo de trabalho”.

Para a AD, a argumentação funda-se sobre as formações imaginárias que constituem o discurso. A argumentação, para esta teoria, é uma estratégia que começa fora do sujeito, não parte da intenção que tem de convencer e não está no nível da formulação e sim da constituição dos sentidos. O que para Orlandi (2008), isto significa dizer que a argumentação é vista pelo analista do discurso a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas.

Por conseguinte, em Orlandi (2008, p. 78), as intenções do sujeito:

são assim produtos de processo de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto. As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo; o significa.

Fazem parte deste jogo interdiscursivo, bem como o apagamento das evidências dos sentidos e do sujeito pelos dois esquecimentos que são ideológicos. Segundo Pêcheux (2009), o esquecimento pode ser distinguido de duas formas no discurso: o esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação, pois ao

falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que dizer sempre podia ser outro. É também chamado de esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa.

Já o esquecimento número 1 é também chamado de esquecimento ideológico e é proveniente da ordem do inconsciente, portanto, resulta da maneira como somos afetados pela ideologia. Desse modo, temos a ilusão de que o dizer é nosso, na verdade, retomamos sentidos pré-existentes. Os sentidos são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história.

Desta forma, este estudo parte do enunciado do texto para analisar os sentidos produzidos no discurso e estão presentes na propaganda governamental de serviço, que permitem a produção de sentido no discurso.

A propaganda realizada pela SEPAZ foi divulgada em panfletos e adesivos que tinham as cores do Estado, azul escuro, azul claro e a cor branca. A campanha foi realizada nas ruas, escolas, igrejas, empresas e municípios em todo o estado de Alagoas, foram distribuídos panfletos e cerca de 50 mil adesivos. Como a campanha aconteceu durante o período da Copa do Mundo no Brasil, houve uma rodada de adesivos temáticos na cor verde e amarela.

Para tanto, é necessário que definamos o que entendemos por panfleto, ou, pelo menos, como podemos caracterizar o panfleto no qual extraímos o nosso *corpus*. Trataremos do gênero panfleto que circula no discurso da propaganda institucional e que se veicula como forma de preocupação com a conscientização da população em relação ao meio ambiente, drogas etc. Nesse caso, o leitor é interpelado pelo interlocutor que já está inserido no discurso da prevenção.

O panfleto precisa variar de acordo com o seu público-alvo que nesse caso, o público-alvo foi à sociedade alagoana e em outros momentos, a família nuclear.

De acordo com Costa (2008), o panfleto pode ser definido como um texto publicitário curto, impresso em folha avulsa, com distribuição corpo a corpo feita em locais de grande circulação. O panfleto tem a finalidade de criar no leitor a necessidade de adquirir um produto, visitar um lugar, participar de um evento ou uma campanha.

Para Blessa (2003), esse é um tipo de material destinado basicamente à divulgação de um produto ou serviço e no falar de Penna (2003), o panfleto tem como qualidade ser claro e conciso para que sua leitura seja rápida e

compreensível, além de provocar impacto imediato sobre quem está lendo. O panfleto é de cunho aproximativo e bastante interativo.

O objetivo do panfleto é esclarecer e orientar a população sobre determinado assunto; persuadir alguém ou um grupo de pessoas a tomar certos tipos de cuidados ou a colaborar com determinada ação.

Esse veículo de comunicação é o mais comum que existe. Foi usado porque é de baixo custo produtivo e sua distribuição foi feita em larga escala para atingir toda sociedade. É considerada a forma mais barata de fazer propaganda. Conforme Torquato (2015, p. 17), “na sociedade informacional, a comunicação deixa de ser considerada definitivamente uma despesa para se inserir no rol dos investimentos indispensáveis à sobrevivência e ao crescimento das organizações”.

O anunciante da propaganda, governo do estado de Alagoas, chancelado pela SEPAZ foi a única secretaria a realizar essa campanha sobre as drogas no período de março a junho de 2014.

Para Vestergaard e Schroder (1988, p. 6), a propaganda é necessária:

quando uma sociedade atingiu um estágio em que boa parte da população vive acima do nível da subsistência, a propaganda é inevitável, e inevitavelmente persuasiva. Isso só é verdade sob uma importante condição: que se trate de um sistema capitalista.

No sistema capitalista, a economia se divide em duas partes: uma esfera de produção de mercadoria e uma esfera de circulação e troca de mercadoria. Na produção de mercadoria, os homens são desiguais: existem os capitalistas e os trabalhadores. Na esfera da circulação<sup>51</sup>, em princípio, os homens são considerados livres e iguais. Portanto, é nesse contexto que a propaganda atua procurando persuadir os indivíduos, evidentemente ela é uma forma de comunicação pública.

Conforme Carrascoza (2004, p.15), “todo ato de comunicação, é engendrado para cumprir uma função utilitária: persuadir um auditório particular. Esse auditório é o que, em publicidade, se chama *target*, ou seja, o público-alvo ao qual se destina a mensagem veiculada.” Os indivíduos que consomem o produto ou serviço anunciado.

A definição de auditório é dada por Perelman (2002, p.22 apud CARRASCOZA, 2004, p. 16) como “o conjunto daqueles que o orador quer

---

<sup>51</sup> Os princípios da esfera da circulação são descritos na obra de Marx, *O capital*. v. I, partes I-II.

influenciar com sua argumentação”, no entanto, para nós orador é sinônimo de emissor da mensagem.

Orlandi (2000, p. 41- 42) resume bem a posição do orador:

como em um jogo de xadrez, é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de ‘jogadas’, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos, esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles ‘querem’ ouvir.

É por meio de mecanismos de antecipação que o discurso é produzido para convencer o seu interlocutor. Este mecanismo regula a argumentação.

Na propaganda o objetivo da imagem é contribuir para diminuir a temperatura da comunicação, permitindo assim um rápido entendimento por parte do destinatário.

Abrindo comentários sobre as possíveis divergências acerca dos conceitos de Propaganda e Publicidade, Sant’anna (2002, p.75) esclarece:

Embora usados como sinônimos, os vocábulos publicidade e propaganda não significam rigorosamente a mesma coisa. [...] a palavra publicidade significa, genericamente, divulgar, tornar público, e propaganda compreende a ideia de implantar, de incluir uma ideia, uma crença na mente alheia. Todavia, em virtude da origem eclesiástica da palavra, muitos preferem usar publicidade, ao invés de propaganda; contudo hoje ambas as palavras são usadas indistintivamente.

Segundo Carvalho (2001, p.17), o discurso publicitário, ao interagir com os receptores, apresenta-lhes os bens de consumo da sociedade capitalista e os incentiva a se tornarem consumidores. Assim, ele transfigura-se em um dos instrumentos de controle social. Para corroborar com essa discussão, Pinho (1990, p.21) diz que:

Vivemos em um mundo de ideologias e sistemas filosóficos em conflito, no qual coexistem inúmeras organizações que se dedicam à disseminação de suas idéias, princípios e doutrinas, seja ela denatureza institucional, política, social, econômica ou religiosa. A esse contingente vêm juntar-se as entidades governamentais em nível municipal, estadual e nacional. No campo das relações internacionais, intensificam-se os esforços de propaganda pela concorrência existente entre as nações hegemônicas dos blocos capitalista e socialista.

O conceito da palavra propaganda vem do gerúndio latino do verbo *propagare*, que quer dizer: propagar, multiplicar (por reprodução ou por geração),

estender, difundir. Fazer propaganda é propagar idéias, crenças, princípios e doutrinas.

Conforme Pinho (1990, p.22) classifica a propaganda em diversos tipos, de acordo com sua natureza:

a) Propaganda ideológica: trata-se de uma técnica de persuasão desenvolvida de maneira mais global e ampla do que os demais tipos. Assim, a propaganda ideológica encarrega-se da difusão de uma dada ideologia, ou seja, um conjunto de idéias a respeito da realidade.

b) Propaganda política: tem um caráter mais permanente e objetivo difundirem ideologias políticas, programas e filosofias partidárias. A propaganda política transformou-se em um dos grandes fenômenos dominantes do século XX e um instrumento poderoso para a implantação do comunismo, do fascismo e do nazismo.

c) Propaganda eleitoral: visa conquistar votos para determinado postulante a cargo eletivo, valorizando idéias e indivíduos mediante processos bem delimitados, promovendo a fusão da ideologia e da política.

d) Propaganda governamental: tem por objetivo criar, reforçar ou modificar a imagem de um determinado governo, dentro e fora de suas fronteiras.

e) Propaganda institucional: denominada por alguns autores americanos de propaganda de relações públicas (*Public Relations Advertising*), a propaganda institucional é uma área em que as atividades de Relações Públicas e de Propaganda interagem. A propaganda institucional tem por propósito preencher as necessidades legítimas da empresa, aquelas diferentes de vender um produto ou serviço.

f) Propaganda corporativa: a divulgação de uma empresa é classificada de propaganda corporativa pelo *Publishers Information Bureau* quando ela tem, entre seus propósitos específicos, o objetivo de divulgar e informar ao público as políticas, funções e normas da companhia; de construir uma opinião favorável sobre a companhia; e de criar uma imagem de confiabilidade para os investimentos em ações da companhia ou para desenvolver uma estrutura financeira.

g) Propaganda legal: surgiu a partir da promulgação da Lei no 6.404, de 1976, que obriga todas as empresas de sociedade anônima, de capital aberto ou não, a

publicar seus balanços, atas de convocação e editais no Diário Oficial e pelo menos, em mais um jornal de grande circulação.

h) Propaganda religiosa: durante séculos, a essência da Igreja foi a sua missão de comunicação de uma boa nova que vem de Deus. Inicialmente, na forma de comunicação interpessoal, através do testemunho das pessoas ou na pregação de um cristão perante um grupo de pessoas e depois através da escrita.

i) Propaganda social: são as campanhas voltadas para as causas sociais: desemprego, adoção do menor, desidratação, aids, tóxicos entre outras. São programas que procuram aumentar a aceitação de uma idéia ou prática social em um grupo-alvo.

j) Propaganda de produto - tem por objetivo divulgar um produto, levando o consumidor ao conhecimento a compra. O responsável por sua veiculação é o produtor, isto é, o fabricante do bem.

k) Propaganda de serviços - procura "vender" serviços. Deve-se tomar cuidado na sua identificação, pois as empresas prestadoras de serviços praticam com bastante intensidade a propaganda institucional.

l) Propaganda de varejo - os produtos anunciados são patrocinados pelo intermediário no caso, o varejista.

Diante disso, numa abordagem discursiva as campanhas de propaganda governamental de serviço, procuram simular interesses de um governo que se preocupa com a problemática das drogas, buscando ações imediatistas para resolver os problemas.

No entanto, o governo se promove e vende os serviços desenvolvidos pelas comunidades acolhedoras<sup>52</sup> que integram o Projeto Acolhe Alagoas a partir de contratos com a SEPAZ, a pessoas que fazem uso problemático de drogas, que voluntariamente ou com o apoio da família aderem ao programa de recuperação.

---

<sup>52</sup>São também conhecidas como comunidades terapêuticas, que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa e integram o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Em Alagoas, atualmente há 36 comunidades acolhedoras que integram a Rede Acolhe (antes Projeto Acolhe Alagoas), coordenada pelo Governo de Alagoas, através da Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (Seprev), antes Secretaria de Estado da Promoção da Paz (SEPAZ). O programa visa fortalecer ações de inclusão e resgate social de pessoas com dependência química, que têm uma relação estreita com os índices de violência no Estado.

<<http://www.alagoas24horas.com.br/917989/comunidades-acolhedoras-devem-se-adequar-nova-resolucao/>> Acesso em: set. 2017.

A propaganda faz uso bastante criativo da linguagem verbal e não verbal que levam a um plano discursivo. A ideologia condiciona os dizeres materializados na propaganda. A ordem do discurso da propaganda governamental de serviço rege os enunciados no plano verbal e para produzir sentido, é preciso resgatar a história e isso acontece quando a memória retoma o papel da família na sociedade.

A propaganda cristaliza uma memória, constituída por uma rede de fatos históricos. O conceito de memória vai além de conhecimentos prévios. Assim, entre o real e o discurso existem as formações ideológicas imaginárias que formam o real.

De acordo com Fiorin (1990), a linguagem da propaganda condensa, cristaliza e reflete práticas sociais, ou seja, conserva e esconde valores no intuito de refletir as tendências vividas na sociedade contemporânea. Em seu discurso, a propaganda visa manipular valores, atitudes, conjunto de ideias, representações, estabelecendo pontos de vista de uma classe social dominante através da persuasão para convencer outra classe social utilizando uma linguagem específica.

Carvalho (2001, p. 13) afirma que “[...] a publicidade impõe, nas linhas e entrelinhas, valores, mitos, ideais e outras elaborações simbólicas, utilizando os recursos próprios da língua que lhe serve de veículo”. Dessa forma, esses discursos são produzidos basicamente a partir do que não é dito, mas que é sugerido a partir do dito.

A propaganda é financiada pelo Estado, pelos organismos oficiais ou particulares, mas é gratuita para o indivíduo. A propaganda é paga pelo sujeito, contudo ele não paga proporcionalmente aos benefícios que recebe; ao contrário da publicidade, em que o indivíduo paga proporcionalmente aos produtos que consome. Para analisar a propaganda veremos um enunciador, enquanto suporte da ideologia, que direciona seu discurso de acordo com a reprodução do dizer de um grupo social, de uma formação social. Fiorin (1990, p. 41) “[...] que o dizer desse enunciador é a produção inconsciente do dizer do seu grupo social”.

Portanto, entendemos que o consumo de drogas tem desafiado o estado de Alagoas a desenvolver estratégias de enfrentamento desses problemas com ações que se situam como medidas de prevenção, acolhimento, recuperação, tratamento e reinserção social as pessoas que fazem uso problemático de drogas, porém sem se preocupar com a reestruturação psíquica do indivíduo. Mesmo assim, essas ações desenvolvidas a partir dos projetos têm apontado a inoperância do Estado sobre

esta questão, cuja raiz do problema se situa na base de (re)produção da sociedade capitalista.

É a partir do exposto que prosseguiremos a análise da materialidade discursiva da propaganda governamental de serviço do “Projeto Acolhe Alagoas”, que traz o seguinte enunciado “Acolha seu filho antes que as drogas o adotem”, buscaremos identificar os efeitos de sentido produzidos nas expressões “acolhimento” e “adoção”. Dessa forma, como todo discurso, a propaganda não é neutra e fala de um lugar social e de uma perspectiva ideológica.

Assim, sob o manto da evidência, a ideologia dominante se dissemina socialmente. Dessa maneira, acreditamos no que nos dizem, sem muitas vezes nos darmos conta de que a linguagem não é transparente. Essa opacidade demonstra que nem tudo aquilo que vemos, falamos, ou ouvimos corresponde à realidade.

#### **4.2 Materialização de práticas discursivas que simulam “acolhimento” e “adoção”: efeitos de sentido**

Passaremos a analisar o discurso da propaganda governamental de serviço lançada pela SEPAZ, que traz no panfleto da campanha a representação da família e na sequência discursiva está o seguinte enunciado no slogan: “ACOLHA SEU FILHO, ANTES QUE AS DROGAS O ADOTEM”. Na sequência, traz ainda uma materialidade discursiva que acompanha essa representação que diz o seguinte: “Através da Secretaria de Estado da Promoção da Paz, o Governo de Alagoas lança a campanha ‘ACOLHA SEU FILHO, ANTES QUE AS DROGAS O ADOTEM’, que possui como objetivo orientar e sensibilizar a sociedade alagoana sobre a importância do desenvolvimento de ações de prevenção ao uso de drogas. Pesquisas apontam que as idades de maior índice de uso precoce de drogas estão entre 10 a 19 anos, onde a família tem um papel preponderante na minimização das chances de uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas”.

A transcrição da propaganda governamental de serviço, bem como a análise da materialidade discursiva leva em conta o que Amaral (2016, p. 249) diz sobre o discurso

é um processo que se efetiva nas relações sócio-históricas, não sendo por isso limitado ao “querer dizer” do sujeito-falante”. O sujeito é, na verdade, efeito de um processo de interpelação da ideologia que produz para ele a ilusão de ser origem e fonte do seu dizer e

enaltece a sua subjetividade, obscurecendo a sua indissociabilidade do processo sócio-histórico.

Dessa forma, mesmo nos referindo ao porta-voz do discurso que é o governo e que se faz presente na materialidade discursiva, não o consideraremos como autor do seu dizer, uma vez que os efeitos ideológicos são historicamente construídos.

Na propaganda, deve-se levar em conta um aspecto que é indispensável para AD, a noção de ideologia. Segundo Gregolin (1995), Ideologia é como um conjunto de representações que dominam as diferentes classes dentro da sociedade. Assim, para entender os efeitos de sentido produzidos pela propaganda deve-se considerar o poder ideológico que o permeia e as condições de produção em que ela se realiza.

A propaganda busca atingir um público-alvo, portanto, são necessários que sejam escolhidos cuidadosamente os valores e imagens que poderão exercer maior apelo junto às pessoas que se deseja atingir, para tal, utiliza-se de aspectos e necessidades afetivas e socioculturais. Na propaganda que estamos analisando, o público-alvo é a sociedade alagoana, com indícios da família heteronormativa.

Assim, os dizeres não podem ser vistos como mensagens que são transmitidas e compreendidas em sua transparência, mas em seus efeitos de sentido, produzidos por sujeitos que realizam suas escolhas em determinadas situações. Sempre toda palavra faz parte de um discurso, os quais se planejam “na relação com os outros dizeres: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2012, p. 43).

Dessa forma, abordamos o discurso no momento em que foi produzido, considerando a formação ideológica do capital que se encontra aí presente, o que remete ao processo sócio-histórico.

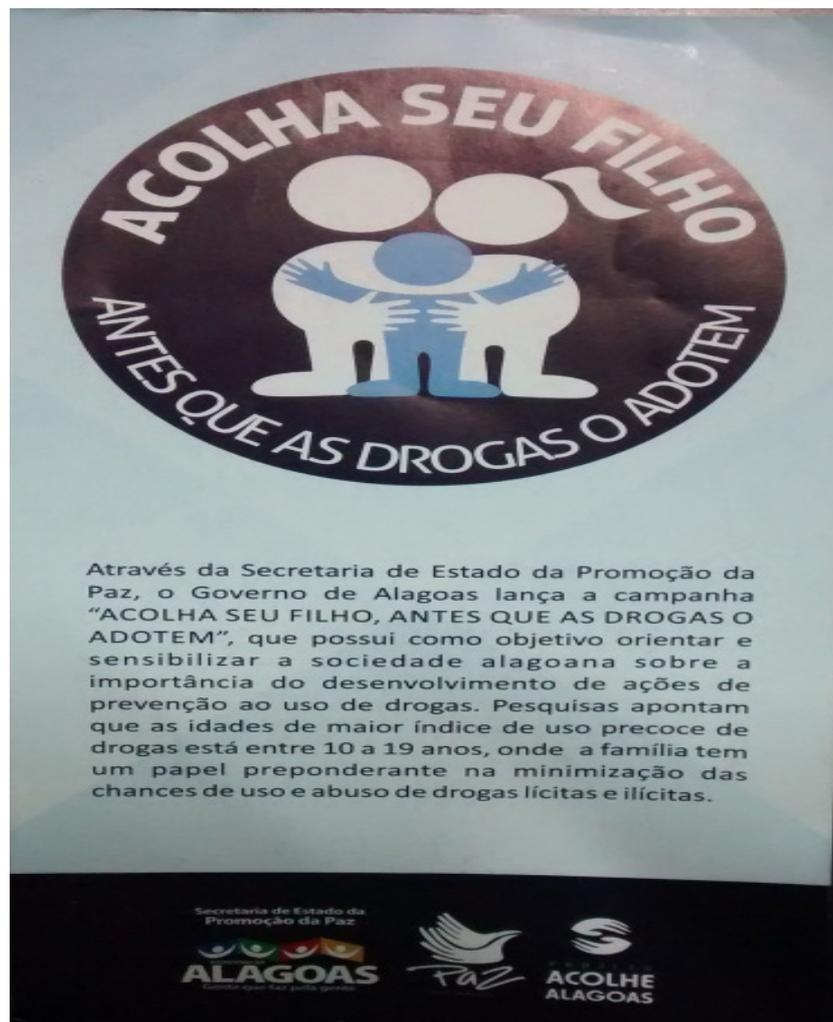
Toda sociedade constituída de classes se solidifica por meio das relações conflituosas de exploração/dominação, como relação de força que se manifesta no discurso, em seus efeitos de sentidos sobre a realidade. O discurso é essencialmente ideológico, pois o sujeito que o produz, o faz de um lugar social, de uma posição ideológica.

Assim, serão trabalhadas as categorias teóricas da Análise do Discurso, tais como: condições de produção do discurso, formação ideológica, formação discursiva, interdiscurso e silenciamento. Essas categorias permitirão apreender, dentro do *corpus* discursivo, o contexto sócio-histórico, ideológico a respeito da

propaganda governamental de serviço, levando em consideração o sujeito enunciador do dizer.

Vejamos, então, a propaganda governamental de serviço, veiculada no panfleto da campanha do Projeto “Acolhe Alagoas”, foi criada e divulgada pela Secretaria de Promoção da Paz (SEPAZ/AL) como uma ação desse projeto, durante o período de março a junho de 2014 em todo o estado alagoano.

**Figura 1 - Panfleto da Campanha.**



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.

As condições de produção em que o discurso da propaganda governamental de serviço foi criada, ano de 2014, momento em que o estado de Alagoas enfrentava o problema com as drogas, a mídia (os jornais locais, a televisão e a internet), divulgava os alarmantes dados estatísticos sobre a violência e a alta taxa de homicídio entre os jovens de 15 a 29 anos. O estado estava liderando o primeiro

lugar em violência no país, sendo ainda a quinta cidade mais violenta do mundo com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 79,76.

Alagoas foi o estado mais violento para a população negra. A cada 13 vítimas de homicídio, 12 eram negras e teve ainda a maior taxa de homicídios por arma de fogo em 2014, com 56,1 mortes para cada 100 mil habitantes.

Este foi um enfoque constante na imprensa, que divulgou o *ranking* das cidades mais violentas do Brasil no intuito de destacar a problemática do caos associado a pessoas que fazem uso problemático de drogas. Daí poder ser lida e interpretada pelos leitores, produzindo efeitos de sentido de medo e insegurança.

Em 2014, o Brasil registrou 57 mil homicídios de acordo com o estudo que foi realizado e coordenado pelo professor e sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, diretor de pesquisa do Instituto Sangari e coordenador da Área de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)<sup>53</sup>. O dado correspondeu a 6,5 assassinatos por hora. O Brasil teve 29 homicídios para cada 100 mil habitantes naquele ano.

Há que se destacar os principais fatos que marcaram neste ano o país com grandes eventos como a Copa do Mundo, que é considerado o maior evento esportivo do planeta, atraindo milhares de pessoas de todas as partes do mundo para prestigiar o evento que teve como sede o Rio de Janeiro. Entretanto, um dos desafios enfrentados no Rio de Janeiro com a Copa fazia referência ao turismo por evidenciar os problemas da cidade. A capital apresenta uma grande desigualdade social, visível pelos morros cobertos de favelas, e um grande índice de violência, inclusive contra turistas. Para receber o grande número de visitantes que o Mundial atrai um dos principais focos de atenção da cidade foi a segurança pública. No entanto, a mídia informava os altos investimentos feitos pelo governo federal gastos nas cidades que receberam as seleções como também nos estádios de futebol.

Diante dessas informações, havia uma grande expectativa nas disputas eleitorais com o processo de reeleição da Presidente Dilma Rousseff do PT, que foi reeleita em segundo turno com 51,64% dos votos válidos em relação ao candidato Aécio Neves do PSDB com 48,36%, considerada no meio eleitoral como a disputa mais acirrada das campanhas eleitorais à Presidência.

---

<sup>53</sup> <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/brasil-tem-65-homicidios-por-hora-aponta-mapa-da-violencia.html>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Outro fato anunciado nesse período foi a Operação Lava-jato na qual à lavagem e o desvio de dinheiro público envolveu a Petrobrás, grandes empreiteiras do país e políticos. Foi esse o clima de insegurança e instabilidade que se instalou no ano de 2014. Nesse contexto histórico, o Brasil vivenciou grandes eventos, conflitos e disputas eleitorais.

Em Alagoas, alguns fatos e acontecimentos ocorreram no ano de 2014, segundo balanço da Secretaria de Estado da Defesa Social (SEDS)<sup>54</sup> no período do carnaval foi registrado o maior número de mortes violentas, com um total de 33 homicídios. Alagoas registrou no primeiro semestre de 2014 um aumento de 4,15% no número de crimes violentos letais e intencionais, de acordo com o relatório mensal divulgado pela SEDS, de janeiro a junho ocorreram 1.180 assassinatos.

No período da Copa do Mundo, quando a seleção de Gana ficou hospedada em Maceió, houve uma redução de 9,9% no número de assassinatos no estado. Nesse período, a Força Nacional fazia a segurança do estado desde o mês de março em parceria com as polícias Civil e Militar, tendo sido prorrogada sua permanência até o mês de julho, logo após a imprensa nacional divulgar o *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil*<sup>55</sup> na qual mostra Alagoas, mais uma vez, a frente dos demais estados brasileiros em relação ao número de homicídios.

O estado teve mais um processo eleitoral para governador e senador. O PMDB lançou o deputado federal Renan Filho ao governo, já o PTB anunciou Fernando Collor ao Senado. Obteve assim o seguinte resultado: Renan Filho (PMDB) foi eleito novo governador de Alagoas e tornou-se o mais novo governador de Alagoas ainda no 1º turno, com 670.310 votos, o equivalente a 52,16% dos votos válidos e Fernando Collor (PTB) reeleito senador pelo estado. Portanto, deixa de governar o estado Teotônio Vilela Filho após dois mandatos de governo. Na vigência do mandato foi criada em 2009 a Secretaria de Estado de Promoção da Paz (SEPAZ), que permaneceu até o final do ano de 2014.

As condições de produção são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação fundamental. Nesse contexto, atua o processo de constituição de sentido, trazendo à memória a formação de uma sociedade capitalista influenciada pelo abuso de poder

---

<sup>54</sup><<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/03/numero-de-homicidios-no-periodo-de-carnaval-em-maceio-dobrou-em-2014.html>> Acesso em: jul. 2017.

<sup>55</sup><[http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014\\_jovens.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014_jovens.php)>. Acesso em: jul. 2017.

que se materializa no discurso do Estado. De acordo com Florêncio et al. (2009, p. 66) “É a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico, pelo movimento do discurso nas relações sociais”.

Segundo Orlandi (2000, p. 40), as condições de produção do discurso “implicam o que é material, o que é institucional, e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica”.

Assim, são as condições de produção que permitem ao discurso governamental divulgar a transparência da linguagem através do enunciado do slogan para atingir a um interlocutor específico e que deve ser atraído visualmente. No entanto, o modo de produção capitalista reivindica modos de viver em uma sociedade de consumo, identificado com a ideologia do capital.

Dessa forma, ao situarmos a discussão em que as condições de produção do discurso em análise, ou seja, da propaganda governamental de serviço foram postas: o contexto social do qual decorrem tais enunciados com destaque para a questão da violência e o uso problemático das drogas; e como eles silenciam suas reais determinações, quando exteriorizados. Esse movimento de objetivação da subjetivação traz consigo, em sua exteriorização, os efeitos da atuação ideológica da realidade sobre os sujeitos, que conscientes ou não, materializam no discurso as contradições que existem no complexo societário vigente.

Silva (2011, p. 138) afirma que:

São diversas [...] as perspectivas teóricas que procuram explicar a questão da violência, variando desde as que reificam um componente místico associado à permissão divina e ao ‘final dos tempos’, a exemplo do que já se acreditava na idade média, até as que atribuem apenas uma conotação individual (subjetiva) ao fenômeno, cuja responsabilidade acabaria recaindo sobre os indivíduos, num processo dissimulado de culpabilização dos sujeitos [...].

É comum ao Estado relacionar a questão da violência com o uso problemático de drogas, visto que se diz garantir a segurança necessária aos indivíduos, mas não tem competência para fazer o que se propõe porque a indústria do tráfico de drogas gera muito lucro ao Estado. Logo, o Estado não pode atuar sobre os problemas econômicos, sociais e políticos, uma vez que, como afirma Mészáros (2011), ele é um complemento do capital.

Toda atividade de linguagem é um processo marcado pela inscrição do sujeito, entre os componentes que devem ser focalizados ao se estudar uma prática discursiva está aquele ligado à presença dos traços discursivos que instauram a subjetividade. As unidades linguísticas que carregam essas marcas de subjetividade e que se inscrevem na estrutura do enunciado são os *dêiticos*.

A noção de dêixis, que remete à enunciação constitui os seguintes elementos da enunciação: os sujeitos (eu/tu), o tempo (agora/antes/durante/depois), o lugar (aqui/ali). Para Benveniste (1991 apud AMARAL, 2016, p. 61), “a dêixis é contemporânea da instância do discurso”, o que para o autor significa os atos singulares “pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor”. A instância do discurso só é válida no sentido de ser única, isto é, por ser singular como no caso do *eu*, “que só pode ser identificado pela instância do discurso que o contém e somente aí. [...] Há, pois, nesse processo uma dupla instância conjugada: a instância de eu como referente, e a instância de discurso contendo eu, como referido.” (BENVENISTE, 1991 apud AMARAL, 2016, 61).

Corroborando com essa discussão Amaral (2016, p.61, grifo do autor) afirma que:

a definição do *eu* só se dá em relação ao *tu*, na sua condição de alocutário. Na instância do discurso, une-se ao eu/tu outros indicadores que organizam o processo da enunciação, situando o locutor *eu* em relação ao alocutário *tu*, no tempo e no espaço – *aqui e agora*.

Assim, no processo de enunciação o principal é a relação entre os indicadores de sujeitos, de tempo, de lugar e da instância do discurso. Trata-se, pois, da utilização de palavras apontando para a situação em que o discurso é materializado.

Podemos então situar o sujeito para quem o governo de Alagoas se dirige, através da Secretaria de Estado da Promoção da Paz. Para isso, consideramos o tempo e o espaço em que o discurso foi produzido, não só o que foi publicado no panfleto da campanha a sociedade alagoana, mas a pessoa a quem se dirige o discurso como sendo as famílias nucleares, ou seja, os alocutários. Porém, pelo funcionamento discursivo, não serão todas as famílias de classes sociais os destinatários do discurso; serão apenas os que querem a mudança de

comportamento da sociedade, ou seja, a classe dominante sempre proclama o ideal de igualdade, ao mesmo tempo em que se organiza uma desigualdade social.

Na AD, adota-se a noção de dêixis discursiva e neste estudo abordamos a definição de Maingueneau (1993, p. 42), “entendida como a(s) situação(ões) de enunciações anterior(es) que a dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade”. No falar de Amaral (2016, p. 63),

A dêixis discursiva permite a primeira aproximação da cenografia de uma formação discursiva devido à dêixis fundadora, é esta que atribui ‘validade’ àquilo que essa formação discursiva enuncia. Uma formação discursiva inscreve o que enuncia na história de outras dêixis (daí ser dêixis fundadora), o que a torna sustentável e possível de produzir efeito de sentido nos processos discursivos que a materializam.

Assim, para toda dêixis discursiva corresponde uma dêixis fundadora. Para Maingueneau (1993), é na dêixis discursiva que se distingue os locutores e destinatários do discurso, bem como a cenografia e topografia. Na compreensão de Amaral (2016), a cenografia constitui o tempo e o espaço da enunciação, na qual os sujeitos se inserem e posicionam enquanto o locutor e o destinatário do discurso; a topografia delimita o “território” onde os sujeitos interagem, qual a posição que deve e pode ocupar cada sujeito na instância do discurso. Embora esses conceitos sejam distintos, eles são indissociáveis.

O sujeito faz uso de uma linguagem subjetiva, ele é identificado como locutora partir das marcas enunciativas, revelada através da primeira pessoa *eu*, o que está ligado diretamente ao processo de enunciação e pelas formas verbais do enunciado. Vale salientar que na AD, considera-se um enunciado uma sequência discursiva que vai além da frase.

Para Amaral (2016, p.73), os processos discursivos não têm origem no sujeito o que significa “os sujeitos não são fontes do dizer, como também não são a fonte de nenhuma modalidade de realização da práxis em geral”. Vale ressaltar que esses processos “se realizam necessariamente no sujeito, através de uma identificação do sujeito enunciadador (sujeito falante ou locutor) com o sujeito universal (enunciador universal) de uma formação discursiva” (AMARAL, 2016, p. 73). Tornados idênticos os sujeitos, “constituem-se e representam-se como um só sujeito: aquele que realiza os processos discursivos, que produz o discurso”.

Nesse estudo, o enunciador ou sujeito ideológico da propaganda é o governo de Alagoas, chancelado pela Secretaria de Estado da Promoção da Paz. Verifica-se nesse processo discursivo um conjunto de diferentes vozes que remete a noção de polifonia<sup>56</sup> e que se associam à voz do locutor. Diante disso, assimila uma diversidade de vozes, simuladas na voz do enunciador que representa, historicamente, uma formação discursiva do Estado. A formação discursiva é marcada pela heterogeneidade que a constitui, isto é, em seu interior se confrontam outros discursos como o político, o religioso, o jurídico entre outros, combinados para representar uma mesma formação ideológica capitalista.

Na AD quando um sujeito toma a palavra, ele põe em ação o funcionamento discursivo, definido por Orlandi (1996, p.125) como uma “atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor, com finalidades específicas”. Logo, a todo sujeito que enuncia correlaciona um interlocutor que se constitui no processo de concretização do enunciado.

Assim, observamos que no enunciado da propaganda governamental de serviço “ACOLHA SEU FILHO, ANTES QUE AS DROGAS O ADOTEM” as palavras que geram a dêixis discursiva e se organizam em torno do sujeito enunciador são os verbos “acolher” e “adotar”, o pronome possessivo “seu” no qual o Estado simula o direito de guarda da família e a conjunção que expressa à circunstância temporal “antes que”. A expressão circunstancial temporal formada pela conjunção “antes que” indica a voz do Estado que regula a ordem social, portanto, regula os sentidos possíveis do enunciado.

Na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels reflete sobre o resultado das investigações de Morgan<sup>57</sup> (ENGELS, 2012, p. 13-14), cujo ponto de partida é que “A ordem social em que vivem os homens de determinada época histórica e de determinado país está condicionada por esses dois tipos de produção: de um lado, pelo grau de desenvolvimento do trabalho e, de outro, pela família.”

---

<sup>56</sup> Ver Ducrot (1987), Bakhtin (1992), Orlandi (1989) e outros que trabalham com esse assunto, a partir da semântica discursiva.

<sup>57</sup> Lewis Henry Morgan (1818-1881), cientista americano e historiador da sociedade primitiva. Essa obra de Engels se baseia, em grande parte, em pesquisas e publicações deste cientista. No Prefácio à Primeira Edição, de 1884, Engels afirma que Morgan teve os resultados das investigações expostos pessoalmente por Marx. No falar de Engels: “Na realidade, Morgan havia redescoberto à sua maneira, na América, a concepção materialista da história, descoberta por Marx quarenta anos antes e, baseando-se nela, havia chegado, contrapondo barbárie e civilização, nos pontos principais aos mesmos resultados de Marx”(2012, p.13)

Expressões que imprimem teor de obrigação, como as conjunções, e os operadores argumentativos, dentre outros, servem para analisar como o discurso regulativo do Estado orienta o interdiscurso presente na formação discursiva. Vale salientar que a conjunção “antes que” toma efeito de concessão, e em vista disso, trata de repassar a formação discursiva de controle do Estado de forma específica que se dirige a família nuclear que lida com os filhos.

De acordo com Orlandi (1996, p. 128), são “três coisas que presidem a argumentação em termos de discurso: relação de forças (lugares ‘sociais’ e posição relativa no discurso), relação de sentido (o “coro de vozes” em um dizer; a relação que existe entre os vários discursos) e a antecipação”.<sup>58</sup>

O enunciado destacado anteriormente estabelece ressalva no plano duma condição posta pelo controle do Estado, pois se toma a família que precisa de regras, de obrigações, de valores, de “acolher seu filho” simulando o direito de guarda, assim apropriada do discurso da propaganda governamental de serviço. A formação discursiva “o Estado controla” pode ser mediada por meio da relação posta nos verbos “acolher” e “adotar”. O primeiro carrega a noção bastante evidente do lugar, da representação social, das relações interpostas tendo ainda uma possibilidade quase inexistente de se contrapor a regras.

Além dos verbos “acolher” e “adotar” outros verbos estão presentes na materialidade discursiva do objetivo da campanha da propaganda que são “orientar e sensibilizar a sociedade alagoana sobre a importância do desenvolvimento de ações de prevenção e uso de drogas”. Podemos entender que este objetivo é regido por um tom regulador que é próprio do Estado porque a importância dessas ações são as vendas dos serviços oferecidos pela SEPAZ, através das Comunidades Acolhedoras. Esses efeitos de sentido são materializados em expressões que revelam a ideologia do Estado.

O verbo acolher, apresentado no dicionário, remete a “hospedar; receber; abrigar-se” (HOUAISS; VILLAR, 2001). No entanto, numa abordagem discursiva, o efeito de sentido deste verbo carrega as contradições do discurso do Estado, tem também um caráter histórico-social, atualizando uma memória que se constituiu a partir da origem da família. A família é uma das primeiras instituições sociais mais

---

<sup>58</sup>Antecipação é o processo pelo qual o locutor “supõe o que o outro vai pensar é constitutiva do discurso, a nível das formações imaginárias”. É ainda pela antecipação que, “o locutor experimenta o lugar de seu ouvinte, a partir de seu próprio lugar” (ORLANDI, 1996. p. 126).

antiga, cuja responsabilidade nessa sociedade consiste em formar o filho para o convívio social, criando-o não subversivo à ordem estabelecida e sendo responsável pelo constante atendimento às ordens familiares. Conforme Silva (2011, p. 95), “a família funciona como uma instituição que molda o indivíduo [...] para conviver *harmonicamente* numa sociedade de classes” (grifo do autor).

Vale salientar que o objetivo da formação dos filhos é feita através da posição social que cada família ocupa na sociedade: uns são formados para subjugar os demais extratos sociais, cujo objetivo é sempre o poder e outros são formados para a empregabilidade. Mas é importante lembrar que esses “objetivos da maioria tendo fracassado, a culpa volta-se contra ela mesma [...], ignora-se, mas não sem propósito, a determinação do real, para dar lugar ao subjetivo, ao individual” (SILVA, 2011, p. 95).

Sendo assim, na propaganda governamental de serviço não há outra escolha para o sujeito interlocutor que é a família, uma vez que lhe é imposta através do jogo discursivo de palavras e de imagem. Dessa forma, nesse espaço discursivo a expressão “acolha” produz o sentido de responsabilidade da família com o filho. Consideramos que os sentidos estão se movendo nas contradições das relações sociais e seus efeitos presentes na materialidade discursiva estão subordinados às determinações históricas e ideológicas capitalistas.

O que o discurso traz na materialidade discursiva é fundamental para a sociedade alagoana. As diferenças entre as classes sociais são enormes e o discurso silencia sobre as desigualdades sociais, propondo ações de prevenção imediatista, transferindo o uso problemático das drogas para a responsabilidade dos sujeitos familiares, individualmente ou de forma coletiva.

O sujeito enunciador que se apropria do discurso do Estado (sujeito universal), torna-se um *porta voz* do sujeito interlocutor, uma vez que lhe é imposta através do jogo discursivo do termo “acolher”, um processo de ressignificação no qual os sentidos parecem imprimir um caráter familiar/afetivo no que diz respeito às pessoas que fazem uso problemático de drogas.

Consideremos também o que afirma Pêcheux (2009, p. 60):

[...] o sentido das palavras não pertence à própria palavra, não é dado diretamente em sua relação com a “literalidade do significante”: ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

No entanto, o sujeito do discurso é o Estado que tem por base de sustentação da sociedade o capital. Dessa forma, pode-se perceber que a condição de produção do discurso da propaganda em questão se faz no interior de uma formação ideológica do capital.

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2000, p.53).

Ainda de acordo com Orlandi (2000, p. 9), “a entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar”, sempre há marcas de uma identificação política de quem as produziu, pois tem margem deste dizer que permite visualizar e compreender qual é o sujeito a quem se dirige que no caso dessa propaganda é a família nuclear.

O que também chama atenção no termo “acolha”, cujo verbo encontra-se no imperativo e está associado à família, produzindo um efeito de sentido que faz lembrar ao sujeito familiar sua responsabilidade na prevenção das drogas, o ato de educar surge dessa primeira instituição que carrega amor, afeto e proteção na formação do ser humano.

Uma das características do texto da propaganda é a função da linguagem<sup>59</sup> conativa ou imperativa, o que expressa um forte apelo ao interlocutor na busca de conquistá-lo. Além do mais, o uso do verbo no imperativo dá um caráter persuasivo à argumentação.

Portanto, a propaganda costuma adotar argumentos persuasivos, usando a representação da família para tornar mais verdadeira sua mensagem. Ela não pode dar margens a dúvidas porque o objetivo é aconselhar o destinatário, por isso o uso do verbo no imperativo e o tempo no presente do indicativo.

De acordo com Perelman e Olbretchts-Tyteca (2002, p. 181), o presente tem a propriedade de proporcionar o “sentido da presença”. Com seu uso, o enunciador busca aproximar do auditório que lhe é contemporâneo e atuar sobre ele “o presente é o tempo da máxima, do adágio, ou seja, daquilo que é considerado sempre atual,

---

<sup>59</sup> As funções da linguagem foi proposta por Jakobson, no livro *Linguística e comunicação* e podem ser: referencial, emotiva, conativa ou imperativa, fática, metalingüística, estética ou poética.

jamais invalidado” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 181). É essa presentificação que vemos na propaganda governamental de serviço, com o verbo no presente do indicativo “acolha”, buscando assim, o instante atual e aproximação com o sujeito ouvinte.

Por conseguinte, o acolhimento como ação ou efeito de acolher expressa uma aproximação, uma atitude de inclusão, de estar em relação com algo ou alguém. Esse discurso está difundido na implementação das políticas de humanização, pois humanizar está no sentido de garantir à palavra a dignidade ética.

Conforme Pêcheux (2009, p. 146):

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em ‘si mesmo’ [...], é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Vale ressaltar que para a AD, a linguagem não é transparente e que, conseqüentemente, as palavras não têm um sentido literal, mas vários sentidos que estão muito além das evidências.

As diferentes posições dos sujeitos no discurso se representam, entre outros fatos, pela relação entre o implícito e o explícito; esse jogo do explícito e o implícito é que institui aquilo que se pode considerar como conhecimento atribuído por/a um ou outro interlocutor. Dessa forma, os discursos são vistos como possibilidade dos múltiplos sentidos. Os sujeitos, por consequência, estão numa ordem social com a totalidade com a qual se comunicam, constituindo o processo discursivo.

Na propaganda governamental de serviço, podemos constatar que a enunciação é determinada pelo que está explícito (a figura de uma família heteronormativa – modelo tradicional de família nuclear) e pelo que está implícito (não há outras organizações familiares como: homoafetiva, monoparental, mãe solteira, pai solteiro, produção independente entre outras).

Para Morgan (apud ENGELS, 2012, p. 37):

A família é um princípio ativo. Nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de uma condição inferior para outra superior. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos só registrando, depois de longos intervalos, os progressos feitos pela família e só mudam radicalmente quando a família já se modificou radicalmente.

Inicialmente, existiram três modelos de família: a família consanguínea, a

família panaluana, a família sindiásmica. O sistema de parentesco aqui é referido a partir de um estado primitivo, antes da formação da família consangüínea. Devemos lembrar que hoje os sistemas de parentesco e as formas de família é muito diferente, pelo fato de que cada filho(a) ter vários pais e mães.

No falar de Lessa (2012, p. 26), quando “a família se desloca do coletivo e se constitui em núcleo privado: essa nova forma de organização de família é a família monogâmica ou família nuclear”, composta de pai, mãe e filho/a e sua origem se situa na transição para a sociedade de classes.

Nas sociedades modernas capitalistas, a primeira abordagem sobre o lugar de homens e mulheres na sociedade é ditada ao sujeito pela família nuclear como a escolha sobre os nomes, roupa, expectativa, esperanças etc. Todo esse processo é recebido de forma singular, fazendo com que cada sujeito elabore de forma diferente a mesma práxis e assim tornando diferenciada a subordinação às práticas ideológicas.

De acordo com Silva (2016, p.117), “o primeiro efeito do poder exclusivo dos homens no interior da família, já entre os povos civilizados, é o patriarcado, uma forma de família que assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia.” Portanto, a família que conhecemos nessa contemporaneidade, não surge como resultado do amor entre os sujeitos, mas “como propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico” (LESSA, 2012, p. 31).

A representação da família no discurso em análise remete a uma rede de efeitos de sentidos, tais como: organização do modelo tradicional (pai, mãe e filho), no qual o pai exercia o papel do chefe, responsável pela sobrevivência dos filhos; a mãe, de cuidadora dos filhos e do ambiente da casa em que cada um tinha uma função bem definida. No entanto, o Estado simula em seu discurso que na prática homem e mulher são responsabilizados igualmente na educação dos filhos/as, mas silencia que os filhos/as pertencem ao Estado.

No falar de Carrascoza (2004, p. 61-62), “a imagem pode inclusive reafirmar o que já foi dito em palavras, como ocorre frequentemente nos materiais publicitários de mídia impressa. Ou seja, há sempre uma fusão, uma complementaridade semiótica, entre o código linguístico e os códigos visuais.”

De acordo com Achard et al. (1999. p.31-32), “a imagem é um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação [...], que por sua natureza é durável no tempo”. Dessa forma, pode-se pensar “a imagem como operador de memória social

no seio da cultura”. Assim, a imagem da família que se encontra no panfleto da campanha permite indagar, interpretar e buscar a produção de sentido que ela discursiva ao intermediar o sujeito que a lê.

Na propaganda, a representação da família faz referência à tradição familiar e está presente na memória das pessoas: pai, mãe e filho. A família encontra-se no centro da imagem dentro de um círculo (fechado), mas quem anuncia é o governo do estado de Alagoas e simula que na prática homem e mulher são responsabilizados igualmente para a educação dos filhos.

Em outras palavras, a interpretação do uso da imagem e enunciado no discurso da propaganda permite afirmar que os sujeitos são interpelados pela ideologia que se concretiza em discurso e circula nesse instrumento o discurso religioso, o discurso político, tendo em vista as formações imaginárias que perpassam toda a rede de formulações discursivas.

Vale ressaltar que a família forma a unidade básica da organização social na sociedade e representa o requisito básico de um sistema social estável. Portanto, esta imagem significa o ideal de família tradicional.

Entendemos que as condições objetivas e contraditórias sobre o problema das drogas no estado de Alagoas, posto na relação com a condição econômica, social e cultural das pessoas que fazem uso problemático de drogas, aparecem de forma silenciada e ideologicamente postas na superfície linguística do dizer, na propaganda governamental de serviço. Em todo discurso está presente outros discursos e retoma, já-ditos, memórias discursivas, pré-construídos entre outros.

Para Carrascoza (2004, p. 35), a escolha lexical é importante na “construção de uma mensagem persuasiva é fruto de uma cuidadosa pesquisa de palavras, vital na elaboração do texto da propaganda impressa”, pois o uso de um termo em lugar do outro pode mudar as reações do destinatário. Ressalta ainda que as figuras de linguagem, é utilizada para ampliar a expressividade da mensagem.

Assim, no enunciado “ACOLHA SEU FILHO, ANTES QUE AS DROGAS O ADOTEM”, a figura de linguagem identificada no discurso e usada na imagem da propaganda é a personificação, que é capaz de atribuir a seres irracionais ou a objetos inanimados, ações, qualidades e sentimentos que são próprios dos seres humanos. Como toda figura de linguagem privilegia o aspecto conotativo e acrescenta ao texto a subjetividade própria deste estilo. É considerada figura de

pensamento, pelo fato de trabalhar com significados escondidos, ou seja, que estejam implícitos na expressão ou vocábulo.

Assim, na propaganda governamental de serviço outro termo que chama atenção é “adotar”, pois parece que a escolha do verbo adotar contradiz o enunciado, cujo significado de acordo com o dicionário Houaiss e Villar (2001) é “tomar como filho; escolher, preferir”. No discurso esse termo “adotar” personifica a representação da família tradicional aquela que “acolhe”. A oração é iniciada pela conjunção subordinada temporal “antes que” indicando que o tempo vai decidir qual é o destino do filho se a família não o “acolher”, pois a palavra drogas está no sentido figurativo da imagem personificada da droga que se humaniza.

As figuras de linguagem são próprias do discurso aberto e são usadas para ampliar a expressividade da mensagem e por isso foi levada para o discurso fechado. De acordo com Vestergaard e Schroder (1988, p.16), “a linguagem pode cumprir várias funções na comunicação. [...] todas as funções podem ser relacionadas diretamente com um dos componentes do modelo de comunicação”<sup>60</sup>. As funções são: expressiva, diretiva, informacional, metalinguística, interacional, contextual e poética.

A personificação é uma figura de pensamento usada em textos poéticos. James Paxson<sup>61</sup> (2009) revela, por meio de uma descrição histórica, como a questão da personificação foi abordada por diferentes retóricos de forma diversa. Depois de Demétrio, Cícero, Quintiliano, além de retóricos como Erasmo, entre outros, muitos escreveram acerca desse tropo, mas todos de forma breve e superficial - deixando muitas dúvidas com relação a diferentes formas de personificação em aberto. Segundo o referido autor, apenas a partir do Renascimento é que a retórica ocidental passa a contar com um tratamento mais rico e detalhado da personificação e define o termo como sendo mais abrangente, refere-se a toda forma retórica que personifique, de uma forma ou de outra, e de variável intensidade, qualquer entidade não-humana.

Nesse contexto, a personificação da droga está presente na expressão “as drogas o adotem”, pois o termo adotar é uma ação própria do ser humano, ou seja,

<sup>60</sup> Esta observação se deve originalmente a Jakobson (1960). Nos últimos anos ela foi desenvolvida de várias formas por diversos autores; Cripier e Widdowson (1975), Halliday (1973), Leech (1974).

<sup>61</sup> Autor do livro *The PoeticsofPersonification*(2009).<http://revistas.ua.pt/index.php/formabreve/article/viewFile/2339/2198>. Acesso em 09 set. 2017.

dos pais. O sentido do termo “adoção” na instituição família foi ignorado por muitos anos, sendo, portanto, protegidos pela legislação brasileira os laços sanguíneos entre os parentes. A partir da Constituição Federal de 1988, o modelo de família foi fundado em preceitos como a igualdade, solidariedade e respeito à dignidade da pessoa humana, fundamentos e ao mesmo tempo objetivos do Estado brasileiro.

Juridicamente, para Diniz (1996, p. 62), adoção é “o ato jurídico solene pelo qual alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que geralmente lhe é estranha.” No entanto, o sentido de adoção surgiu da necessidade de continuação do culto doméstico<sup>62</sup> a partir das leis de Manu<sup>63</sup> determinavam como pré-requisito que o adotado conhecesse os rituais religiosos.

A noção de família na perspectiva religiosa do mundo ocidental, de base judaico, previa a união heterossexual. Nos processos discursivos a palavra família sofreu vários deslocamentos em relação a suas condições de produção. Contemporaneamente, concebe-se a união homoafetiva, monoparental, mãe solteira que muitas vezes toma o estatuto de provedora do lar, produção independente entre outras. Assim, o termo família evoca outras formas de concepção que transcendem o patamar puramente lingüístico e residem nas relações sociais interpostas, ditadas por adesões ou não a um comportamento já convencionalizado.

Ressaltamos aqui o discurso religioso, segundo Orlandi (1987, p. 9), “como a territorialização da espiritualidade do homem”, visto que a religião atua em todas as nossas formas culturais e “em diferentes processos de significação, pois os vários

---

<sup>62</sup>A expressão é definida como uma reunião da família, sob a liderança dos pais cristãos, com a finalidade de cultuar a Deus no lar. <http://linomar31.wordpress.com/2013/06/04/a-necessidade-e-a-urgencia-do-culto-domestico/> Acesso em 16 de mai. de 2017.

<sup>63</sup>Historicamente, as leis de Manu são tidas como a primeira organização geral da sociedade sob a forte motivação religiosa e política. O Código é visto como uma compilação das Civilizações mais antigas. O Código de Manu não teve uma projeção comparável ao Código de Hamurabi (mais antigo que o de Manu em pelo menos 1500 anos), porém se infiltrou na Assíria, Judeia e Grécia. Em certos aspectos é um legado, para essas civilizações, comparado ao deixado por Roma à modernidade. O Código de Manu divide-se em 12 livros. O Livro Terceiro - Estipula normas sobre o matrimônio e os deveres do chefe da família; trazendo descrições minuciosas sobre os inúmeros costumes nupciais; o comportamento do bom pai frente à mulher e aos filhos; a obrigação de uma vida virtuosa; a necessidade de excluir pessoas indesejáveis, como, por exemplo, os portadores de doenças infecciosas, os ateus, os que blasfemam, os vagabundos, os parasitas, os dançarinos de profissão, etc. do meio familiar; as oblações que devem ser feitas aos deuses, etc. [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9729](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9729)

discursos da cultura ocidental são atravessados pelo discurso religioso: o pedagógico, o jurídico, o acadêmico, o das minorias etc.”

No contexto atual, a adoção ocorre por muitos motivos, predominando a permissão aos que não têm filhos, particularmente aos casais sem prole, a possibilidade de serem pais e tem um caráter humanitário.

Lembramos que, embora o nosso objeto de estudo seja o discurso que se concretiza na materialidade linguística e imagética, os elementos visuais são relevantes, pois a mensagem global da propaganda procede das interações tanto do verbal quanto do visual.

Desde a antiguidade até os dias de hoje as cores são uma representatividade do nosso mundo<sup>64</sup>. As cores exercem um papel psicológico importante e são usadas para estimular, acalmar e no caso da propaganda, vender. Utilizando-se delas para despertar sensações, atrair e influenciar na escolha. A publicidade e a propaganda busca criar o estímulo para vender e levar o cliente até o produto ou serviço. Cada cor tem seu significado. Algumas cores são universalmente ligadas a um sentimento e tem uma ótica geral para o mundo. O significado da cor azul está ligada à imaginação, calma, serenidade, relaxamento, compaixão; já a cor branca significa pureza, inocência, fé, benevolência, honestidade.

Dessa forma, a cor é uma das ferramentas mais importantes na comunicação. Quando a cor ocupa um espaço adequado, com o destaque necessário, ela pode ser utilizada a favor da informação e da comunicação. A cor azul escuro, domina todo o fundo da imagem, o que contribui para realçar a família e o clima de proteção e acolhimento do filho (elo frágil e suscetível de ser vitimizado pela droga). O azul é uma cor considerada masculina proveniente do discurso machista dominante da relação de poder do homem sobre a mulher. Podemos perceber que há uma ausência da imagem da filha no que silencia a desigualdade entre homem e mulher. Visto que, na formação social capitalista, a mulher representa o papel de subordinação em relação ao homem.

O azul é também a cor do espírito, devoção e estudo religioso, pois aumenta a contemplação e a oração que simboliza o céu. Já a associação da cor azul e branca predispõe sensação de paz.

---

<sup>64</sup><http://www.marketingmoderno.com.br/a-influencia-das-cores-na-publicidade-e-propaganda/>. Acesso em: set. 2017

Para Carrascoza (2004, p. 64), “a imagem, portanto, ajuda a esfriar a mensagem, a torná-la rapidamente compreensível.” Essas cores representam o governo do estado de Alagoas e conseqüentemente a SEPAZ.

De acordo com Vestergaard e Schroder (1988, p. 6) “quando uma sociedade atingiu um estágio em que boa parte da população vive acima do nível da subsistência, a propaganda é inevitável, e persuasiva. [...] sob uma importante condição: que se trate de um sistema capitalista”, essa é a função da propaganda no sistema capitalista. A divisão da economia capitalista se dá na esfera de produção de mercadoria e na esfera de circulação de mercadoria. Ressaltamos aqui que a droga é uma mercadoria que tem livre comercialização, portanto acessível ao sujeito consumidor.

Salientamos que o Estado demonstra uma aparente preocupação com a família, mas como é de sua contradição esconde a determinação do capital sobretudo o complexo societário, pois as famílias da classe trabalhadora são exploradas pelo capital, tem uma saúde precária, uma educação que não é de qualidade e muito menos segurança pública. Oculta-se que o sistema capitalista exerce pressão na classe trabalhadora, culpando-o por seus insucessos, fracassos e problemas.

Devemos lembrar que na sociedade capitalista, o modo de produção trouxe resquícios da sociedade anterior, de modo que “a moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de lutar no lugar das antigas”. (MARX; ENGELS, 2012, p. 9).

Na sociedade capitalista, temos o aparecimento de duas classes distintas e antagônicas, a burguesia e o proletariado. Na medida em que a sociedade vai se modernizando, a violência vai se ampliando, conseqüentemente, tomando outras dimensões, de acordo com Adorno (apud GUERRA, 2001, p. 31)

Ao mesmo tempo em que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais [...] esta presente nas relações intersubjetivas que se verificam entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categorias distintas. Seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objeto, sua coisificação.

A violência encontra-se em toda a sociabilidade humana, tendo em vista que tem suas bases na desigualdade social, na exploração do homem pelo homem, nas sociedades de classes, e é inerente às relações sociais.

Nesse contexto, o Estado torna-se porta voz do discurso propondo uma mudança na sociedade alagoana sobre a importância do desenvolvimento de ações para a prevenção do uso de drogas, fazendo circular em seus entremeios discursos-outros que produzem sentidos que simulam “acolhimento” e “adoção”. Observa-se assim o intuito de impor mudanças de princípios e valores morais ajustados aos interesses da classe dominante, mas não da classe dominada que sofre com o problema da violência e das drogas, principalmente as crianças e adolescentes que são vulneráveis.

O Estado naturaliza a violência e nega sua condição de desenvolvimento, tendo em vista sua ineficiência em coibir o uso de drogas e incompetência em resolver conflitos.

A Constituição Federal de 1988 é um instrumento de universalização de direitos, possui um papel fundamental na área da infância e da juventude, para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que está explicitado em seu artigo 227, que responsabiliza a Família, a Sociedade e o Estado pela garantia dos mínimos sociais a população infanto-juvenil:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1990)

As crianças e adolescentes deixaram de ser vistos como “menores” e a partir do ECA passaram a ser visto como sujeitos de direitos. Mas como é da contradição do Estado à realidade é outra, restringe o direito da classe dominada para a classe dominante. No entanto, essa lei se torna importante na vida de milhares de crianças e adolescentes destituídas de seus direitos.

Portanto, o Estado conta com a participação da sociedade e da família. Dessa feita, o sujeito enunciador dirige-se a sociedade e a família para fazer aquilo que ele está se eximindo de fazer: garantir a segurança, melhor condição de vida a classe trabalhadora e tratamento de saúde adequado à população, pois é competência e

responsabilidade desta instância que deveria garantir absoluta prioridade e não omissão dos direitos ao sujeito indivíduo.

Além disso, encontramos um silenciamento que é a responsabilidade do Estado para a efetivação dos direitos fundamentais como educação, saúde, moradia e pela promoção da segurança pública ao sujeito em meio a tanta violência. E silencia também sobre a desigualdade social, principalmente, quando se tem uma sociedade de classes.

Considerando os antagonismos estruturais das duas classes sociais da sociedade capitalista, observamos que a classe burguesa tem condições financeiras favoráveis ao consumo de drogas, devido a sua condição de classe dominante, no entanto, a classe trabalhadora sofre por causa da falta de trabalho, a desestruturação familiar, a educação precária dentre outros fatores que estimulam o acesso ao uso de drogas ou para suportar as adversidades impostas pelo complexo societário excludente.

No entanto, o acesso ao uso de drogas configura-se com a comercialização da droga: o preço baixo, o comércio livre de alguns tipos de droga, a exposição em diversos locais que facilitam a propaganda, tornando-a acessível e promovendo o uso indiscriminado. Observamos assim, a fragilidade do aparato estatal e social em dar respostas às demandas impostas pela problemática do uso de drogas.

Através desse estudo, a partir da AD fica demonstrada a tamanha extensão dos problemas que atinge a sociedade alagoana na qual as crianças e adolescentes são vítimas de consumo de drogas, na maioria das vezes, são testemunhas da violência que ocorre no estado. O Estado ausenta-se da responsabilidade de efetivar os direitos fundamentais ao sujeito e transfere a responsabilidade e a culpa dos problemas para a família.

Dessa forma, focalizamos o discurso no momento em que foi produzido, considerando a formação ideológica do capital que se encontra presente, o que remete ao processo sócio-histórico. O Estado atende prioritariamente aos interesses do capital e reduz os interesses dos trabalhadores, fornecendo-lhes ações através de projetos na tentativa de compensar sua ausência sobre o problema das drogas, bem como da violência.

Podemos observar que, a situação de barbárie vivida no estado e divulgada pela mídia nacional e local, sobre os alarmantes dados estatísticos da violência e da alta taxa de homicídio, colocou Alagoas em 1º lugar no ranking de assassinatos

entre jovens. A classe social dominada é a que mais sofre e os segmentos mais vulneráveis da sociedade são os jovens, negros e pobres.

Sobre esse contexto, entendemos que a violência resiste a todas as formas de sociabilidade humana, desde a era dos primatas até os dias de hoje. Contemporaneamente, vivemos em uma sociedade de base desigual, repleta de contradições, uma sociedade em que impera a ganância por riquezas. O Estado, na função de interventor e garantidor dos mínimos sociais, repassa sua responsabilidade para a sociedade civil.

As condições econômicas e sociais do estado de Alagoas e sua conjuntura política atual inscrevem-se no contexto de problemáticas centradas no uso de drogas e violência em suas múltiplas dimensões, cujas raízes remontam ao modo de produção capitalista.

Assim, buscamos analisar através da AD, as condições de produção do discurso da propaganda governamental de serviço e os efeitos de sentido das expressões “acolhimento” e “adoção”, usada na campanha do “Projeto Acolhe Alagoas”. Identificamos a fragilidade das ações imediatistas do projeto direcionado à sociedade alagoana e às famílias como forma emergencial na tentativa de solucionar o problema das drogas, demonstrando assim as contradições do discurso do Estado. Na relação entre Estado, sociedade e família não se pode confundir os papéis e nem desautorizar uma ou outra instituição, mas fazer valer-se das diferentes responsabilidades de cada uma.

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como ponto de partida o entendimento de que o discurso é práxis, resultado das relações sociais que o determinam. Assim, todo discurso é ideológico e não há neutralidade no discurso, pois os sentidos não estão somente nas palavras, porém, nas condições sócio-históricas em que ele é produzido, nos discursos em que se apoia e no lugar do qual o sujeito enuncia.

Nesta pesquisa, partimos do referencial teórico-metodológico da AD, em o discurso da propaganda governamental de serviço atua na materialização de práticas discursivas que produzem sentidos nos termos “acolher” e “adotar”, instigados pela constatação do histórico e do ideológico no discurso do Estado. A AD nos possibilitou analisar o funcionamento do discurso, circulando por sua materialidade, além das fronteiras da língua, na ordem simbólica, incluindo nela a história e a ideologia.

Para analisarmos o discurso da propaganda governamental de serviço, divulgada pela SEPAZ como uma das ações do “Projeto Acolhe Alagoas”, durante a campanha “Acolha seu filho antes que as drogas o adotem”, utilizamos os fundamentos da AD para demonstrar que o discurso não se encerra em si mesmo, pois sempre ocorrem deslocamentos e significação de modo diferente, bem como pode assumir diferentes efeitos de sentido.

Utilizamos as categorias da AD como as condições de produção, a formação ideológica e a formação discursiva, bem como o interdiscurso por entendermos que essas categorias nos dariam a possibilidade de analisar o contexto sócio-histórico e ideológico que envolve o discurso, seu funcionamento e como produz sentido, ressaltamos ainda que o discurso se relaciona com uma multiplicidade de outros discursos, isto é, um discurso sempre aponta para outros que o sustentam e que possibilitam outros dizeres.

Assim, o discurso da propaganda governamental de serviço se sustenta na formação ideológica do capital, sustentada pela formação discursiva do Estado, que prioriza e valoriza o lucro e a mão de obra da classe trabalhadora, e coloca o uso problemático das drogas como sendo da responsabilidade da família. O Estado se isenta de toda responsabilidade, transferindo para o sujeito seus fracassos e tragédias.

Com a origem do Estado surgiu antagonismo das lutas de classes e atua na preservação dos interesses da classe economicamente dominante. O Estado se sustenta na base material da sociedade, ou seja, da sociedade civil e ele por ser fundado é incapaz de resolver os problemas sociais. Isso faz parte da sua essência e está presente em todas as formas de Estado.

Devemos ressaltar que nada é neutro, nem transparente em termos da prática discursiva. Assim, o estudo do discurso da propaganda governamental de serviço nos permite entender o trabalho da ideologia dissimulando a prática discursiva do Estado e seu efetivo poder de um sujeito que ocupa uma posição de dominação.

Com a análise do discurso da propaganda governamental de serviço, podemos demonstrar como os sentidos provem do simbólico na história e como os sujeitos são interpelados pelos sentidos que esses dizeres produzem. Carregam ainda a materialidade histórico-discursiva da imagem de um sujeito discursivo que “acolhe”, bem como a memória que lhe é constitutiva.

O estudo do discurso converge assim, para a busca das diversas instâncias que se materializam através da língua, instâncias ontologicamente ideológicas, que ganham forma através do interdiscurso, do silenciamento, das formações ideológicas e das formações discursivas, nas falas dos sujeitos históricos e determinados socialmente.

É na produção de sentido do discurso da propaganda governamental de serviço que atuam as práticas discursivas contraditórias. Em meio às contradições do discurso que ora remetem ao campo das determinações humano-material, ora representam várias manifestações por meio de palavras, que se busca uma solução imediata para resolver os problemas sociais.

Conseqüentemente, uma sociedade que se sustenta sob o modo de produção capitalista, requisita a intervenção do Estado para solucionar os problemas, a culpa dos males sociais nunca é da classe dominante, mas sim da má administração pública.

É na sociedade do capital, que o consumo de drogas é incorporado pelo mecanismo de (re) produção e acumulação do capital, utilizando-se de diversos aparatos sociais (Estado, família). Nessa sociedade, composta por dominante e dominados, a preocupação maior é o poder de acumulação do capital. Não cabe ao Estado uma intervenção na economia contrária à lógica acumulativa do capital.

Dessa forma, o sujeito discursivo atua na materialização de práticas discursivas contraditórias que fazem circular em seus entremeios discursos-outros, produzindo sentidos que simulam “acolhimento” e “adoção”, imprimindo nos sujeitos as imposições de uma prática baseada na relação de força e poder.

No caso do enunciado da propaganda governamental de serviço, que compõe a sequência discursiva, demonstra através da linguagem verbal “Acolha seu filho antes que as drogas o adotem” e não verbal (imagem da família) o intuito de persuadir o público a que se quer atingir, ou seja, a sociedade alagoana e a família. O uso problemático de drogas é um fenômeno social, que se constitui na sua base material.

O Projeto “Acolhe Alagoas” trata do problema das drogas e da violência através da imposição de controle do indivíduo, de forma isolada do contexto no qual o sujeito está inserido fazendo intervenções imediatas e pontuais como no caso da campanha da propaganda governamental de serviço. Simula propostas de recuperação do sujeito, mas na verdade as ações que são desenvolvidas não se propõem a mudar a realidade das pessoas que fazem uso problemático de drogas, pois o sujeito é visto como “dependente químico”.

Considerando a realidade dos fatos presentes sobre a problemática das drogas e da violência, entendemos que as drogas não desaparecerão diante do sistema capitalista, pois o Estado é um complexo sistema que expropria a força de trabalho e mantém a propriedade privada.

Vale salientar aqui que o Estado não é o único responsável pelos entraves que atingem a capital alagoana, visto que a família também tem que desempenhar o seu papel na sociedade no intuito de exercer as funções assistenciais, entre elas, as de proteção, de ajuda e de cuidado com os filhos.

No entanto, não se pode deixar de considerar que a ideologia do discurso governamental é a do dominante, cujo objetivo não só serve para silenciar e dissimular a responsabilidade do Estado sobre o problema das drogas, transferindo a responsabilidade para o sujeito como responsável por suas escolhas.

Todavia, este estudo sobre o discurso da propaganda governamental de serviço no que se refere ao uso problemático das drogas não se pretende esgotar aqui, tendo em vista a questão dos conflitos existentes no Estado e a atual crise que passa a sociedade de classes.

## REFERÊNCIAS

ABADE, Erik Asley Ferreira.; SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. O Discurso de adolescentes de um município do agreste alagoano sobre o uso de álcool e outras drogas. In: SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. **Redução de danos e prevenção do uso de drogas**: contribuições para práticas sócio-educativas. Maceió: EDUFAL, 2013.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, Angela Maria Mendes. A enfermagem e o problema do uso e abuso de álcool e outras drogas. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 567-569, dez. 2007.

ACHARD, Pierre et al. (Org.). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALBIAZZETTI, Giane; ALMEIDA, Márcia Bastos de; BATTINI, Okçana. **Homem, cultura e sociedade**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

ALMEIDA, Paula da Rosa. A política criminal antidrogas no Brasil: **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 131, 14 nov. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4486>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980.

\_\_\_\_\_. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

AMARAL, Virgínia Borges do. **Discurso e relações de trabalho**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

BARATTA, Alessandro. Introdução a uma sociologia da droga. In: BASTOS, Francisco Inácio; MESQUITA, Fábio. **Drogas e AIDS**: estratégia para redução de danos. Rio de Janeiro: Hucitec, 1994. p. 21-44.

BARROS, Sérgio Rezende. **O Direito ao feto**. 2002. Disponível em: <<http://www.srbarros.com.br/pt/o-direito-ao-afeto.cont>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

BATAN, Marco Antonio. (Org.). **A propaganda no Terceiro Setor**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2004.

BELLIO JÚNIOR, Mario Enzo. **Crack**: sem essa droga!: livro do educador. Curitiba: Divulgação Cultural, 2013.

BLESSA, R. **Merchandising no ponto de venda**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria geral do estado**. São Paulo: Malheiros, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 2005. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: < <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/legislacao/327003.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2016.

CARNEIRO, Henrique Soares. As drogas e a história da humanidade. **Diálogos**, Brasília, DF, v. 6, n. 6, p. 54, 2009.

CARRASCOZA, João Anzanello. **Razão e sensibilidade no texto publicitário**. São Paulo: Futura, 2004.

CARVALHO, N. de. **Publicidade**: a linguagem da sedução. São Paulo: Ática, 2001.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modalizador. Maceió: Edufal, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ensino de qualidade e cidadania nos Parâmetros Curriculares Nacionais**: simulacro de um discurso modalizador. Maceió: Edufal, 2002.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS (CEBRID). **Livreto Informativo sobre drogas psicotrópicas**. São Paulo: UNIFESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **II levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país, 2005. São Paulo: UNIFESP, 2006.

CERQUEIRA, D. **Causas e consequências do crime no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica: 2008.

CULTURA de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. Brasília, DF: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010. 256 p. ISBN: 978-85-7652-133-4. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189919por.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

CUNHA, Matheus Antonio da. O conceito de família e sua evolução histórica. **Portal Jurídico Investidura**, Florianópolis/SC, 27 set. 2010. Disponível em: <<http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332>> . Acesso em: 6 jun. 2016.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 30

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. v. 5.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FIORIN, L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1990.

FLORÊNCIO, Ana M. G. et al. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Maceió: Edufal, 2009.

FRANCO, Túlio Batista; BUENO, Wanderley Silva; MERHY, Emerson Elias O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim MG. In: MERHY, Emerson Elias et. al. **O trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 296. 2006

GOMES, O. **Direito de família**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p.33.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, n. 39, p. 15-21, 1995.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IVERSEN, Leslie. **Drogas**. Trad. Flávia Souto Maior. Porto Alegre: L & PM, 2012.

LAROUSSE, Ática. **Dicionário da língua portuguesa**. Paris: Larousse: São Paulo: Ática, 2001.

LÊNIN, V. U. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Karl Marx**. Moscou: Priboi, 1918.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

\_\_\_\_\_. A Emancipação política e a defesa dos direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, jun. 2007.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 2.

MACHADO, Ana Regina. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da justiça à saúde pública. **Revista História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 801-821, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. FredaIndursky. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reformasocial: de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Antônio Carlos Braga. São Paulo: Lafonte, 2012.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NUNES, Pedro. **Dicionário de tecnologia jurídica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1993. p. 48.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso e seus entremeios: notas para a sua história no Brasil. **Caderno de Estudos Lingüísticos** n. 42, Campinas: jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 5. ed. Campinas: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 2. ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. Michel Pêcheux e a análise de discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n.1, p. 9-13, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Palavra, fé, poder.** Campinas, SP: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. Análise do discurso: três épocas. In: GADET Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução. Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi e outros. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PENNA, Lincoln de Abreu. Os panfletários da República: a campanha do petróleo na imprensa nacionalista. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p 83-98, jul./dez. 2003.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação:** a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINHO, José Benedito. **Propaganda institucional:** usos e funções da propaganda em relações públicas. São Paulo: Summus, 1990.

SALEM, Tânia. Mulheres faveladas: com venda nos olhos. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. **Antropologia e feminismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Perspectivas Antropológicas da Mulher, 1).

SANT'ANA, Armando. **Propaganda:** teoria, técnica, prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do discurso:** perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. **Agronegócio e agricultura familiar:** a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital. Maceió: Edufal, 2015.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. **A questão do uso de álcool e outras drogas por adolescentes**. Maceió: Edufal, 2011. ISBN: 9788571776517.

TORQUATO, Gaudêncio. **Comunicação nas organizações**: empresas privadas, instituições e setor público. São Paulo: Summus, 2015.

VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. **A Linguagem da propaganda**. Trad. João Alves dos Santos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WALD, A. **O novo direito de família**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 712 p. 9.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.